



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PPGDMA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - MDMA

ANTONIA ALIKAENE DE SÁ

EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO PIAUÍ: FLORA E ASPECTOS
SOCIOECONÔMICOS 200 ANOS DEPOIS

TERESINA

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PPGDMA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - MDMA**

ANTONIA ALIKAENE DE SÁ

**EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO PIAUÍ: FLORA E ASPECTOS
SOCIOECONÔMICOS 200 ANOS DEPOIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na área de concentração Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste e linha de pesquisa Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Soares Santos Filho
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Carolina de Abreu

TERESINA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S111e Sá, Antonia Alikaene de.
Expedição de Spix e Martius no Piauí : flora e aspectos socioeconômicos 200 anos depois / Antonia Alikaene de Sá. – 2021. 160 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Teresina, 2021.
“Orientador: Prof. Dr. Francisco Soares Santos Filho”
“Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina de Abreu”

1. Caatinga. 2. Cerrado. 3. Indígenas. 4. Naturalistas.
5. Socioeconomia. I. Santos Filho, Francisco Soares. II. Abreu, Maria Carolina de. II. Título.

CDD 574.52

ANTONIA ALIKAENE DE SÁ

**EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO PIAUÍ: FLORA E ASPECTOS
SOCIOECONÔMICOS 200 ANOS DEPOIS**

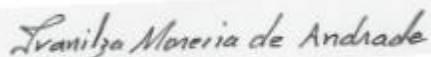
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na área de concentração Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste e linha de pesquisa Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2021.

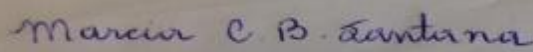
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Soares Santos Filho
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Orientador



Profa. Dra. Ivanilza Moreira de Andrade
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Membro Interno



Profa. Dra. Marcia Castelo Branco Santana
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Membro Externo ao Programa

Dedico,

*A Deus todo poderoso e a minha família
que é minha base maior!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e pela oportunidade para a concretização deste sonho. Obrigado Senhor por me permitir errar, aprender e crescer, e por ter me permitido não desistir em nenhum momento desta jornada.

À Universidade Federal do Piauí (UFPI) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), pela oportunidade para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao Prof. Francisco Soares Santos Filho, pela Orientação, reconhecimento, paciência, compromisso, profissionalismo e, acima de tudo, competência. Obrigada por cada ensinamento, por acreditar em mim, pelos elogios e incentivos e por ter sido um orientador tão presente que independente do dia e do horário sempre esteve pronto a me orientar.

A Prof^ª. Maria Carolina de Abreu, pela Coorientação. Obrigada pelos conhecimentos taxonômicos concedidos, pelas valiosas sugestões e por cada contribuição que foram importantes para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA), pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado, em especial as professoras Clarissa Lopes que desde o início desta pesquisa tem contribuído muito, a professora Roseli Barros, pelo carinho, por todos os ensinamentos e pelas contribuições e a professora Ivanilza Andrade que gentilmente aceitou participar e colaborar com esta dissertação.

A Banca Examinadora, pelas correções e contribuições.

Ao professor Fonseca Neto, pelas contribuições e conhecimentos históricos concedidos.

Aos Servidores do PRODEMA, especialmente ao Zezinho e Adélia pelo apoio de sempre.

Aos meus irmãos de orientação Antonio Reis, amigo, parceiro de coleta, de trabalhos acadêmicos, a quem eu sempre recorri. Você foi muito importante nesta jornada, e a Lorrann André, que sempre esteve pronto a tirar minhas dúvidas, mandando trabalhos e ajudando da melhor forma. A vivência e o conhecimento compartilhado com vocês foram fundamentais.

As amigas de jornada acadêmica, Neyla Cristiane, Rhuana Souza, Josélia Carrias, Jessica Alves, aos amigos Francisco Antonio e em especial a Wesley Araújo que foi o nosso representante exemplar, e, a todos os demais, pelos momentos compartilhados, pelos trabalhos e disciplinas realizados em conjunto.

A minha família, minhas filhas Mirella e Manuella, meu esposo Manoel, ao meu pai Manuel, a minha mãe Conceição e aos meus irmãos e irmãs, por todas as lições de amor, amizade, compreensão e apoio.

À Anne Luz, minha amiga desde a graduação pelo enorme apoio que tem me dado tanto para realização das coletas quanto nas identificações botânica, meu muito obrigada!

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento!

*“De qualquer modo, o que entendemos e amamos num trabalho é uma existência humana...
(...) Pois, quando compreendemos o passado, o que compreendemos é a personalidade humana e é através da personalidade humana que compreendemos tudo o mais. E compreender uma existência humana significa redescobri-la em nossa própria experiência potencial”*

Erich Auerbach

Sá, Antonia Alikeane de. **Expedição de Spix e Martius no Piauí: Flora e Aspectos Socioeconômicos 200 Anos Depois**. Orientador: Francisco Soares Santos Filho. Coorientadora: Maria Carolina de Abreu. 2021. 160 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

RESUMO

O Brasil, desde o seu descobrimento, tem sido admirado e visitado pelos europeus, tanto pela fertilidade e diversidade biológica, quanto pelas riquezas minerais e a cultura do seu povo. Naturalistas europeus, tais como o zoólogo Johann Baptist *von* Spix e o botânico Carl Friedrich Philipp *von* Martius, atraídos pela variedade de paisagens e formas de vida vieram ao país. Estes pesquisadores percorreram o Brasil de sudeste a noroeste durante uma expedição científica de três anos (1817 a 1820) e em 2019 completaram-se 200 anos que passaram pelo interior do Piauí. Deixaram um grande legado de descobertas, o que nos motivou a pesquisar e a atingir os seguintes objetivos: (I) Inventariar a Flora atual da região percorrida por Spix e Martius no Piauí comparando dados com as espécies da mesma região descritas na Flora Brasiliensis; (II) Comparar os aspectos socioeconômicos com base no relato da expedição de Spix e Martius com os do momento atual; (III) Discutir a desterritorialização e territorialização indígena ocorrida na região Piauiense, na área da Expedição; e, (IV) Produzir material para transposição didática sobre a história da Expedição no Piauí. Foi realizada excursão durante o mês de maio de 2019 seguindo a rota descrita por Spix e Martius realizada no Piauí, bem como comparada a divisão político-geográfica atual. Lista de táxons foi produzida após a coleta, herborização e identificação de espécimes vegetais e comparados com as registradas no livro da Flora brasiliensis de Martius. No levantamento recente foram registradas 163 espécies distribuídas em 113 gêneros e 37 famílias, com Fabaceae (38 spp.), Malvaceae (16 spp.), Poaceae (15 spp.), Bignoniaceae e Euphorbiaceae (9 spp. cada) sendo as famílias mais representativas e como os gêneros mais representativos foram *Sida* (6 spp.), *Cyperus* (5 spp), *Waltheria*, *Chamaecrista*, *Mimosa* e *Ipomoea* (4 spp. cada). No levantamento das espécies do Piauí contidas na Flora Brasiliensis foram encontradas 164 espécies, distribuídas em 125 gêneros e 38 famílias, das quais Fabaceae (43 spp.), Poaceae (29 spp.), Malvaceae (9 spp.), Asteraceae (8 spp.) e Arecaceae (7 spp.) apresentaram o maior número de espécies. A vegetação atual inventariada apresenta espécies endêmicas da Caatinga e do Cerrado. Quando comparados, o levantamento atual e o publicado na Flora Brasiliensis relativos ao Piauí, 12 (7,31%) espécies, 34 (27,2%) gêneros e 20 (50,00%) famílias foram comuns, apresentou, portanto, pouca semelhança exceto em nível de Família. O hábito de vida mais representativo das espécies foi formado por ervas. Quanto ao perfil socioeconômico, as principais transformações ocorridas foram a mudança da Capital do estado que era Oeiras e atualmente é Teresina, para aproveitamento da navegabilidade do rio Parnaíba e a construção da Fábrica de Laticínios em Campinas. Em 1819, a região era pouco habitada (71.370 hab.) com baixa densidade demográfica – 0,28 hab/km². Só existia a cidade de Oeiras e algumas vilas. Passados 200 anos, a população atingiu 3.118.360 de habitantes, com densidade demográfica de 12,4 hab/km², considerada ainda baixa. Atualmente, o Piauí está dividido em 224 municípios, 16 deles perfazem a região de estudo. Toda população tem acesso à educação e os municípios com maior IDEB na área de estudo são Oeiras e Acauã. A região está agrupada em territórios de desenvolvimento e suas principais potencialidades econômicas são apicultura, bovinocultura, cajucultura e energia eólica. Os indicadores socioeconômicos demonstram que a região continua subdesenvolvida havendo necessidade de ampliação de políticas públicas para a região semiárida e intervenções do setor privado, identificando potencialidades dos municípios, sob uma perspectiva de desenvolvimento regional. Quanto aos indígenas, Gueguê e Acaroá, relatados por Martius no Piauí, observou-se

que estes passaram pelo processo de desterritorialização e territorialização, a comunidade se organizou existencialmente em uma região (Regeneração e Amarante), marcada pela desterritorialização e dizimação de grupos indígenas. Atualmente, a comunidade é reconhecida como Mimbó e reside em Amarante. Por fim, visando a disseminação do conhecimento, foi produzido um material didático ilustrado em cordel para divulgar a epopeia dos naturalistas no sertão piauiense com um relato da viagem a ser disseminado nas escolas da educação básica, principalmente nos municípios contemplados pela pesquisa.

Palavras –chave: Caatinga. Cerrado. Indígenas. Naturalistas. Socioeconomia.

Sá, Antonia Alikeane de. **Expedition Spix e Martius in Piauí: Flora and Socioeconomic Aspects 200 Years Later**. Advisor: Francisco Soares Santos Filho. Co-supervisor: Maria Carolina de Abreu. 2021. 160 p. Dissertation (Master in Development and Environment), Regional Graduate Program in Development and Environment, Federal University of Piauí, Teresina, 2021.

ABSTRACT

Brazil, since its discovery, has been admired and visited by Europeans, both for its fertility and biological diversity, as well as for the mineral wealth and culture of its people. European naturalists, such as zoologist Johann Baptist von Spix and botanist Carl Friedrich Philipp von Martius, attracted by the variety of landscapes and ways of life came to the country. These researchers traveled Brazil from southeast to northwest during a three-year scientific expedition (1817 to 1820) and in 2019 200 years passed through the interior of Piauí. They left a great legacy of discoveries, which motivated us to research and achieve the following objectives: (I) Inventory the current Flora of the region covered by Spix and Martius in Piauí by comparing data with the species of the same region described in Flora Brasiliensis; (II) Compare the socioeconomic aspects based on the report of the Spix and Martius expedition with those of the current moment; (III) Discuss the deterritorialization and indigenous territorialization that occurred in the Piauiense region, in the Expedition area; and, (IV) Produce material for didactic transposition on the history of the Expedition in Piauí. An excursion was carried out during the month of May 2019 following the route described by Spix and Martius carried out in Piauí, as well as compared to the current political-geographic division. List of taxa was produced after the collection, herborization and identification of plant specimens and compared with those recorded in the book of Flora Brasiliensis by Martius. In the recent survey, 163 species distributed in 113 genera and 37 families were registered, with Fabaceae (38 spp.), Malvaceae (16 spp.), Poaceae (15 spp.), Bignoniaceae and Euphorbiaceae (9 spp. each) being the most representative families and as the most representative genera were *Sida* (6 spp.), *Cyperus* (5 spp.), *Waltheria*, *Chamaecrista*, *Mimosa* and *Ipomoea* (4 spp. each). In the survey of Piauí species contained in Flora Brasiliensis, 164 species were found, distributed in 125 genera and 38 families, of which Fabaceae (43 spp.), Poaceae (29 spp.), Malvaceae (9 spp.), Asteraceae (8 spp. .) and Arecaceae (7 spp.) presented the largest number of species. The current vegetation inventoried presents species endemic to the Caatinga and the Cerrado. When compared, the current survey and the one published in Flora Brasiliensis related to Piauí, 12 (7.31%) species, 34 (27.2%) genera and 20 (50.00%) families were common, therefore showing little similarity except at Family level. The most representative habit of life of the species was formed by herbs. As for the socioeconomic profile, the main changes that occurred were the change of the capital of the state that was Oeiras and is currently Teresina, to take advantage of the navigability of the Parnaíba River and the construction of the Dairy Factory in Campinas. In 1819, the region was sparsely populated (71,370 inhabitants) with low population density - 0.28 inhabitants / km². There was only the city of Oeiras and a few villages. After 200 years, the population reached 3,118,360 inhabitants, with a demographic density of 12.4 inhabitants / km², which is still low. Currently, Piauí is divided into 224 municipalities, 16 of which make up the study region. The entire population has access to education and the municipalities with the highest IDEB in the study area are Oeiras and Acauã. The region is grouped into development territories and its main economic potentials are beekeeping, cattle, cajuculture and wind energy. The socioeconomic indicators show that the region remains underdeveloped, with the need to expand public policies for the semi-arid region and interventions by the private sector, identifying the potential of the municipalities, from a regional development perspective. As for the indigenous people, Gueguê and Acaroá, reported by Martius in Piauí, it was observed that

they went through the process of deterritorialization and territorialization, the community was organized existentially in a region (Regeneração and Amarante), marked by the deterritorialization and decimation of indigenous groups. Currently, the community is recognized as Mimbó and resides in Amarante. Finally, aiming at the dissemination of knowledge, a didactic material was produced illustrated in cordel to divulge the epic of the naturalists in the Piauí backlands with an account of the trip to be disseminated in the schools of basic education, mainly in the municipalities contemplated by the research.

Keywords: Caatinga. Cerrado. Indigenous. Naturalists. Socioeconomics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica da área de estudo - Caminho da Expedição de Spix e Martius no Piauí, 200 anos depois.....36

CAPÍTULO I

Figura 1 - Locais de coleta botânica no caminho da expedição de Spix e Martius no Piauí 200 anos depois.....50

Figura 2 - Hábito das espécies coletadas Por Martius em 1819 e coletadas na expedição de 2019, no Piauí, seguindo a Flora do Brasil, 2020.64

CAPÍTULO II

Figura 1 - Localização geográfica da área de estudo - Caminho da Expedição de Spix e Martius no Piauí, 200 anos depois.....74

Figura 2 - A - Vista externa. B e C – Vista interna da Fábrica de Laticínios na Cidade de Campinas do Piauí.....80

Figura 3 - PIB *per capita* por município da região da expedição de Spix e Martius no Piauí.....85

Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos locais por onde passou a expedição de Spix e Martius no Piauí, 200 anos depois.....86

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO II

Tabela 1 - População estimada por município para 2020, população por município e densidade demográfica no último censo (2010), da região da expedição de Spix e Martius 200 anos após a expedição no Piauí.....82

Tabela 2 - Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do Ensino Fundamental – EF da rede pública, Números de estabelecimento do Ensino Fundamental e Ensino Médio – EM e * resultados não divulgados dos municípios que constituem o percurso da excursão de Spix e Martius no Piauí.....84

CAPÍTULO III

Tabela 1 - Faixa etária, gênero/grupo e quantidade de pessoas residentes na comunidade quilombola Mimbó, Amarante – PI.....106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais plantas reconhecidas por Martius com interesse medicinal e comercial encontradas nas províncias Bahia (BA), Pernambuco (PE), Piauí (PI), São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG)27

CAPÍTULO I

Quadro 1 - Composição e hábito da flora do caminho da expedição de Spix e Martius, após 200 anos no Piauí.....52

Quadro 2 - Lista, Situação do nome e hábito das espécies coletadas por Martius em 1819 no Piauí, com os nomes apresentados segundo a grafia utilizada na Flora brasiliensis e a grafia atual segundo a Flora do Brasil 2020 e Powo 2019.....58

CAPÍTULO II

Quadro 1 - Um paralelo após 200 anos, atividades econômicas executadas pelos municípios que constituem o percurso de Spix e Martius, sua distribuição em territórios de desenvolvimento e Tipo de vegetação.....88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Expedições científicas no Brasil – Século XIX	19
2.2 Expedição de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius no Brasil	21
2.3 Florística da Região da Expedição de Spix e Martius no Piauí	29
2.3.1 Florística da Caatinga	29
2.3.2 Vegetação de Zonas Ecotonais	31
2.4 Evolução socioeconômica da região semiárida do Piauí nos locais da expedição de Spix e Martius	33
3 METODOLOGIA	35
3.1 Área de Estudo	35
3.2 Pesquisa bibliográfica	36
3.3 Coleta do material botânico	37
3.4 Identificação do material botânico	37
REFERÊNCIAS	37
4 RESULTADOS	45
4.1 CAPÍTULO I	46
FLORA DA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO PIAUÍ: UM PARALELO DE 200 ANOS DEPOIS.	47
RESUMO	47
ABSTRACT	47
INTRODUÇÃO	48
MATERIAL E MÉTODOS	49
Área de estudo	49
Levantamento Florístico na Flora Brasiliensis	50
Coleta do material botânico	51
RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	65
4.2 CAPÍTULO II	69
MUDANÇAS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ: DA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS À ATUALIDADE	70
RESUMO	70
ABSTRACT	70
RESUMEN	71
INTRODUÇÃO	72
METODOLOGIA	73

Área de estudo.....	73
Condução da Pesquisa.....	74
RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
Mudança da Capital da Província	75
Agroindústria de Antônio Sampaio	77
Paralelo histórico comparativo dos aspectos socioeconômicos.....	80
Territórios de Desenvolvimento	86
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	91
4.3 CAPÍTULO III	97
DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ACARÓÁ E GUEGUÊ A TERRITORIALIZAÇÃO DO QUILOMBO MIMBÓ NA REGIÃO DO MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (XVIII-XXI)	98
INTRODUÇÃO	98
Desterritorialização dos Acaroá e Gueguê na região do Médio Parnaíba Piauiense no século XVIII	99
Organização existencial das comunidades negras rurais no Piauí durante os séculos XIX e XX.....	101
Territorialização do quilombo Mimbó na antiga região do Médio Parnaíba Piauiense no século XXI	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	107
4.4 CAPÍTULO IV.....	109
DOIS SÉCULOS DA MAIOR MISSÃO CIENTÍFICA NO PIAUÍ.....	110
INTRODUÇÃO	110
METODOLOGIA.....	111
RESULTADO	111
APÊNDICE A – Livro Cordel	111
REFERENCIAS	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
ANEXO A – Comprovante de cadastro no SISGEN.....	115
APÊNDICE A – Livro Cordel (Resultado do Capítulo IV).....	116

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, desde o seu descobrimento, tem sido admirado e preferido pelos europeus, tanto pela fertilidade e diversidade biológica, quanto pelas riquezas minerais e culturais do seu povo, o que chamou atenção tanto de colonos quanto de negociantes, como também de cientistas procurando conhecê-lo, registrando a biodiversidade e descrevendo o ambiente (GAGLIARDO, 2016).

De acordo com Prestes (2000), a natureza tropical do Brasil surpreendeu os primeiros europeus que vieram ao país ainda nas épocas das navegações ao se depararem com a abundância de fauna e flora, pelo tamanho e variedade dos animais e vegetais existentes no extenso território até então inexplorado pela comunidade científica.

A diversidade de plantas, pela sua abundância e variabilidade, suas formações, diversidade da flora, variadas paisagens e diferentes modelos fisionômicos, foram reconhecidos como os mais significativos do planeta, sendo o que mais chamou atenção dos visitantes europeus (PRESTES, 2000; MALHEIROS, 2016). Essa diversidade biológica, endemismo das espécies e seu patrimônio genético, formam uma grande variedade de biomas, ecossistemas e ecorregiões (MALHEIROS, 2016).

Desde o século XVIII, essa variedade de paisagens e de formas de vida atrai naturalistas europeus, dentre eles os alemães Johann Baptist *von* Spix e Carl Friedrich Philipp *von* Martius que estiveram no Brasil durante uma expedição austríaca, enviados pelo rei da Bavária, que acompanhou a dona Leopoldina na sua visita ao Brasil (1817 a 1820). Foi uma iniciativa oficial do imperador da Áustria, e fez parte do acordo entre Portugal e Áustria em decorrência do matrimônio de Leopoldina com o Príncipe D. Pedro de Alcântara, mais tarde imperador D. Pedro I. (SPIX; MARTIUS, 1981). Assim, a presença de Spix e Martius fez parte da expedição oficial dos cientistas europeus. Nesta ocasião o Brasil era colônia de Portugal, e devido a guerra napoleônica, naquele momento, o Brasil era a metrópole do império português, e pela residência da família real portuguesa estar no Rio de Janeiro, esta foi a capital do império português, que abrangia Portugal, Brasil e várias colônias asiáticas (SLEMIAN, 2008).

Ao chegar ao Brasil, outros austríacos como Ender, Buchberger e os botânicos Pohl, Mikan e Schott fizeram um plano de viagens enquanto Spix e Martius fizeram outro plano e assim, percorreram pelo Rio de Janeiro São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, retornando a Europa pelo Porto de Belém. Estudaram a fauna, a flora e a história natural do Brasil, além de fazerem coleções de espécimes tanto de vegetais como animais (SPIX; MARTIUS, 1981).

Em 2019, a expedição de Spix e Martius completou 200 anos que passou pelo Piauí. Esses naturalistas percorreram cerca de 500 km em território piauiense, no sentido sudeste noroeste, entre abril e maio de 1819. Chamou à atenção a riqueza da fauna, da flora, aspectos mineralógicos e a abundância de gado bovino, sendo este último a principal base socioeconômica da província à época. Coletaram plantas e animais e fizeram contatos com moradores e autoridades da região. Um dos marcos da passagem de Spix e Martius no Piauí foi o encontro com os indígenas em São Gonçalo do Amarante (atualmente Regeneração). Registros explícitos de suas impressões e da descrição da paisagem com a qual se depararam foram descritas na obra *Viagem pelo Brasil* (SPIX; MARTIUS, 1981).

As plantas coletadas por Martius no Piauí estão registradas na obra *Flora Brasiliensis*, que é a mais importante base para os estudos da flora brasileira. Os registros das espécies na obra são um manifesto da riqueza biológica do Piauí. Apesar da riqueza florística do Piauí evidenciada nas diferentes excursões botânicas empreendidas desde o século XIX por naturalistas estrangeiros como Martius (SPIX; MARTIUS, 1981) e George Gardner (GARDNER, 1975), até hoje não aconteceram, estudos florísticos mais abrangentes que contemplassem muitas áreas do Piauí, existindo, portanto, grandes lacunas de conhecimento sobre sua flora nativa em muitas áreas do estado, embora, mais recentemente, o desenvolvimento de projetos de pesquisa nos cursos de mestrado ou doutorado tenham gerado incremento em muitas regiões (SOUSA; SANTOS-FILHO, 2018).

Assim, em razão da importância e da riqueza florística inserida nos domínios Vegetacionais (Caatinga, Cerrado e Vegetação de transição Cerrado Caatinga) do Piauí e do conhecimento do atual perfil socioeconômico da região, este estudo visa responder às seguintes perguntas:

- a) O registro atual das espécies mantém similaridade com o que foi coletado para a região, segundo registros da *Flora Brasiliensis*?
- b) Fazendo um paralelo entre a realidade atual e a realidade do Brasil Colônia, quais aspectos ambientais, sociais e econômicos, mudaram ou se mantiveram em estágio de desenvolvimento similar à época?
- c) Quais dinâmicas envolveram os grupos indígena Acaroás e Gueguês e o que os levou a passar pelos processos de desterritorialização e territorialização do quilombo Mimbó na região do Médio Parnaíba Piauiense?

O estudo parte das seguintes hipóteses:

- a) Em decorrência das alterações ambientais provocadas pelo crescente desenvolvimento do Brasil a partir do Século XX, corroborada pela degradação ambiental e os desmatamentos,

supõe-se que a flora atual inventariada não tenha o mesmo perfil da flora do Piauí citada na Flora Brasiliensis;

b) Com o crescente desenvolvimento do Brasil a partir do Século XX, o avanço tecnológico e a implementação de programas sociais no país, no Piauí houve um avanço em seus índices de desenvolvimento socioeconômico, com consequências positivas para a maior parte da população;

c) As guerras causadas pelos colonizadores levaram a desterritorialização e dizimação de grande parte dos Acaroás e Guegues, tanto pela conquista, descobrimento e povoamento das terras quanto para usar os nativos como escravos. Já a territorialização do Quilombo Mimbó se deu quando negros refugiados vieram de outras regiões do estado e se instalaram como escravos na região.

Neste sentido, estipulou-se como objetivo geral deste estudo realizar uma revisita ao caminho da expedição de Spix e Martius em território piauiense para levantar e comparar a flora, comparar aspectos socioeconômicos, discutir a desterritorialização de indígenas e territorialização da comunidade Mimbó e divulgar a epopeia dos Naturalistas Bávaros. Especificamente, almeijou-se:

- i. Inventariar a Flora atual da região percorrida por Spix e Martius no Piauí comparando dados com as espécies da mesma região descritas na Flora Brasiliensis;
- ii. Levantar informações acerca dos aspectos socioeconômicos com base no relato da expedição comparados aos dias atuais;
- iii. Discutir a desterritorialização e territorialização indígena ocorrida na região Piauiense, por onde passou a Expedição de Spix e Martius;
- iv. Produzir material para transposição didática sobre a história da Expedição de Spix e Martius no Piauí.

Visando a importância de relacionar as diferentes áreas do conhecimento (interdisciplinaridade) para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo, a presente Dissertação está estruturada em quatro Capítulos, cada um atendendo a um objetivo específico da pesquisa sendo: CAPÍTULO I - Flora da Expedição de Spix e Martius no Piauí: um Paralelo de 200 anos depois; CAPÍTULO II - Mudanças do Perfil Socioeconômico do Piauí: da expedição de Spix e Martius à atualidade; CAPÍTULO III - Da Desterritorialização dos Acaroá e Gueguê a Territorialização do Quilombo Mimbó na Região do Médio Parnaíba Piauiense (XVIII-XXI); e, CAPÍTULO IV - Spix e Martius - Dois Séculos da Maior Missão Científica No Piauí.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Expedições científicas no Brasil – Século XIX

As viagens dos cientistas eram geralmente consideradas uma das etapas necessárias pela história natural para a transformação da natureza em ciência (KURI, 2001), no entanto, os naturalistas evitavam viajar em razão dos perigos que enfrentavam nas expedições e do não reconhecimento do trabalho por parte da comunidade científica (SLUSARSK, 2011; REINALDO, 2014).

O Brasil é retratado desde o seu descobrimento principalmente pelos europeus (REINALDO, 2014). Entretanto, o país foi melhor conhecido somente a partir de 1808 com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o que significou o fim da era colonial permitindo a entrada de estrangeiros, onde várias expedições científicas foram empreendidas e muitos naturalistas excursionaram pelo território (BRANDÃO, 2012).

Em 1637 quando João Maurício de Nassau assumiu o governo do Brasil holandês, trouxe em sua comitiva vários cientistas (SILVA, 2016), dentre eles os naturalistas Guilherme Piso e Georg Marcgrave, os quais percorreram a região Nordeste e foram pioneiros no estudo de botânica no país (NEIVA, 1989; PICKEL, 2008). Piso foi encarregado de se dedicar à medicina e a pesquisa de plantas medicinais indígenas, coletou plantas e animais, estudou os índios e descreveu as primeiras doenças tropicais. Já Marcgrave encarregou-se das funções de geógrafo, cartógrafo, astrônomo e meteorologista, e além disso, coletou e estudou plantas e animais. Os resultados de estudo destes naturalistas foram publicados nas obras *História Natural do Brasil* (1648) e *História Natural e Médica da Índia Ocidental* (PICKEL, 2008).

Em decorrência da política, o naturalista alemão Alexander von Humboldt foi impedido de entrar no Brasil. No entanto, os resultados de sua expedição no norte da América do Sul entre os anos de 1799 a 1804 principalmente aqueles relacionados as ciências naturais (botânica, zoologia, mineralogia etc.), impulsionaram e influenciaram as expedições que aconteceram após a corte portuguesa no país em especial durante o século XIX (VASCONCELOS, 2017).

Dentre os naturalistas do século XIX, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, veio ao Brasil entre os anos de 1815 e 1817 passou pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Foi considerado um dos maiores naturalistas de todos os tempos e pai da geografia (PADOAN, 2015). De acordo com seu diário, o objetivo era expandir o conhecimento sobre a história natural e a geografia. Com isso, realizou imensa coleta botânica da qual o material foi depositado nos principais museus e universidades da Prússia. Produziu diversos escritos, sendo principal o livro *Viagem ao Brasil* publicado em 1820 na Alemanha e na França

(MAXIMILIANO, 1958).

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, por sua vez, dotado de competências científicas veio ao Brasil em 1816, acompanhando a missão do duque de Luxemburgo, que tinha como objetivo resolver o conflito entre Portugal e França referente à posse da Guiana (KURY, 2003). Durante um período de seis anos, percorreu grande parte do território brasileiro, onde fez numerosas coletas de animais, vegetais e minerais, com descrições precisas feitas nos próprios lugares, observando os climas, lugares, habitantes e suas culturas, coleta e descrição de novas espécies, gêneros e famílias botânicas (LIMA, 2002; KURY, 2003; BRANDÃO, 2012).

Em 1817, chegou ao Brasil a comissão científica que acompanhava a Arquiduquesa da Áustria Dona Leopoldina que se casaria então com o príncipe Dom Pedro. Nesta comissão vieram vários naturalistas, dentre eles Johann Baptist *von* Spix, Carl Friedrich Philipp *von* Martius, Johann Natterer e Emmanuel Pohl. Pohl era responsável pela coleta do material mineralógico, e em companhia de Martius realizou também coleta de material botânico (VASCONCELOS, 2017). De acordo com Neiva (1989), Martius (botânico) e Spix (zoólogo) foram os naturalistas que mais se dedicaram aos estudos científicos do país.

Em 1803, o alemão Georg Heinrich *von* Langsdorff esteve no Brasil, e posteriormente entre os anos de 1822 e 1829, dedicado a pesquisa, percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Amazonas. Em seus diários deixou registros de textos e ilustrações da história, etnologia, botânica, zoologia, mineralogia, história da medicina e muitos outros ramos da Ciência brasileira (BECHER, 1997).

Em 1825, chegou ao Brasil o dinamarquês Peter Wilhelm Lund, que estudou e colecionou plantas e insetos, e passou grande parte da sua trajetória em Minas Gerais, onde colecionou materiais paleontológicos recolhidos em diversas grutas na região de Lagoa Santa. Foi considerado pioneiro nos estudos paleontológicos do Brasil interpretando o passado dos fósseis e comparando aos seus contemporâneos. Os resultados de suas interpretações bem como o material fóssil colecionado, atualmente estão escritos/depositados nos museus e instituições científicas do Brasil e da Europa (MARTINEZ, 2012).

Em 1838, o médico e botânico George Gardner chegou ao Rio de Janeiro e percorreu os estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí, Goiás e o norte de Minas Gerais. Coletou centenas de amostras de plantas e registrou o uso de várias delas como medicinais (BRANDÃO, 2012). No Piauí, Gardner deixou uma grande contribuição sobre a flora, coletou mais de 400 espécies, das quais estão registradas na obra *Flora Brasiliensis* (MARTIUS, 1896).

Em 1832, Charles Darwin chegou ao Brasil, e com a publicação do seu diário de

pesquisa, despertou mundialmente para a comunidade científica sobre a história natural brasileira. Nos relatórios de Darwin, fica evidente que assim como os demais naturalistas, ficou maravilhado com a paisagem brasileira nos primeiros contatos. Imediatamente, formou uma imagem da interdependência ecológica, que caracterizou e deu base a sua concepção do mundo orgânico, resultando-se na obra “A Origem das Espécies” (1976) (DOMINGUES; SÁ; GLICK, 2003).

Em 1848 Alfred Russel chegou ao Brasil com o seu amigo também naturalista Henry Bates. Wallace coletou e descreveu minuciosamente espécies de animais e vegetais em um período que durou mais de quatro anos até chegar ao Alto Rio Negro. Deu preferência para percorrer a Amazônia por ser a região menos explorada pela comunidade científica a época, e com isso poderia coletar material desconhecido pela ciência. O principal resultado de seus estudos no país foi a formulação da hipótese da seleção natural para a origem das espécies em 1858, ao mesmo tempo de Darwin. A viagem na Amazônia foi fundamental para os estudos biogeográficos bem como para a formulação do que seria a teoria da Seleção Natural (WALLACE, 1939; 2004).

Além destes, outros naturalistas excursionaram pelo Brasil e cada um deixou contribuição científica retratando o ambiente, a história e a cultura brasileira. Os registros das riquezas minerais, animais e vegetais, além das descrições da cultura da população deixados em muitas publicações como diários de viagens, tratados de ciências naturais e acervos de coleções são os mais importantes resultados das expedições científicas (BRANDÃO, 2012), e que contribuíram para o desenvolvimento científico e cultural civilizado do século XIX (MARTINEZ, 2012).

2.2 Expedição de Johann Baptist *von* Spix e Carl Friedrich Philipp *von* Martius no Brasil

Carl Friedrich Philipp *von* Martius nasceu no dia 17 de abril de 1794 na cidade de Erlangen (Bavária, Alemanha). Entre 1810 e 1814 dedicou-se ao estudo da Medicina e as Ciências Naturais, sobretudo a Botânica. Em março de 1814 foi promovido ao grau de Doutor em Medicina e foi para Munique, onde se tornou pesquisador assistente da Academia Régia de Ciências. Em 1816, foi nomeado pesquisador adjunto da Academia com o dever de cuidar e descrever as plantas no Jardim Botânico de Munique, segundo seu conhecimento científico. Em 1817 veio para o Brasil convidado pelo rei Maximiliano da Baviera, retornando a Europa em 1820. O naturalista se dedicou à ciência até sua morte, em 1868, em Munique (FITTKAU, 2001; KALTNER, 2020).

Johann Baptist *von* Spix nasceu em 9 de fevereiro de 1781 em Höchstädt am der Aisch.

Com 11 anos (1792), ingressou na escola episcopal de Bamberg. Em 1800, doutorou-se em filosofia. Em 1804 iniciou os estudos em Medicina e Ciências Naturais, doutorando-se em 1807. Em 1808, o rei Maximiliano José I convidou-o para instalar o Gabinete de Zoologia da Academia Real de Ciências da Baviera, em Munique, organizada por Schelling. Recebeu patrocínio real para um curso de dois anos em zoologia, em Paris, antes de assumir o cargo conviveu com renomados cientistas como Georges Cuvier, Henri-Marie Ducrotay de Blainville, Jean Baptiste Lamarck e Auguste de Saint-Hilaire. Retornou a Munique em 1810, assumindo sua função na Academia Real de Ciências, empreendendo estudos sobre zoologia, anatomia comparada e morfologia. Acompanhado de Martius veio ao Brasil em 1817. Retornou a Munique em 1820. Spix morreu em Munique, na Alemanha, em 15 de maio de 1826 (FITTKAU, 2001; KALTNER, 2020).

A chegada de Spix e Martius ao Brasil (1817) foi 300 anos depois do frei André Thevet, cosmógrafo do Rei da França, de Henrique II, do alemão Hans Staden e Theodore de Bry, que deixou grandes escrituras principalmente sobre os índios tupinambás da Colônia portuguesa em São Paulo (BELLUZZO, 1994).

Os naturalistas vieram em uma comitiva que acompanhava o casamento de D. Leopoldina, arquiduquesa austríaca, com o príncipe herdeiro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcântara. Para a ocasião, foi marcada uma missão científica, que acompanharia D. Leopoldina ao Brasil. Os bávaros e a comitiva foram acionados por convite de Maximiliano José I, unindo-se aos cientistas austríacos, para representarem a Baviera junto à missão (RAMIREZ, 1968). Em 6 de fevereiro de 1817 partiram da Áustria, chegando ao Rio de Janeiro em 15 de julho do mesmo ano (SPIX; MARTIUS, 1981). O momento tratava-se de um contexto em que missões em nome da ciência foram organizadas pelas academias científicas, bem como pelos museus de História Natural e financiadas pelos monarcas da Europa. Na comitiva vieram sábios especialistas em diferentes áreas das Ciências Naturais, como Johann Christian Mikan e os coletores Johann Natterer, Dominick Sochor e Emmanuel Pohl (RAMIREZ, 1968; VANZOLINI, 1996).

Spix e Martius, além de estudar a fauna e a flora, reuniam dados geográficos, climatológicos e, ainda, informações sobre os habitantes da região e as riquezas do solo, a estrutura política e econômica, informações que interessavam ao rei da Baviera (FITTKAU, 2001).

Com base em Spix e Martius (1981), o trajeto dos naturalistas no Brasil se deu passando pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas conforme descrito a seguir:

Spix e Martius começaram o trajeto de estudo no Rio de Janeiro, onde estudaram as matas de Santa Tereza, Tijuca, Niterói e outras áreas da região. A maior parte do percurso foi feito em canoas, ou cavalgando burros. Ao passearem aos arredores do Rio de Janeiro, no Corcovado, logo encantaram-se com a natureza ali presente, uma diversidade biológica de fauna e flora jamais vistas pelos naturalistas (SPIX; MARTIUS, 1981).

Em janeiro de 1818, os naturalistas aportaram em São Paulo, deixando em seus escritos informações de que a cidade a época já tinha a paisagem antropizada e já era desenvolvida, inclusive no seu sistema de construção que era semelhante ao sistema francês. Ressaltaram ainda que a capital de São Paulo a época (São Vicente) era a que possuía maior interesse histórico em relação a todas as outras cidades visitadas no país.

Seguindo viagem, Spix e Martius, foram para o estado de Minas Gerais e o que mais chamou a atenção na região foram as jazidas de pedras preciosas (topázios, crisólitos, águas marinhas, esmeraldas). De Minas Gerais a viagem seguiu para o Nordeste, através do Sertão até o Rio São Francisco. Encantados com a biodiversidade descreveram que as mais importantes riquezas do sertão eram especialmente do reino animal.

Através do sertão da Bahia seguiram viagem para Juazeiro (BA), cavalgando as margens do Rio São Francisco onde coletaram muitos animais. Embarcaram nas barcaças de açúcar em 18 de fevereiro de 1819 para a Vila da Cachoeira onde passaram alguns dias. De lá partiam três estradas principais, uma delas a Estrada Real do Gado, por onde eram tocadas as boiadas do Piauí. Saíram da Vila, por esta estrada, rumo a uma parte da província do Pernambuco e de lá em direção ao Piauí (SPIX; MARTIUS, 1981).

Spix e Martius atravessaram o Rio São Francisco e adentraram no Piauí pelos limites com Pernambuco. Chegaram, passando pela Serra de Dois Irmãos que fica atualmente no município de Acauã. Prosseguiram a excursão pela província passando pelas Fazendas Serrinha, Serra Branca, Cachoeira, Santa Isabel, Porções de Cima, Bom Jardim, Poções de Baixo, Campo Grande, Castelo, Brejo, Ilha, Mocambo, chegando na cidade de Oeiras (a época era capital), depois passando pelas fazendas Olho D'água, Inhuma, Gameleira, e chegando em comunidades como Serra de São Gonçalo, São Gonçalo do Amarante, e as fazendas Coité, Buriti, São Pedro, Todos os Santos e Sobradinho onde chegaram no Rio Parnaíba que forma as fronteiras entre o Piauí e Maranhão.

No Piauí, o que mais chamou a atenção dos naturalistas foi a biodiversidade de flora e fauna, além dos aspectos mineralógicos, incluindo as formações rochosas que constituíam a paisagem da região. Passaram em várias fazendas e atravessaram o rio Canindé várias vezes, pois a estrada principal do Piauí ficava nas proximidades do rio onde existiam instaladas a

maioria das fazendas da região. Muitas vezes eram acolhidos nas fazendas onde faziam contatos com moradores e fazendeiros, e por muitas vezes montavam acampamento ao relento

No Piauí, Martius coletou mais de 160 espécies de plantas das quais deixou registradas na obra *Flora Brasiliensis*. Descreveu os campos floridos com presença abundante de gramíneas, Cactos, Acácias, Mimosas, Bauínias e Combretáceas. Registraram também a presença de faveleiras, pau-terras, jacarandás, babaçus, buritis e juazeiros. A abundância de riquezas, especialmente de gado bovino, também chamou a atenção dos naturalistas. Fizeram várias comparações e mostraram em seus relatos dados sobre arrecadação com a comercialização das fazendas nacionais onde se instalaram ao longo de sua passagem pelo Piauí (SPIX; MARTIUS, 1981).

Na sua narrativa, Martius descreve o encontro com um grupo de escravos conduzidos por um traficante de negros da Etiópia. O naturalista era médico e com isso foi procurado pelo traficante que estava preocupado com o adoecimento coletivo da metade de sua gente que tinha pilhado uma roça de mandioca da vizinhança e depois de terem ingerido raízes venenosas cruas (aipim), mostraram todos os sinais de intoxicação (dor de cabeça, tontura, tremor, ardência no abdome e vômitos). Prontamente, Martius os receitou o uso das folhas da mandioca como antídoto do veneno de suas raízes e assinalou na sua narrativa “caso raro na natureza - o antídoto para o pernicioso tóxico da raiz” (SPIX; MARTIUS, 1981, v. 2, p. 236).

No dia 3 de maio de 1819, chegaram à cidade de Oeiras, (a época capital do Piauí), onde foram recepcionados pelo Capitão-mor, Sr. João Nepomuceno de Castelo Branco, descendente dos primeiros conquistadores do Brasil e pelo governador, o Sr. Coronel Baltazar de Sousa Botelho e Vasconcelos.

Oeiras era o lugar principal da província do Piauí e tinha dois corpos d'água: o Riacho da Pouca Vergonha e o Riacho Mocha, que desaguavam juntos no Rio Canindé (SPIX; MARTIUS, 1981). Na época, a cidade tinha 14.074 habitantes, segundo lista de dados do governo. Toda população do Piauí era 71.370 pessoas (11.671 - brancos, 21.526 - negros, 38.173 - de cor). Oeiras em Civilização e riqueza era bem inferior a vila de Parnaíba (Parnaíba) por esta ficar na costa e pelo considerável comércio de algodão, fumo, couro, sebo e carne salgada de todas as povoações do estado. No entanto, Oeiras era rica em aspectos naturais variados. Aos viajantes, a natureza da região representava a simplicidade do caráter dos habitantes (SPIX; MARTIUS, 1981).

Um dos marcos da passagem de Spix e Martius no Piauí foi o encontro com os indígenas. A 15 de maio chegaram na Serra de São Gonçalo (atualmente Regeneração), onde existia uma colônia de índios aldeados. As descrições de Spix e Martius, relativas aos indígenas, eram de

“[...] aspecto infeliz dos poucos índios, que vagavam aqui em sonhadora inércia, a falta de asseio e ordem nas pobres choças” (SPIX; MARTIUS, 1981, v. 2, p. 248). Os índios lá encontrados pertenciam as tribos Timbiras, Gueguês e Acaroás, os quais só lhes foram acessíveis por meio do Cacique Sr. Marcelino representante da tribo. A época tinha aproximadamente 120 pessoas, incluído todas as etnias.

Nos últimos dias da passagem pelo Piauí, Spix e Martius adoeceram com febre, situação a qual exigiu muito esforço para seguir viagem cavalgando até chegar ao Rio Parnaíba. Foram vários momentos de sofrimento que passaram neste trecho, apreensivos pela incerteza do futuro, deles mesmos e dos resultados das pesquisas científicas da viagem sacrificada por dores físicas. Alcançaram junto a Fazenda Sobradinho o Rio Parnaíba, o mais importante curso de água entre o Rio São Francisco e o Rio Tocantins e que no seu extenso percurso forma a fronteira entre as províncias do Piauí e Maranhão (SPIX; MARTIUS, 1981).

Na região cultivavam muita criação de gado e algodão. Rio acima era navegado em canoas, Rio abaixo a navegação era principalmente em balsas feitas com troncos de palmeiras e buritizais. O leito do Rio era favorável para a navegação de embarcações, o que não se vê atualmente (SPIX; MARTIUS, 1981).

O principal comércio nesse rio era com peles de boi, couro, carne salgada, fumo e algodão. Explorava-o a Vila de São João da Parnaíba (atualmente Parnaíba), único porto de mar da Província Piauí e praça que ainda era importante para o comércio. Tentando descrever as condições físicas e o clima do tão extenso território do Piauí, do qual só viu uma pequena parte, as principais fontes foram às informações de diversos vaqueiros que tinham tocado boiadas do Piauí para Pernambuco. Além destes, observou as informações dadas pelo Capitão Matias José da Silva Pereira, arquiteto em Oeiras.

Após passar pelo Rio Parnaíba Spix e Martius encerraram suas missões no Piauí e seguiram excursão para o tão almejado Maranhão onde passaram por Caxias (Vila desde 1812), antigamente Arraial das Aldeias Altas, uma das vilas com flora mais abundante do interior do Brasil (SPIX; MARTIUS, 1981).

Tentando descrever as condições físicas e o clima do tão extenso território do Piauí, do qual só viu uma pequena parte, as principais fontes foram às informações de diversos vaqueiros que tinham tocado boiadas do Piauí para Pernambuco. Além destes, observou as informações dadas pelo Capitão Matias José da Silva Pereira, arquiteto em Oeiras.

Spix e Martius adentraram no Maranhão passando por Caxias (Vila desde 1812), antigamente Arraial das Aldeias Altas, era uma das vilas com flora mais abundante do interior do Brasil. Em sua estada no Maranhão destacaram que a principal fonte de renda era advinda

da cultura do algodão explorada e fomentada em toda a província pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (Belém -PA). São Luís do Maranhão se destacava pela vista de sua população e riqueza sendo o quarto lugar entre as cidades brasileiras considerando que: “Situa-se na parte ocidental da ilha, à margem setentrional de uma península, que se adianta entre duas enseadas, a do Rio São Francisco ao Norte e a do Rio Bacanga, ao Sul” (SPIX; MARTIUS, 1981, v. 2, p. 269).

Vale ressaltar que a estada dos cientistas em São Luís do Maranhão passou por dificuldades para conseguirem uma licença por parte do governo o que seria necessário para percorrer a província do Grão-Pará, onde alcançariam o Amazonas. Ao receberem as cartas de recomendação para dar continuidade à expedição, Spix e Martius adentraram o Amazonas, onde deixaram em seus escritos, vastas informações da região marcada pela presença de grupos indígenas. Na região, a época existia muitas epidemias, e os naturalistas, por vezes, seguiam viagem sem realizar coletas para evitar contato com as doenças.

A estada em Tupinambaranas proporcionou contato com muitos aspectos da vida dos índios. A atração pela natureza e o interesse pela historicidade dos povos indígenas foram sua maior demonstração encontrada no Amazonas. Ficou evidente que desde o início da expedição, em todos os contatos que teve com populações indígenas, especialmente quando percorreu o Amazonas, Martius procurava investigar detalhadamente a língua falada tanto pelos indígenas quanto pelos grupos com os quais se relacionou. E com essa base estabelecida, aprofundou seus conhecimentos e sua compreensão acerca destes povos (SILVA, 2013).

Fazendo uma extensa viagem pela bacia do Amazonas investigaram separadamente as imediações dos rios Amazonas, Solimões, Negro e Japurá. Retornaram a Belém em abril do ano de 1820, de onde embarcaram novamente à Europa (DINIZ, 2019).

Martius e Spix, coletaram e descreveram os mínimos detalhes de tudo que observaram ao percorrer o país por 4 mil quilômetros de Norte a Sul e 6.500 de Leste a Oeste (NEIVA, 1989).

Inspirados pelas expedições que Alexander Humboldt realizou na América Latina no início do século XIX, Spix e Martius foram mais adiante, além de visitarem a Amazônia, avançaram seus estudos em várias partes do país (NEIVA, 1989). Um dos importantes produtos desta expedição foi a classificação da vegetação brasileira em cinco domínios fitogeográficos por Martius, usando termos da Mitologia Grega como: Dríades termo que se refere as ninfas protetoras dos bosques, usado para caracterizar a Floresta Atlântica, Hamadríades se refere as ninfas que ressuscitam e que protegem bosques e árvores para caracterizar a Caatinga, Náíades são ninfas dos lagos, rios e fontes para caracterizar a Floresta Amazônica, Napéias que são

ninfas protetoras dos vales e prados para caracterizar a Floresta Pluvial Amazônica e Oréades nome de divindades ou ninfas das montanhas, para caracterizar o Cerrado (FERNANDES, 2000). O mais relevante é que até hoje a base deste sistema de classificação é usada no país.

O contato com diferentes ambientes além de proporcionar o conhecimento da biodiversidade, levou Martius a ser considerado o pioneiro no estudo da Etnobotânica. O encontro com os povos indígenas concedeu o conhecimento sobre algumas propriedades medicinais e alimentícias de muitas plantas brasileiras (OLIVEIRA; SANTOS – FILHO, 2019). O quadro 1 mostra as principais plantas de interesse medicinal e comercial que Martius conheceu durante a viagem pelas províncias da Bahia (BA), Pernambuco (PE) e Piauí (PI), e foram encontradas também em São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG).

Quadro 1: Principais plantas reconhecidas por Martius com interesse medicinal e comercial encontradas nas províncias Bahia (BA), Pernambuco (PE), Piauí (PI), São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG).

Nome vulgar	Espécie	Nomenclatura atual	Fins Medicinais
Contra-erva	<i>Dorstenia opifera</i> M.		Sudorífico
Angelim	<i>Geoffroya vermífuga</i> e <i>G. spinulosa</i> M.	<i>Andira vermífuga</i> (Mart.) Benth.	Vermífuga
Caatinga branca, quijaba, pau-de-colher e jurema	Derivadas da <i>Canella alba</i> Nees e M.	-	Sudorífico e diurético
Mangabeira-brava	<i>Willughbeia pubescens</i> Nees e M.	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Constipação, icterícia, doenças crônicas da pele
Quinta-de-Piauí	<i>Exostema souzanum</i> Mart.	<i>Coutarea hexandra</i> (Jacq.) K. Schum.	-
Remédio-do-vaqueiro	<i>Ocimum incanescens</i> M.		Sudorífico e diurético
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolia</i> Radd	<i>Schinus terebinthifolia</i> Radd	Anti-inflamatório
Calunga	<i>Simaba ferruginea</i> St. Hil.	<i>Homalolepis ferruginea</i> (A.St.-Hil.) Devecchi & Pirani	Digestão, tertiana e hidropisia incipiente
Ratânia-das-antilhas	<i>Krameria ixina</i> Loefl.	-	Boubas sífilíticas
Espigélia	<i>Spigelia glabrata</i> Mart.	<i>Spigelia laurina</i> Cham. & Schltldl.	Vermífugo e sudorífico
Sapé ou capimbeba	<i>Anatherum bicornis</i> Pal. Beauv	-	Diurético e para resfriados
Pequi	<i>Cariocar</i> sp.	<i>Cariocar</i> L.	Diurético

Fonte: (SPIX; MARTIUS, 1981); Flora do Brasil 2020. Elaborado pelos autores, 2021.

Mesmo os registros de impressões decorrentes da natureza tropical aparecerem logo nas descrições iniciais do volume I da obra *Viagem pelo Brasil*, apresentando a chegada ao Rio de Janeiro, notou-se que foi no Volume III o foco da passagem pelo Amazonas, que destacou a vivência de Martius em sua estada no Brasil. Não apenas pela possibilidade de estabelecer um contato mais próximo com sociedades indígenas, mas ainda pela admiração da riqueza natural, pois a chegada e percurso pelo Amazonas destacou-se no conjunto das descrições do naturalista.

Como visto, Martius compartilhou vivências e circunstâncias não só com Spix, seu companheiro na quase totalidade da viagem pelo Brasil, mas ainda conviveu muito com os índios, guias e acompanhantes da expedição, especialmente no Amazonas. Portanto, seus registros resultam de experiências, em grande parte, compartilhadas. Além disto, a convivência com outras populações sob um espaço diverso, e obviamente muitas vezes adverso, se deu de modo mais significativo, ao considerar que Martius procurou compreender e interpretar, para seus leitores, tudo que viveu ao longo de sua expedição (SILVA, 2013).

O olhar a respeito dos indígenas que viu, observou e com os quais estabeleceu relações, descritos nos três volumes de sua obra - *Viagem pelo Brasil* (1817 – 1820), são observações importantes para a historiografia. Deixa evidente em seus escritos, que depois de tantos “tormentos e perigos” passados durante os três anos viajando pelo Brasil, ficaram satisfeitos e consideraram que a meta havia sido alcançada como afirmam no prefácio do livro volume II:

Descrever nesta relação de viagem tanto a feição física do país como os costumes, a vida intelectual e burguesa dos habitantes, também as nossas impressões durante a estada ali, é tarefa cuja significação histórica tanto mais grandiosa parece quanto mais rápida o Brasil se vai antecipando no seu desenvolvimento (SPIX; MARTIUS, 1981, v. 2, p. 13).

Demonstrando sua missão com a ciência, Martius deixou um grande legado para a botânica, registrado na *Flora Brasiliensis*. Como resultado da excursão, é considerada a maior obra de Martius, contendo 15 volumes, divididos em 40 partes, com um total de 10.367 páginas, elaborada e publicada entre os anos de 1840 e 1906 – período que ultrapassou o tempo de vida de Martius (BRIENEN, 2010), que dedicou seus últimos quarenta anos inteiramente à elaboração do material coletado em sua excursão pelo Brasil – por Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, e mais com a participação de 65 especialistas de vários países. Esta obra contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, na sua maioria de angiospermas (BELLUZZO, 1994).

Além da *Flora Brasiliensis*, a expedição de Spix e Martius compreendeu várias obras, algumas traduzidas em vários idiomas, como *Reise in Brasilien* (1817 – 1820), traduzida para *Viagem pelo Brasil* (1817 – 1820), com três volumes, a qual vem subsidiando esta pesquisa. Os

manuscritos deixados, são ricamente ilustrados pelos próprios naturalistas que eram dotados de aptidões para o desenho (BRANDÃO et al., 2012). Assim, o principal legado deixado por Spix e Martius, também foi mostrar para o mundo a riqueza da biodiversidade brasileira, registrada nas memórias de seus escritos e na riqueza de sua obra científica *Flora Brasiliensis*.

Portanto, 200 anos depois de sua passagem pelo sertão do Piauí, seus registros são um manifesto da riqueza biológica e antropológica que deve ser ensinada e cultivada para as novas gerações (OLIVEIRA; SANTOS – FILHO, 2019).

2.3 Florística da Região da Expedição de Spix e Martius no Piauí

As formações vegetais que dominam no estado do Piauí são a Caatinga com aproximadamente 49,6% (12.478.363 hectares) e o Cerrado aproximadamente 47%, destes, 33% correspondem área de domínio (8.349.759 hectares) e 14% (3.507.107 hectares) em áreas de transição. O restante, menos que 3% (738.156 hectares) corresponde as “florestas de transição” apresentando alta biodiversidade e são significativamente heterogêneas, onde há presença de espécies de vários domínios florísticos (Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) (CASTRO, 2020).

Spix e Martius entraram no Piauí em Serra de Dois Irmãos, percorreram o caminho que margeava a Bacia do Rio Canindé, atualmente corresponde aos municípios que vão desde Acauã, passando pela cidade de Oeiras até Amarante (SPIX; MARTIUS, 1981), área marcada pela vegetação de Caatinga e Vegetação de Transição Cerrado Caatinga (IBGE, 2019).

2.3.1 Florística da Caatinga

A Caatinga ocupa uma área estimada em 850.000km², sendo a maior parte da região semiárida do Nordeste brasileiro (QUEIROZ, 2009). Os principais fatores que determinam sua existência são a deficiência hídrica durante uma grande parte do ano e a irregularidade temporal na distribuição das chuvas (FARIAS; CASTRO, 2004).

No Piauí, a vegetação é marcada por mosaicos e, a distribuição de espécies é regida pelas condições climáticas e geológicas, sendo influenciados por outros domínios, como: Amazônico, Nordeste e Planalto Central (FARIAS; CASTRO, 2004). Ocorre nas partes leste e sudoeste do estado, e caracterizam-se pela presença de espécies arbóreas, arbustivo-arbóreo ou arbustivo, com densidades variadas (CASTRO, 2000).

O termo Caatinga é empregado para um domínio florístico-vegetacional (ANDRADE-LIMA, 1981), para uma formação vegetal (RIZZINI, 1997) e para diversas classificações que

variam desde classificações puramente biológicas, onde as espécies vegetais são o principal critério de diferenciação, até classificações geossistêmicas, onde a relação da vegetação com o ambiente abiótico (solo, relevo, hidrologia, entre outros) é o principal fator para a diferenciação (SILVA; CRUZ, 2018).

Martius em sua divisão fitogeográfica define às Caatingas como Hamadryades, representadas pela vegetação xerófita no Nordeste semiárido que no período de seca perde suas folhas e no período chuvoso refloresce (FERNANDES, 2000). Neste mesmo sentido, Ab'Sáber (2003), afirma que a vegetação é adaptada ao clima semiárido e a área da região central do Nordeste é caracterizada por uma forte escassez hídrica, que varia anualmente, havendo anos mais secos e anos com precipitações podendo causar inundações. Neste contexto, na obra *Flora Brasiliensis*, Martius (1896) aborda que o aspecto da vegetação da Caatinga no período de seca, tem notáveis particularidades pela capacidade adaptativa com o período de estiagem.

No que se refere à fisionomia e estrutura, a Caatinga é uma vegetação xerófila essencialmente heterogênea, caracterizada pela presença de árvores e arbustos de pequeno porte, folhas pequenas e caducifólias, com mecanismos de adaptação como espinhos, desenvolvidos como forma de recolher o excesso de transpiração causada pelo longo período de estiagem (DRUMOND et al., 2012). Do ponto de vista florístico, sua vegetação é semelhante a áreas estépicas dos climas temperados pré-andinos da Argentina e da Bolívia (VELOSO et al., 1991), em as famílias mais frequentes são: Fabaceae, Euphorbiaceae e Cactaceae (DRUMOND et al., 2000).

Apesar de se encontrar bastante degradada pela ação antrópica, principalmente nas áreas mais baixas, a Caatinga apresenta uma variedade de tipos vegetacionais com alto grau de endemismo de espécies e remanescentes de vegetação preservados (GIULIETTI et al., 2004). É importante ressaltar que as transições entre as paisagens que compõem a Caatinga ocorrem de forma gradativa. É necessário também considerar a existência de enclaves de outras fisionomias vegetais dentro do domínio vegetacional, resultantes de ciclos de retração e expansão associados a mudanças climáticas ocorridas em passado geológico recente (quaternário), o que influenciou a dispersão e o confinamento de algumas espécies vegetais que compõem as paisagens atuais (ANDRADE-LIMA, 1981; AB'SABER, 2003).

Referente ao conhecimento da Caatinga no Piauí, os principais trabalhos disponíveis na literatura são as publicações científicas de Emperaire (1989) e Sampaio et al. (1997) em uma área de carrasco Caatinga no município de Padre Marcos; Lemos; Rodal (2002), Lorenzon et al. (2003) e Lemos (2004), em Serra da Capivara, município de São Raimundo Nonato.

A importância de realizar estudos de florística justifica-se, principalmente pelo

conhecimento da composição da flora das espécies, que contribui para a conservação, recuperação e manejo dos ecossistemas (BORÉM; RAMOS, 2001; VELAZCO et al., 2015). Dada a importância do conhecimento, para o Piauí são necessários mais estudos sobre a diversidade vegetal, tendo em vista que as publicações científicas, sobre a Caatinga ainda são escassas, particularmente na região semiárida da da área de estudo.

2.3.2 Vegetação de Zonas Ecotonais

No que se refere às zonas de ecótonos ou zonas de transição Jiang, Gao e Deangelis (2012), usaram o termo ecótono para definir zonas onde há rápida transição adjacente de dois ou mais tipos de vegetação, nos quais as mudanças podem decorrer das alterações das condições ambientais, tais como as características edáficas e variáveis climáticas, como temperatura ou precipitação.

Dentre as fitofisionomias dessas regiões, destacam-se manchas de vegetação com fisionomia savânica com flora representativa de espécies de cerrado, associadas a espécies de outros domínios como Caatinga (CASTRO, 2007). Para Bowersox e Brown (2001), um ecótono pode ser considerado repentino ou gradual, altamente heterogêneo ou menos heterogêneo. Para tanto, estes fatores vão depender dos processos ecológicos que se interagem com o meio.

Um dos fatores relacionados a composição estrutural e florística dos diversos tipos vegetacionais é a heterogeneidade do ambiente, a qual tem sido abordada em diferentes estudos como fator atuante e condicionador de possíveis efeitos observados em escala local e até mesmo no interior de pequenos fragmentos (HARIDASAN; ARAÚJO, 1988; DURIGAN et al., 2000; BOTREL et al., 2002; CARVALHO et al., 2005; ROCHA et al., 2005).

O cerrado apresenta vegetação mesófila, subcaducifólia, composta de duas floras, uma arbóreo-arbustiva com dossel irregular e outra herbáceo-subarbustiva. Nas áreas de contato com a Caatinga, o Carrasco apresenta caducifólio, com frequente crescimento das plantas simpodial, estimulado pela morte das gemas terminais, provocada pelo fogo ou herbivoria de insetos e aves, traduzido pela ramificação irregular e tortuosas dos ramos. Troncos suberificados e a frequência de folhas cartáceas e coriáceas também é comum nestes ambientes (CASTRO, 2007).

Malheiros (2016), afirma que a diversidade destes ambientes que constituem o cerrado, associado a capacidade que as espécies têm em relação a sazonalidade que regula a dinâmica das mesmas, demonstram ser os componentes essenciais ao desenvolvimento de uma biodiversidade florística e faunística relativamente mais característica em relação aos demais domínios fitogeográficos brasileiros.

A partir de levantamentos realizados por Castro et al. (1998), os Cerrados piauienses estão distribuídos entre as latitudes de 3°58'-8°51'S, longitudes de 41°43'-45°15'W e altitudes de 70-430m. As chuvas se distribuem de modo irregular, porém mais concentrada entre os meses de dezembro a abril. O clima varia de Subúmido Seco a Subúmido Úmido, conforme o método de Thornthwaite e Mather (1955), com base em Castro et, al. (1998). Com relação aos solos, os cerrados do Nordeste, e mais especificamente no Piauí, podem estar associados com a sazonalidade hídrica na presença de concreções, plintita e com cores que variam do cinza claro ao amarelo, podem estar associados com grandes variações do lençol freático, nem sempre são bem drenados, ou podem ser pobres em cálcio (CASTRO, 2007).

Já as Caatingas piauienses recobrem uma estreita faixa a partir da vertente ocidental do planalto da Ibiapaba até o contato com o cerrado nas áreas aplainadas, estendendo-se entre as latitudes de 5° a 10° (BIGARELLA; ANDRADE-LIMA; RIEHS, 1975). A maior concentração das áreas de vegetação de transição (áreas ecotonais ou de tensão ecológica) do Piauí ficam nas regiões geoambientais do Vale do Gurguéia, Baixada de Campo Maior e Tabuleiro de Parnaíba (FARIAS; CASTRO, 2004).

Uma particularidade da região da bacia do Rio Canindé é a presença de vegetação de diferentes domínios fitogeográficas que se interpenetram, configurando na região além dos domínios Caatinga a Vegetação de Transição que se denomina de ecótono ou zona de tensão ecológica, segundo definições de Castro (2007).

No Piauí, nas áreas de transição são desenvolvidas o Cerrado *sensu lato* em transição com outros Domínios fitogeográficos brasileiros (RIZZINI, 1963). Estudos em região de ecótono estão trazendo novas contribuições para a flora do Cerrado e são de relevância para a determinação de padrões fitogeográficos (MENDONÇA et al. 2008), pois as análises florísticas permitem comparações dentro e entre formações florestais no espaço e no tempo, dispõe de dados sobre a riqueza e diversidade de uma área, (VELAZCO et al., 2015). Do mesmo modo, Tabarelli; Vicente (2002), afirmam que a importância de se realizar estudos florísticos consiste em conhecer a distribuição da flora e como a mesma se organiza em comunidades, facilitando o processo de compreensão da sua origem, da riqueza biológica, de sua distribuição geográfica e ecológica, do grau de endemismo e de suas formas de vida e assim levar a disseminação do conhecimento.

Referente ao conhecimento sobre a vegetação de Transição no Piauí, pode-se destacar os trabalhos de Farias e Castro (2004); Barros e Castro (2006); Chaves e Barros (2008), no município de Cocal do Piauí; Castro et al. (2009), em área de chapada nos municípios de Curimatá, Redenção do Gurguéia e Morro Cabeça no Tempo, Sudeste do Piauí; Farias, Castro

e Mendes (2010), Sousa et al. (2013) e Barros et al. (2016), todos realizados no complexo vegetacional de Campo Maior; Alves (2013) e Souza et al. (2017) no município de Bom Jesus. Não foram identificados estudos de florísticas em vegetação de transição nos municípios estudados.

2.4 Evolução socioeconômica da região semiárida do Piauí nos locais da expedição de Spix e Martius.

A transformação da estrutura econômica e social do Piauí se deu de forma lenta desde a ocupação de suas terras, maneira pela qual se processou a colonização do território piauiense assume grande importância. Dessa estrutura colonial, surgiram e se consolidaram traços que marcaram toda a evolução da economia e sociedade piauiense (ALVES, 2003)

O caráter da colonização do Piauí se deu da pecuária nordestina dentro do contexto de formação da estrutura socioeconômica brasileira (QUEIROZ, 2006). Tal característica foi presenciada também por vários viajantes que passaram pela capitania no século XIX, confirmando que esse caráter dispersivo e de população ausente dos núcleos urbanos foi uma das marcas do povoamento do Piauí. Como se verifica nas descrições deixadas por Spix e Martius que motivados pelo que ocorria no Piauí, relatavam que talvez não existia lugar algum, rico de tantos aspectos naturais existentes em um local com uma população tão pequena e tão “poucas casas de moradia”. Afirmaram ainda que, apesar da pouca quantidade da população, em razão da extensão do território, o Piauí tinha uma renda consideravelmente boa da qual tinha como principal fonte a atividade de criação de gado (SPIX; MARTIUS, 1981).

A pecuária continuou como principal atividade econômica do Piauí até meados do século XIX, cem anos depois dos primeiros sinais de decadência. No entanto, essa atividade foi diminuída cada vez mais a um mercado localizado na própria província ou, quando muito, nos limítrofes, reproduzindo as mesmas condições logísticas que se verificaram em momentos do passado. A ausência da modernização do quadro da economia e a sempre dependência de mercados externos (dentro ou fora do Brasil), verificada ao longo dos anos, contribuíram para que o Estado do Piauí se tornasse atualmente numa das mais pobres do Brasil (ALVES, 2003).

Outro marco histórico importante para a economia do Piauí Província foi a transferência da capital de Oeiras para Teresina em 1852, viabilizada por José Antonio Saraiva, o que mudaria os rumos da economia piauiense. Trazer a capital para as margens do rio Parnaíba seria o primeiro passo para justificar sua navegação, fato que se consumou em 1858, quando foi organizada uma companhia de navegação a vapor que contou com subvenções dos governos da província em associação com a iniciativa privada (ALVES, 2003).

Foi no contexto local da intensa atividade da pecuária bovina que se planejou edificar e implantar uma grande fábrica para produzir queijo e manteiga, aproveitando-se da produção leiteira das grandes fazendas existentes na região sertaneja, um dos exemplos de como o desenvolvimento econômico da região foi incipiente. A Fábrica de Laticínios foi inaugurada no dia 09 de abril de 1897, na localidade denominada Campos, da fazenda Castelo (atualmente no município de Campinas do Piauí), obra resultante de contratos de arrendamento que tinham como objeto principal as Fazendas Nacionais, funcionando até 1947 (COSTA, 2010).

Com a passagem do século XIX, ocorreram alterações conjunturais na economia piauiense. Na época haviam as maiores exportações da borracha de maniçoba – *Manihot caerulescens* Pohl. (Euphorbiaceae), sendo a atividade que marcou o início da integração do estado ao mercado mundial, de uma forma contínua, inaugurando novo período da história econômica do Piauí, agora centrado no consórcio pecuária-extrativismo. Assim, considera-se a integração da economia piauiense ao contexto internacional como sucesso durante o século XX (SOUSA, 2008).

No mesmo contexto, Queiroz (1994) afirma que a economia da borracha de maniçoba no Piauí, inserida num quadro extrativo-exportador, teve suas tendências de produção e exportação determinadas pelo preço internacional do produto, ou, em outros termos, pela demanda externa. A alta dos preços verificada na conjuntura, igualmente determinou a exploração racional do produto pelo plantio efetivada em diversos municípios do Estado. A cultura tinha como principal área de ocorrência o sudeste do Estado do Piauí. Os municípios de Simplício Mendes, Oeiras e Regeneração estavam entre os que detinham da atividade econômica.

Após a década de 1950, foi observada uma queda progressiva nos preços e, conseqüentemente, na produção dos produtos extrativistas, época em que a produtividade da lavoura passou a superá-los em importância percentual na economia. Com o mercado externo enfraquecido, a renda foi assegurada pela expansão de produtos básicos de subsistência como arroz, milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar, vinculando a economia piauiense ao mercado nordestino (CEPRO, 2013).

No decorrer dos anos 1950 o crescimento demográfico no Piauí e Nordeste e a utilização de maior quantidade da renda gerada nessas áreas para aquisição de alimentos foram os fatores que contribuíram para a maior inserção da economia piauiense no mercado nordestino (SANTANA, 2008).

Assim, limitada aos territórios de desenvolvimento visitados pela expedição de Spix e Martius, após 200 anos, o Estado tem como principais potencialidades econômicas a

Ovinocaprinocultura, Apicultura, Cajucultura, Mineração, Turismo religioso e histórico, Agroindústria, Agronegócio, Comércio e Serviços (IBGE, 2017). Além disso, existe na região, obras e investimentos estruturantes como a energia eólica no município de Queimada Nova (PIAUI, 2019), a construção da Ferrovia Transnordestina que liga o município de Elizeu Martins aos Portos do Pecém – CE e Suape – PE e a construção de terminais multimodais do projeto que contempla os municípios de Simplício Mendes e Paulistana (BIACHI; MACEDO, 2018).

3 METODOLOGIA

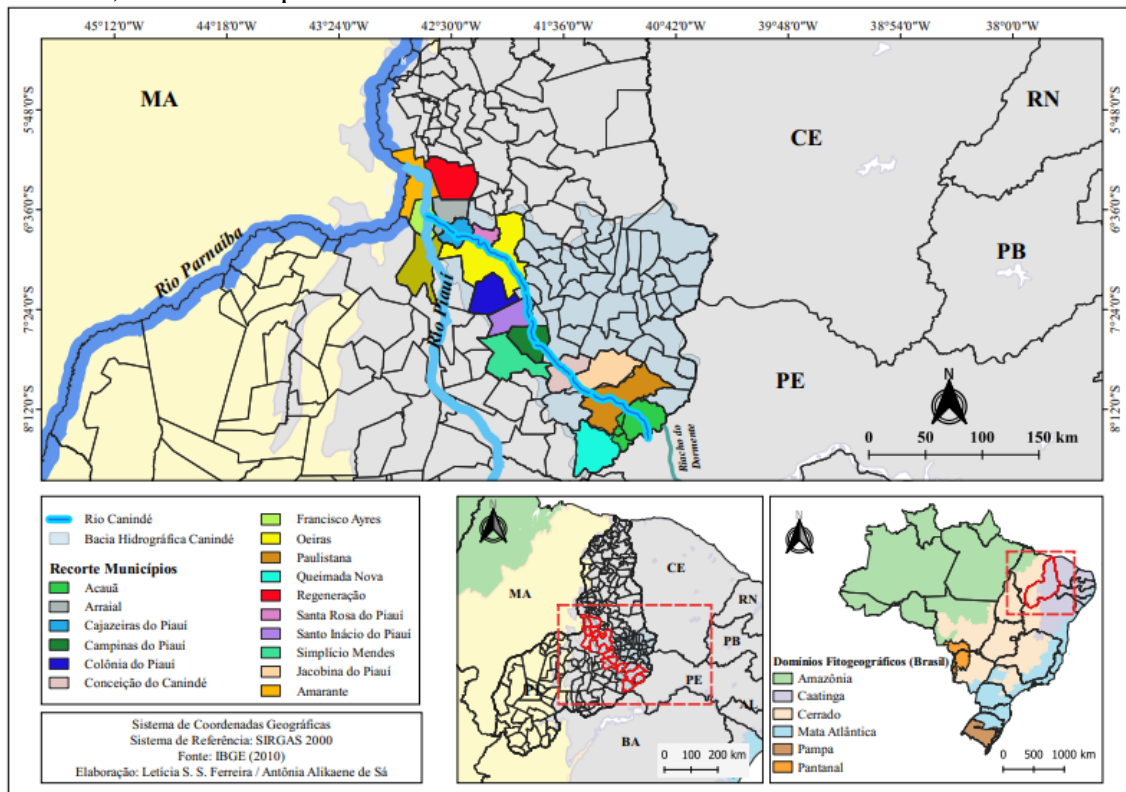
3.1 Área de Estudo

A área de estudo localiza-se na Bacia do Rio Canindé, na região semiárida piauiense, com geologia estruturada com embasamento cristalino e bacias sedimentares (CUNHA; GUERRA, 2003). De acordo com a Classificação de Köppen, o clima da região varia de BSw'h' (semiárido quente) a Aw (tropical chuvoso quente-úmido). As chuvas em sua maioria se concentram em três a quatro meses durante o ano (dezembro a março), o que leva a um balanço hídrico negativo na maior parte do ano e alto índice de aridez (SOUZA et al., 2014). A temperatura média anual da região é de 28°C e máxima de até 40°C ano⁻¹, consideravelmente elevada (GAMA; JESUS, 2020).

A seleção dos municípios para realização de nova excursão se deu através da observação da atual divisão político-geográfica do Piauí respeitando a rota descrita por Spix e Martius (1981), comparada com Silva (2017) e Lima (2005), compreendendo 16 municípios, sendo eles: Acauã, Paulistana, Queimada Nova, Jacobina do Piauí, Conceição do Canindé, Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Colônia do Piauí, Oeiras, Santa Rosa do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Arraial, Francisco Ayres, Regeneração e Amarante (Figura 1).

A respeito da delimitação da atual rota, com base nos estudos realizados para esta Dissertação, não foi possível identificar com precisão onde seria atualmente a sede de todas as fazendas visitadas pela expedição de Spix e Martius. Assim, embora a nova rota não apresente total precisão das localidades descrita nos relatos da Viagem pelo Brasil, passagem pelo Piauí, procuramos compor ao máximo uma narrativa capaz de organizar as informações e conectar um trecho descritivo a outro.

Figura 1 - Localização geográfica da área de estudo - Caminho da Expedição de Spix e Martius no Piauí, 200 anos depois.



3.2 Pesquisa bibliográfica

Foi conduzida uma ampla pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações sobre a Expedição de Spix e Martius no Piauí, trilhando pelo contexto histórico e ambiental. Esta fase foi subsidiada principalmente pela bibliografia básica no relato contido em textos da obra *Viagem pelo Brasil*, (1817 – 1820), (SPIX; MARTIUS, 1981), na obra *Flora Brasiliensis*, bem como outras bases/fontes citadas nas referências desta pesquisa.

A análise dos atuais aspectos sociais e econômicos dos locais de estudo foi realizada com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acessando ao Portal IBGE das cidades através do site <https://cidades.ibge.gov.br/>. Analisou-se para cada município os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), Produto Interno Bruto (PIB), demografia e as potencialidades econômicas para cada município. Além das informações do governo, a pesquisa foi subsidiada através de levantamento bibliográfico.

Foi realizado um levantamento florístico das plantas do Piauí coletadas por Martius e citadas na *Flora Brasiliensis*. O levantamento bibliográfico se deu acessando aos sites: florabrasiliensis.cria.org.br e www.biodiversitylibrary.org (obra disponível). Analisou-se

página a página para anotações das famílias botânicas, espécies e locais de coleta. Após o levantamento da flora, foi realizada a atualização da nomenclatura botânica de todas as espécies levantadas consultando-se a grafia na Lista online da Flora do Brasil 2020 e no banco de dados online Powo 2019 (<http://www.plantsoftheworldonline.org/>).

3.3 Coleta do material botânico

A revisita ao caminho da expedição de Spix e Martius foi feita por meio de uma expedição ao campo no mês de maio de 2019, com duração total de seis dias, mesmo período do ano em que passou a expedição de Spix e Martius em 1819.

As coletas do material botânico foram realizadas em vários pontos da rota, principalmente nos locais que se observou apresentar maior intensidade de plantas com órgãos reprodutivos, principalmente nas margens de riachos, Rios e no Rio Canindé, por terem sido, segundo relato, o foco dos locais de coletas de Martius. Foram coletados espécimes em estado reprodutivo presentes na rota.

3.4 Identificação do material botânico

O material botânico foi coletado e processado segundo técnicas usuais em botânica (MORI et al., 1989), e identificado por meio da utilização de chaves de identificação, descrições originais, bibliografia especializada, comparação com exemplares contidos no acervo TEPB (Herbário Graziela Barroso – UFPI) e coleções digitais disponíveis em bancos de dados Re flora (<http://reflora.jbrj.gov.br>), Species Link (<http://www.splink.org.br>), Powo 2019 (<http://www.plantsoftheworldonline.org/>) e Tropicos.org (<https://tropicos.org/home>), além de doação de duplicatas para especialistas dos táxons com maior dificuldade de identificação.

A listagem dos táxons seguiu a classificação Angiosperm Phylogeny Group IV - APG IV (CHASE et. al., 2016) e a correção da grafia dos nomes dos táxons seguiu o sítio eletrônico flora do Brasil 2020. Todas as coletas foram georreferenciadas e feito registro fotográfico da maioria.

Esta pesquisa foi cadastrada no sistema eletrônico do SisGen - Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado sob número A53B413 (Anexo I).

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, A. R. et al. Análise da Estrutura Vegetacional em uma Área de Caatinga no Município de Bom Jesus, Piauí. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 26, n. 4, p. 99 – 106, 2013.

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, 2003.

ANDRADE-LIMA, D. The Caatinga Dominion. **Revista Brasileira de Botânica**. São Paulo, v.4: p.149-163. 1981.

BARROS, J. S. et al. Uma visão geológica sobre a florística e fitossociologia de áreas ecotonais: complexo vegetacional de Campo Maior, Piauí. *In*: ALMEIDA-JUNIOR, E. B.; SANTOS-FILHO, F. S. (Orgs). Biodiversidade do Meio Norte do Brasil: conhecimentos ecológicos e aplicações. Curitiba: **CRV**, p. 45- 66, 180p., 2016.

BARROS, J. S.; CASTRO, A. A. J. F.; Compartimentação geoambiental no complexo de Campo Maior, PI: uma área de tensão ecológica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, p. 119-130, 2006.

BECHER, H.; KOMISSAROV, B. N.; BRAGA, M. P. **Os Diários de Langsdorff**. Translation Márcia Lyra Nascimento Egg and others. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 400 p. Vol. 1., 1997.

BELLUZZO, A. M. M. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros, Vols. 1, 2 e 3. 1994.

BHL. BIODIVERSITY HERITAGE LIBRARY. Flora Brasiliensis, enumeratio plantarum em Brasília hactenus detectarum. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/bibliography/454#/summary>. Acesso: 05 fev. 2020.

BIACHI, A. P. T., MACEDO, F. C. Ferrovia Nova Transnordestina e Organização Espacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17010, 2018.

BIGARELLA, J.J; ANDRADE-LIMA, D; RIEHS, P.J. Considerações a respeito das mudanças paleoambientais na distribuição de algumas espécies vegetais e animais no Brasil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 47:411-464, 1975.

BORÉM, R. A. T.; RAMOS, D. P. Estrutura fitossociológica da comunidade arbórea de uma topossequência pouco alterada de uma floresta atlântica, no município de Silva Jardim – RJ. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v. 25, p. 131-140, 2001.

BOTREL, R. T.; OLIVEIRA-FILHO, A. T.; RODRIGUES, L. A.; CURI, N. Influência do solo e topografia sobre as variações da composição florística e estrutura da comunidade arbóreo arbustiva de uma floresta estacional semidecidual em Ingaí, MG. **Revista Brasileira de Botânica**, v.25, p.195-213, 2002.

BOWERSOX, M. A.; BROWN, D. G. Measuring the abruptness and patchy ecotones. **Plant Ecology**, n. 156, p. 89-120. 2001.

BRANDÃO, M. G. L. et al. Naturalistas europeus e as plantas medicinais do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 21, n. 2, p.

207-30, 2012.

BRIENEN, R. P. **Albert Eckhout (Obra Completa) – Visões do paraíso selvagem**. Editora: Capivara, Rio de Janeiro, 432 p. 2010.

CARVALHO, D.A. et al. Variações florísticas e estruturais do componente arbóreo de uma floresta ombrófila alto-montana às margens do Rio Grande, Bocaina de Minas, MG, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, v.19, n.1, p.91-109, 2005.

CASTRO, A.A.J.F. Mata atlântica no Piauí: isto é, ou não é uma "fake news"? **Publ. avulsas conserv. ecossistemas**, Teresina, n. 34, p. 1-18, 2020.

CASTRO, A. A. J. F. et al. Diversidade de espécies e de ecossistemas da vegetação remanescente da Serra Vermelha, Área de Chapada, municípios de Curimatá, Redenção do Gurguéia e Morro Cabeça no Tempo, Sudeste do Piauí. **Publicações Avulsas em Conservação de Ecossistemas**, v. 23, p. 1-72, 2009.

CASTRO, A. A. J. F. et al. Cerrados marginais do Nordeste e ecótonos associados. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5. supl. 1, p. 273-275, 2007.

CASTRO, A.A.J.F. Cerrados do Brasil e do Nordeste: produção, hoje, deve também incluir manutenção da biodiversidade. In: A.H. Benjamin & J.M.C. Sícóli (eds.). **Agricultura e Meio Ambiente**. São Paulo, IMESP. Pp. 79-87. 2000.

CASTRO, A. A. J. F.; MARTINS, F. R.; FERNANDES, A. G. The wood flora of cerrado vegetation in the state of Piauí, northeastern Brazil. **Edinburgh Journal of Botany**, v. 55, n. 3, p. 455-472, 1998.

CEPRO. Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (Piauí 2050).292 p. 2013.

CHASE, M. W. et al. Uma atualização da classificação do Grupo de Filogenia dos Angiospermas para as ordens e famílias de plantas com flores: APG IV. **Revista de Botânica da Sociedade Linnean**, v. 181, n.1, p.1-20, 2016

CHAVES, E. M. F.; BARROS, R. F. M. Resource Use of the Flora of the Brushwood Vegetation in Cocal County, Piauí, Brazil. **Functional Ecosystems and Communities**, v. 2, n. 1, p. 51-58, 2008.

COSTA, A. A. A. O processo de preservação da Fábrica de Laticínios das Fazendas Nacionais em Campinas do Piauí. **Labor E Engenho**, v. 4, n. 4, p. 78-92, 2010.

CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. **Geomorfologia do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DINIZ, L. F. A. **Narrativas cartográficas**. Vol. 1. 65 p. 2019.

DOMINGUES, H. M. B; SÁ, M. R; GLICK, T. **A recepção do darwinismo no Brasil**. Editora Fiocruz, 2003.

DRUMOND, M.A.; SCHISTEK, H; SEIFFARTH, J.A. A Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil. **Revista do Instituto de Humanitas Usininos**, São Leopoldo, n. 389, p. 1-60, 2012.

DRUMOND, M. A. et al. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga: estratégias para uso sustentável da biodiversidade da Caatinga. Petrolina: **Embrapa Semi-Árido**, 23 p., 2000.

DURIGAN, G.; RODRIGUES, R.R.; SCHIAVINI, I. A heterogeneidade ambiental definindo a metodologia de amostragem da floresta ciliar. In: RODRIGUES, R.R.; LEITÃO FILHO, H.F. (Ed.). *Matas ciliares: conservação e recuperação*. São Paulo: **EDUSP**. p.159-167, 2000.

EMPERAIRE, L. *Végétation et gestion desressources naturelles dansla caatinga du sud-estdu Piauí (Brésil)*. 378f. Tese (Doctorat d’EtatèsSciencesNaturelles) – Université Pierre et Marie Curie, Paris (Travaux et Documents Micro édités, 52),1989.

FARIAS, R. R. S.; CASTRO, A. A. J. F.; MENDES, M. R. A. Estudo florístico em trechos de vegetação do complexo de Campo Maior, Jatobá do Piauí (PI, Brasil). In: CASTRO, A. A. J. F.; CASTRO, N. M. C.; ARZABE, C. (Orgs.). *Biodiversidade e Ecótonos da Região Setentrional do Piauí*. Teresina: **EDUFPI**, n. 5. p. 44-65, 2010.

FARIAS, R. R. S; CASTRO, A. A. J. F. Fitossociologia de trechos da vegetação do Complexo de Campo Maior, Campo Maior, PI, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, SãoPaulo, v. 18, n.4, p. 949-963, 2004.

FERNANDES, A. **Fitogeografia brasileira**, 2ª ed. Ed. Multigraf, Fortaleza, 340 p., 2000.

FITTKAU, E. J.. Johann Baptist Ritter *von Spix*: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. **Hist. cienc. saude**, Rio de Janeiro, v. 8, supl. p. 1109-1135, 2001.

FLORA BRASILIENSIS. A Obra. 1840 – 1915. Disponível em:
<http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>. Acesso: 05 fev. 2021.

FLORA DO BRASIL 2020. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em:
<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GAGLIARDO, V. C. A construção do Rio de Janeiro na literatura de viagem oitocentista. **Almanack**, Guarulhos, n.12, p.156-183, 2016.

GAMA, D. C.; JESUS, J. B. Principais Solos da Região Semiárida do Brasil Favoráveis ao Cultivo do Eucalyptus L’Heritier. **BIOFIX Scientific Journal**, v. 5, n. 2, p. 214-221, 2020.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Livraria Itatiaia Editora, 1975.

GIULIETTI, A. M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (Orgs.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: Ministério do Meio

Ambiente, p. 47-90, 2004.

HARIDASAN, M.; ARAÚJO, G. M. Aluminium-accumulating species in two Forest communities in the cerrado region of central Brazil. **Forest Ecology and Management**, v. 24, p. 15- 26, 1988.

IBGE.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário** – Resultados Preliminares. 2017. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em 16 jun. 2019.

IBGE.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Território e Ambiente**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sintese/pi?indicadores=77861>. Acesso em 03 mai. 2020.

JIANG, J; GAO, D; DEANGELIS, D. L. owards a theory of ecotone resilience: Coastal vegetation on a salinity gradient. **Theoretical Population Biology**, v. 82, n. 1, p. 29-37, 2012.

KALTNER, L. F. **Anotações sobre a Biografia do Naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius**. In: O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos KALTNER, L. F., Ponta Grossa, PR: Atena, p., 58-63, 2020.

KURY, L. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Intellèctus**, v. 2, n. 1, p. 1, 2003.

KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **Hist. cienc. saude**, Rio de Janeiro, v. 8, supl. p. 863-880, 2001.

LEMOS, J. R. Composição florística do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 85p. 55-66, 2004.

LEMOS, J. R; RODAL, M. J. N. Fitossociologia do componente lenhoso de um trecho da vegetação de caatinga no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 23-42, 2002.

LIMA, S. O. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, M. E. A. T. **As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai**. Belo Horizonte: Autêntica, 168 p., 2002.

LORENZON, M. C.A.; MATRANGOLO, C. A.R.; SCHOEREDER, J. H. Flora visitada pelas abelhas eussociais (Hymenoptera, Apidae) na Serra da Capivara, em caatinga do Sul do Piauí. **Neotrop. Entomol.**, Londrina, v. 32, n.1, p. 27-36, 2003.

MALHEIROS, R. A influência da sazonalidade na dinâmica da vida no bioma cerrado (The seasonality influence n the dynamics of life on cerrado biome). **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, 2016.

MARTINEZ, P. H. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. **Hist. cienc. Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1155-1170, 2012.

- MARTIUS, K. F. P. **Flora brasiliensis**. apud R. Oldenbourg in comm., 1896.
- MAXIMILIANO, P. W. N. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- MENDONÇA, R. C. et al. Flora Vascular do Cerrado. Pp. 289-556. In: S. M. Sano & S. P. Almeida (eds). Cerrado: ambiente e flora. Planaltina, **EMBRAPA-CPAC**. 2008.
- MORI, S.A.; SILVA, L.A.M.; LISBOA, G.; CORADIN, L. **Manual de manejo do herbário fanerogâmico**. Ilhéus: CEPLAC-CEPEC, 2ª ed., 104p. 1989.
- NEIVA, A. **Esboço histórico sobre Botânica e Zoologia no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 44p, 1989.
- OLIVEIRA, C. B.; SANTOS-FILHO, F. S. Dois séculos de história. **Revista Cidade Verde**, Teresina, p. 78 - 81, 2019.
- PADOAN, L. L. F. Explorando o desconhecido: As contribuições dos viajantes naturalistas para as Ciências Naturais no Brasil do século XVIII e XIX. **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas-UFSM**, Santa Maria e **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 194-201, 2015.
- PIAUI. Governo do Estado. 2019. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-tem-maior-parque-eolico-em-construcao-na-america-do-sul/>. Acesso em: 16 de fev. 2020.
- PICKEL, D. **Flora do Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave: no século XVII**. EDUFRPE, 2008.
- POWO. Plants of the World Online. Facilitado pelo Royal Botanic Gardens, Kew. 2019. Disponível em: <http://www.plantsoftheworldonline.org/>. Acesso: 05 fev. 2021.
- PRESTES, M. E. B. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. Annablume, 2000.
- QUEIROZ, L.P. **Leguminosas da caatinga**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Kew, Royal Botanic Gardens; Associação Plantas do Nordeste, 467p., 2009.
- QUEIROZ, T.D.J.M. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 58p., 2006.
- QUEIROZ, T. J. M. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí (1900-1920)**. 1994.
- RAMIREZ, E. S. **As Relações entre a Áustria e o Brasil, 1815-1889**. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo, Companhia Editora Nacional. Brasiliana, vol. 337, 275 p., 1968.
- REINALDO, R. O começo do terrível – o legado de von Martius entre a ciência e a ficção na representação da natureza brasileira. **VISUALIDADES**, Goiânia v.12 n.2 p. 113-141, jul-dez 2014.

RIZZINI, C.T. **Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos**. 2ª edição. Âmbito Cultural Edições, Rio de Janeiro, Brasil, 747 p. 1997.

RIZZINI, C. T. Nota prévia sobre a divisão fitogeográfica (florístico-sociológica) do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** 25: 3-65, 1963.

ROCHA, C.T.V. et al. Comunidade arbórea de um continuum entre floresta paludosa e de encosta em Coqueiral, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, v.28, n.2, p.203-218, 2005.

SAMPAIO, E. V. S. B; CASTRO, A. A.J. F; RODAL, M. J. N. Flora e fitossociologia de uma área de transição carrasco-caatinga de areia em Padre Marcos, Piauí. **Naturalia**, São Paulo, v. 22, p. 131-150, 1997.

SANTANA, R.N.M. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. Volume 1 de Coleção Mundo. FUNDAPI, Teresina, 204p., 2008.

SILVA, D. S; CRUZ, C. M. Tipologias de Caatinga: Uma Revisão em Apoio a Mapeamentos Através de Sensoriamento Remoto Orbital e GEOBIA. **Revista do Departamento de Geografia**,35, 113-120, 2018.

SILVA, E. F. Artes de curar no Brasil holandês: a construção do conhecimento médico e dietético na relação entre Velho e Novo Mundo. **Intellèctus**, v. 15, n. 1, p. 1-23, 2016.

SILVA, R. M. Documentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí**. Ano 99, n. 7 (2017-2018). Teresina, 202 p., 2017.

SILVA, S. P. et al. Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844). 81 p., 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso.

SLEMIAN, A. Entre a corte e a revolução: a atuação de um "negociante" na América sede do Império português. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 28-53, 2008.

SLUSARSKI, S.R. Desbravadores de natureza. Folha biológica 2 (2):1. 2011. Disponível em: <https://folhabiológica.bio.br/arquivos/313>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SOUSA, S. R. et al. Fitoecologia do Complexo de Campo Maior, Piauí, Brasil. In: SANTOSFILHO, F. S.; SOARES, A. F. C. L.; ALMEIDA JR., E. B. (Orgs.). Biodiversidade do Piauí: pesquisas e perspectivas. Curitiba, PR: **CRV**, v. 2, p. 73-99, 2013.

SOUSA, S. R. V. S; SANTOS-FILHO, F. S. [IN] CI (PI) ÊNCIA: Panorama Geral dos Estudos sobre Biodiversidade no Piauí. **REVISTA EQUADOR**, v. 7, n. 2, p. 17-41, 2018.

SOUSA, V. V. Piauí: Apossamento, Desenvolvimento e Integração (1684-1877). **Seminário de Pesquisa da Pós Graduação UFG/UCG**, v. 1, 2008.

SOUZA, M. P. et. al., Composição e estrutura da vegetação de caatinga no sul do Piauí, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, n. 2, p. 210-

217, 2017.

SOUZA, M.T.S. et al. Caracterização climática e o efeito do estresse hídrico sob as plantas nativas da caatinga. *PUBVET*, v.8, n.1, p.1-17, 2014.

SPECIES LINK. Disponível em: <http://www.splink.org.br/>. Acesso: 06 fev. 2021.

SPIX, J. B., MARTIUS, C. F. F.. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, vols. 1, 2 e 3, 1981.

TABARELLI, M.; VICENTE, A. Lacunas de conhecimento sobre as plantas lenhosas da caatinga. **Vegetação e Flora da Caatinga**. Recife, p. 25-40, 2002.

THORNTHWAITE, C.W., MATHER, J.R. The water balance. Centerton: Laboratory of Climatology. **Publications in Climatology**, v. 8, n. 1. 104 p., 1955.

TROPICOS.ORG. **Jardim Botânico de Missouri**. Disponível em: <http://www.tropicos.org>. Acesso em: 08 fev. 2021.

VANZOLINI, P. E. A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil. **Revista USP**, n. 30, p. 190-238, 1996.

VASCONCELOS, E. A. Os registros linguísticos dos viajantes naturalistas Emmanuel Pohl (1782-1834) e Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, 17(1), 177–196, 2017.

VELAZCO, S. J. E, et al. Florística e fitossociologia de uma floresta estacional semidecidual, reserva privada Osununú-Misiones, Argentina. **Floresta e Ambiente**, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2015.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro. 124 p., 1991.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 630 p., 2004.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**. *Brasiliana*, 713 p., 1939.

4 RESULTADOS

Os resultados desta Dissertação estão apresentados em quatro capítulos sendo:

CAPÍTULO I - Flora da Expedição de Spix e Martius no Piauí: um Paralelo de 200 anos depois;

CAPÍTULO II - Mudanças do Perfil Socioeconômico do Piauí: da expedição de Spix e Martius à atualidade;

CAPÍTULO III - Da Desterritorialização dos Acaroá e Gueguê a Territorialização do Quilombo Mimbó na Região do Médio Parnaíba Piauiense (XVIII-XXI); e,

CAPÍTULO IV - Spix e Martius - Dois Séculos da Maior Missão Científica No Piauí.

4.1 CAPÍTULO I

FLORA DA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO PIAUÍ: UM PARALELO DE 200 ANOS DEPOIS

FLORA DA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO PIAUÍ: UM PARALELO DE 200 ANOS DEPOIS.

Antonia Alikaene de Sá¹; Maria Carolina de Abreu²; Francisco Soares Santos Filho³

RESUMO

O presente estudo objetivou inventariar a flora atual da região percorrida por Spix e Martius no Piauí comparando dados com as espécies da mesma região descritas na Flora Brasiliensis. A seleção dos municípios para realizar nova excursão se deu através da observação da atual divisão político-geográfica do Piauí respeitando a rota descrita pela Expedição e confirmada com outros autores. A revisita aconteceu em uma expedição ao campo, maio/2019. As plantas coletadas na expedição foram herborizadas e identificadas, com base na classificação proposta pelo APG IV, usando metodologia usual em botânica. Como resultados, a composição florística deteve 163 táxons distribuídos em 113 gêneros e 37 famílias. Fabaceae (38 spp.), Malvaceae (16 spp.), Poaceae (15 spp.), Bignoniaceae e Euphorbiaceae (9 spp. cada) foram as famílias mais representativas e *Sida* (6 spp.), *Cyperus* (5 spp.), *Waltheria*, *Chamaecrista*, *Mimosa* e *Ipomoea* (4 spp. cada) foram os gêneros mais representativos. A vegetação apresenta espécies endêmicas da Caatinga e do Cerrado. No levantamento das espécies do Piauí contidas na Flora Brasiliensis foram encontradas 164 espécies, distribuídas em 125 gêneros e 38 famílias. Fabaceae (43 spp.), Poaceae (29 spp.), Malvaceae (9 spp.), Asteraceae e (8 spp.) Arecaceae (7 spp.), apresentaram maior número de espécies. Nos aspectos comparativos com o levantamento atual e os táxons publicados na Flora Brasiliensis relativos ao Piauí, 12 (7,31%) espécies, 34 (27,2%) gêneros e 20 (50,00%) famílias foram comuns. Quanto ao hábito de vida a maior parte é formada por ervas. A flora atual quando comparada com a flora coletada por Martius apresentou pouca semelhança, exceto em nível de família.

Palavras-Chave: Cerrado. Caatinga. Flora Brasiliensis. Florística. Naturalistas.

FLORA FROM THE SPIX AND MARTIUS EXPEDITION IN PIAUÍ: A PARALLEL OF 200 YEARS LATER

ABSTRACT

The present study aimed to inventory the current flora of the region covered by Spix and Martius in Piauí by comparing data with the species of the same region described in Flora Brasiliensis. The selection of municipalities to undertake a new excursion took place through the observation of the current political-geographical division of Piauí, respecting the route described by the Expedition and confirmed with other authors. The return visit took place on an expedition to

¹Universidade Federal do Piauí – UFPI, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – MDMA/Tropen, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Av. Universitária, 1310 - Ininga - Teresina - PI -CEP: 64049-550, allyknsa@hotmail.com.

²Universidade Federal do Piauí – UFPI, Depto. Biologia, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, Rua Cícero Duarte, nº 905 - Bairro Junco - Picos/PI - CEP: 64.607-670.

³Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Centro de Ciências da Natureza, Campus Pirajá, R. João Cabral – S/N, Matinha, Teresina - PI, 64002-150.

the field, may / 2019. The plants collected in the expedition were herborized and identified, based on the classification proposed by APG IV, using usual methodology in botany. As a result, the floristic composition held 163 taxa distributed in 113 genera and 37 families. Fabaceae (38 spp.), Malvaceae (16 spp.), Poaceae (15 spp.), Bignoniaceae and Euphorbiaceae (9 spp. Each) were the most representative families and *Sida* (6 spp.), *Cyperus* (5 spp), *Waltheria*, *Chamaecrista*, *Mimosa* and *Ipomoea* (4 spp. each) were the most representative genera. The vegetation presents species endemic to the Caatinga and the Cerrado. In the survey of Piauí species contained in Flora Brasiliensis, 164 species were found, distributed in 125 genera and 38 families. Fabaceae (43 spp.), Poaceae (29 spp.), Malvaceae (9 spp.), Asteraceae and (8 spp.) Arecaceae (7 spp.), Presented the highest number of species. In the comparative aspects with the current survey and the taxa published in Flora Brasiliensis related to Piauí, 12 (7.31%) species, 34 (27.2%) genera and 20 (50.00%) families were common. As for the habit of life, most of them are herbs. The current flora when compared to the flora collected by Martius showed little resemblance, except at the family level.

Keywords: Cerrado. Caatinga. Flora Brasiliensis. Floristic. Naturalists.

INTRODUÇÃO

A vegetação do Piauí é marcada por mosaicos, e a distribuição de espécies é conduzida pelas condições climáticas e geológicas, sendo influenciados por outros domínios, como: Amazônico, Nordeste e Planalto Central (FARIAS e CASTRO, 2004). As formações vegetais são distinguidas em três tipos principais: a Caatinga com aproximadamente 49,6% (12.478.363 hectares), o Cerrado aproximadamente 47%, destes, 33% correspondem área de domínio (8.349.759 hectares) e 14% (3.507.107 hectares) em áreas de transição. O restante, menos que 3% (738.156 hectares) corresponde as “florestas de transição” apresentando alta biodiversidade e são significativamente heterogêneas, onde há presença de espécies de vários domínios florísticos (Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) (CASTRO, 2020).

Estudos sobre a composição florística são de fundamental importância para o conhecimento e compreensão da estrutura e da dinâmica da vegetação, possibilitando reunir informações qualitativas e quantitativas sobre as áreas pesquisadas, em especial sobre a distribuição geográfica das espécies e sua abundância em diferentes locais (SOUZA et al., 2017; VASCONCELOS et al., 2017).

A composição florística de um local poder ser alterada em decorrência das ações antrópicas dentre elas as atividades agropecuárias, agricultura e construções, como também pelos fatores naturais como as queimadas e a fenologia da vegetação entre o período seco e chuvoso (SILVA, et al., 2010)

Em 2019 completaram 200 anos que os naturalistas Johann Baptist von Spix (zoólogo) e Carl Friedrich Philipp von Martius (botânico) passaram pelo Piauí em missão científica. Estes pesquisadores percorreram cerca de 500 km em território piauiense, no sentido sudeste-noroeste,

entre abril e maio de 1819 (SPIX; MARTIUS, 1981). Martius coletou várias plantas das quais deixou registradas na sua obra *Flora Brasiliensis* que é a mais importante base para os estudos da flora brasileira. Os registros das espécies na obra são um manifesto da riqueza biológica do país o que inclui o Piauí.

Apesar da riqueza florística, evidenciada nas diferentes excursões botânicas empreendidas desde o século XIX por naturalistas estrangeiros como Martius (SPIX; MARTIUS, 1981) e George Gardner (GARDNER, 1975) e, mais recentemente, dos estudos desenvolvidos pelos programas de pós-graduação, até hoje não se repetiu, estudo florístico tão abrangente que contemplasse muitas áreas do Piauí, existindo, portanto, grandes lacunas de conhecimento sobre sua flora nativa. Assim, em razão da importância e da riqueza florística inserida nos domínios vegetacionais (Caatinga e da Vegetação de transição Cerrado Caatinga) do Piauí, o presente estudo objetivou inventariar a Flora atual da região percorrida por Spix e Martius no Piauí comparando dados com as espécies da mesma região descritas na *Flora Brasiliensis*;

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

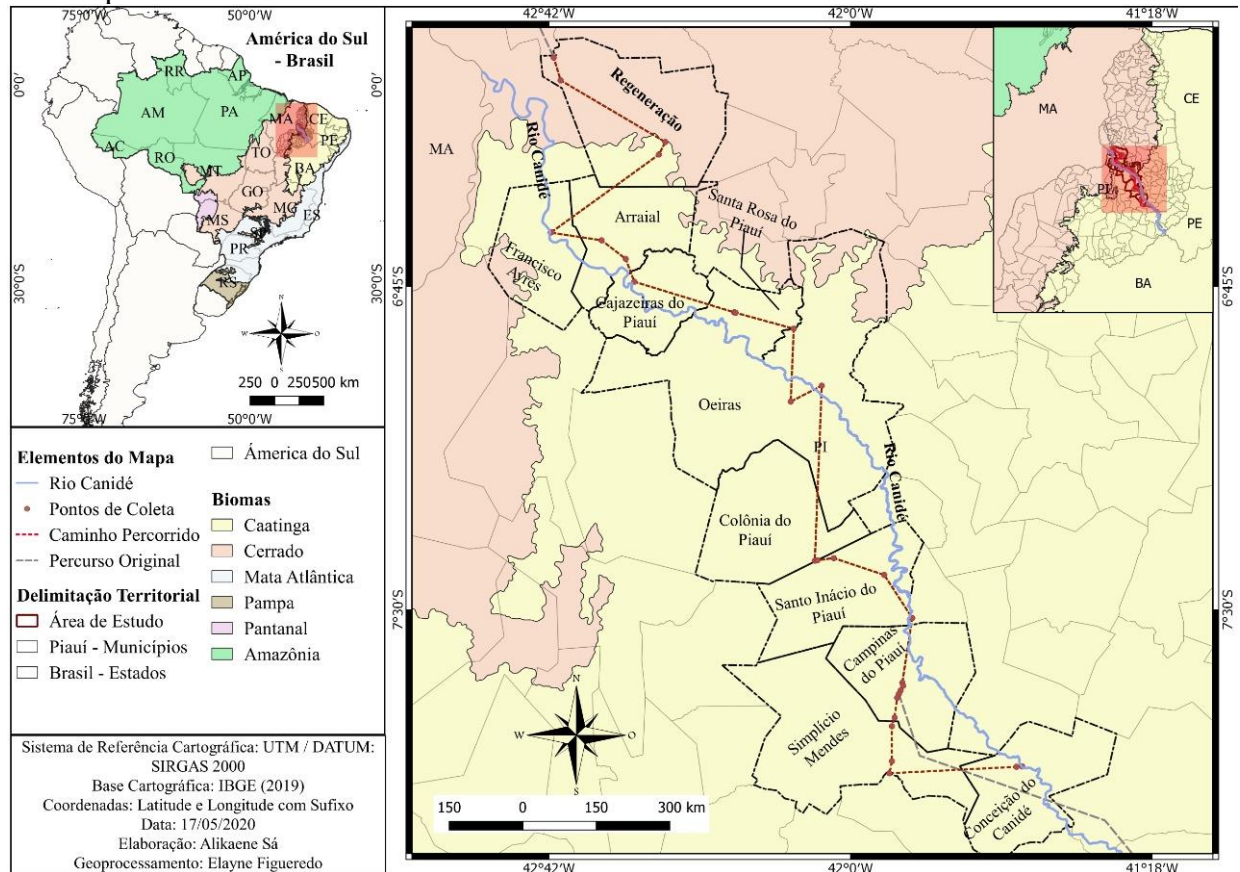
O estudo foi realizado com base no mapeamento do percurso da expedição de Spix e Martius no Piauí, que fica localizado na Macrorregião Semiárida com tipos vegetacionais diferentes, sendo a vegetação da Caatinga a predominante.

As áreas de coleta foram definidas através da observação do trajeto descrito em Spix e Martius (1981), o que inclui um mapa da região, o qual relata a entrada dos viajantes seguindo ao longo do curso do Rio Canindé a partir da Serra de Dois Irmãos (Acauã), na porção sudeste do Estado. Prosseguiram a excursão pela província passando pelas Fazendas Serrinha, Serra Branca, Cachoeira, Santa Isabel, Porções de Cima, Bom Jardim, Poções de Baixo, Campo Grande, Castelo, Brejo, Ilha, Mocambo, chegando na cidade de Oeiras (a época era capital), depois passando pelas fazendas Olho D'água, Inhuma, Gameleira, e chegando em comunidades como Serra de São Gonçalo, São Gonçalo do Amarante, e as fazendas Coité, Buriti, São Pedro, Todos os Santos e Sobradinho onde chegaram no Rio Parnaíba que forma as fronteiras entre o Piauí e Maranhão (SPIX; MARTIUS, 1981).

A seleção dos municípios para realização de nova excursão se deu através da observação da atual divisão político-geográfica do Piauí respeitando a rota descrita por Spix e Martius (1981), confirmando com Lima (2005) e Silva (2017), que atualmente corresponde aos

municípios de: Conceição do Canindé, Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Colônia do Piauí, Oeiras, Santa Rosa do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Arraial, Francisco Ayres e Regeneração, áreas inseridas na bacia do Rio Canindé (Figura 1).

Figura 1 - Locais de coleta botânica no caminho da expedição de Spix e Martius no Piauí 200 anos depois.



Levantamento Florístico na Flora Brasiliensis

Foi realizado um levantamento das plantas do Piauí citadas na Flora brasiliensis, usando os recursos dos sites: florabrasiliensis.cria.org.br e www.biodiversitylibrary.org (obra disponível). Analisamos os 15 volumes da obra, página a página para anotações em planilhas Excel e Word das famílias botânicas e espécies. Após o levantamento da flora, foi realizada atualização da nomenclatura botânica de todas as espécies coletadas por Martius no Piauí, consultando-se nas bases de dados online da Flora do Brasil 2020 e Powo 2019. A lista das espécies foi organizada em tabelas (Word e Excel) para contabilização e comparação com a flora atual inventariada neste estudo.

Coleta do material botânico

A revisita ao caminho da expedição de Spix e Martius foi feita por meio de uma expedição ao campo realizado no mês de maio de 2019, com um período total de seis dias, fazendo coincidir o período em que a expedição passou no Piauí. As coletas do material botânico foram realizadas através de paradas em uma rota aleatória permeando por vários tipos de vegetação, incluindo margens de riachos e rios, principalmente nas margens do Rio Canindé, por ter sido, segundo relato, o foco dos locais de coletas de Martius.

O material botânico oriundo da expedição atual foi processado segundo técnicas usuais em botânica (MORI et al., 1989), e foi identificado por meio da utilização de chaves de identificação, descrições originais, bibliografia especializada, comparação com acervo TEPB (Herbário Graziela Barroso – UFPI) e coleções digitais disponíveis em bancos de dados Reflora (<http://reflora.jbrj.gov.br>), Species Link (<http://www.splink.org.br>), Powo 2019 (<http://www.plantsoftheworldonline.org/>) e Tropicos.org (<http://www.tropicos.org>), além de doação de duplicatas para especialistas dos táxons com maior dificuldade de identificação. As exsicatas serão incorporadas ao Herbário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – HDELTA/UFDPAr.

A listagem dos táxons foi feita com base na classificação Angiosperm Phylogeny Group IV APG (CHASE, et. al., 2016), e a correção da grafia dos nomes dos táxons e hábito de vida das espécies seguiu o sítio eletrônico da Flora do Brasil 2020. Todas as coletas foram georreferenciadas e foi feito o registro fotográfico dos espécimes coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a amostragem da composição florística obteve-se 163 *taxon* distribuídos em 113 gêneros e 37 famílias, dos quais 142 (87,65%) identificados em nível de espécie, 18 (11,11%) em nível gênero, e dois (1,23%) indeterminados. Quanto ao hábito de vida das espécies as ervas foram as mais representativas (Quadro 1).

Quadro 1 - Composição e hábito da flora do caminho da expedição de Spix e Martius, após 200 anos no Piauí.

Famílias/Espécies	Hábito
ACANTHACEAE Juss.	
<i>Anisacanthus trilobus</i> Lindau	Arbusto
<i>Ruellia paniculata</i> L.	Arbusto
<i>Ruellia</i> sp.	Erva
AMARANTHACEAE A. Juss.	
<i>Alternanthera sessilis</i> (L.) R.Br. ex DC.	Erva
<i>Amaranthus spinosus</i> L	Erva
APIACEAE Lindl.	
<i>Hydrocotyle bonariensis</i> Comm. ex Lam	Erva
APOCYNACEAE Juss.	
<i>Aspidosperma pyriforme</i> Mart. & Zucc.	Arbóreo
<i>Calotropis procera</i> (Aiton) W.T. Aiton	Arbusto
<i>Cryptostegia madagascariensis</i> Bojer ex Decne	Arbusto
<i>Prestonia lindleyana</i> Woodson	Trepadeira
<i>Tabernaemontana hystrix</i> Steud.	Arbóreo
ASTERACEAE Bercht. & J. Presl	
<i>Dissotrix imbricata</i> (Gardner) B. L. Rob.	Erva
Indeterminada 1.	Erva
<i>Pectis oligocephala</i> (Gardner) Sch.Bip.	Erva
<i>Tilesia baccata</i> (L.F.) Pruski	Erva
BIGNONEACEAE Juss.	
<i>Adenocalymma peregrinum</i> (Miers) L.G. Lohmann	Trepadeira
<i>Adenocalymma</i> sp.	Trepadeira
<i>Amphilophium crucigerum</i> L. G. Lohmann	Trepadeira
<i>Anemopaegma laeve</i> (Jacq.) DC.	Trepadeira
<i>Cuspidaria sceptrum</i> (Cham.) L.G. Lohmann	Subarbusto
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Arbóreo
<i>Mansoa</i> cf. <i>difficilis</i> (Cham.) Bureau & K. Schum.	Trepadeira
<i>Pyrostegia</i> sp.	Trepadeira
<i>Fridericia dichotoma</i> (Jacq.) LGLohmann	Arbusto
BORAGINACEAE Juss.	
<i>Cordia rufescens</i> A. DC.	Arbusto
<i>Cordia superba</i> Cham.	Arbóreo
<i>Heliotropium indium</i> L.	Erva
CACTACEAE Juss.	
<i>Tacinga inamoena</i> (K. Schum.) N.P. Taylor & Stuppy	Subarbusto
CLEOMACEAE Bercht. & J. Presl	
<i>Cleome spinosa</i> Jacq.	Erva
COMBRETACEAE R. BR.	
<i>Combretum leprosum</i> Mart.	Arbóreo
<i>Terminalia</i> cf. <i>fagifolia</i> Mart.	Arbóreo
COMMELINACEAE Mirb.	
<i>Commelina erecta</i> L.	Erva
<i>Commelina</i> sp. 1	Erva
<i>Commelina</i> sp. 2	Erva
CONVOLVULACEAE Juss.	
<i>Distimake aegyptius</i> (L.) ARSimões e grampos	Trepadeira

<i>Evolvulus cardiophyllus</i> Schltl	Erva
<i>Ipomoea asarifolia</i> (Desr.) Roem. & Schult	Trepadeira
<i>Ipomoea carnea</i> Jacq.	Trepadeira
<i>Ipomoea hederifolia</i> L.	Trepadeira
<i>Ipomoea triloba</i> L.	Trepadeira
<i>Jacquemontia gracillima</i> (Choisy) Hallier f.	Trepadeira
CUCURBITACEAE A. Juss.	
<i>Cayaponia diversifolia</i> (Cogn.) Cogn.	Trepadeira
<i>Cucumis melo</i> L.	Trepadeira
<i>Momordica charantia</i> L.	Trepadeira
CYPERACEAE JUSS.	
<i>Cyperus aggregatus</i> (Willd.) Endl.	Erva
<i>Cyperus ligularis</i> L.	Erva
<i>Cyperus luzulae</i> (L.) Retz.	Erva
<i>Cyperus</i> sp.	Erva
<i>Cyperus virens</i> Michx.	Erva
<i>Eleocharis</i> sp.	Erva
EUPHORBIACEAE Juss	
<i>Cnidoscolus urens</i> (L.) Arthur	Arbusto
<i>Croton pedicellatus</i> Kunth	Subarbusto
<i>Dalechampia scandens</i> L.	Trepadeira
<i>Dalechampia tiliifolia</i> Lam.	Trepadeira
<i>Euphorbia hirta</i> L.	Erva
<i>Jatropha curcas</i> L.	Arbusto
<i>Jatropha ribifolia</i> (Pohl) Baill.	Arbusto
<i>Ricinus communis</i> L.	Arbusto
<i>Tragia volubilis</i> L.	Arbusto
FABACEAE Lindl.	
<i>Aeschynomene evenia</i> C. Wright & Sauvalle	Arbusto
<i>Amburana cearensis</i> (Allemão) A.C.Sm.	Árboreo
<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Árboreo
<i>Bauhinia cheilantha</i> (Bong.) Steud.	Subarbusto
<i>Cenostigma bracteosum</i> (Tul.) Gagnon & G.P. Lewis	Árboreo
<i>Centrosema brasilianum</i> (L.) Benth.	Erva
<i>Chamaecrista carobinha</i> (H.S. Irwin & Barneby) H.S. Irwin & Barneby	Subarbusto
<i>Chamaecrista eitenorum</i> (H.S. Irwin & Barneby) H.S. Irwin & Barneby	Árboreo
<i>Chamaecrista serpens</i> var. <i>serpens</i> (L.) Greene	Subarbusto
<i>Chamaecrista</i> sp.	Arbusto
<i>Cratylia argentea</i> (Desv.) Kuntze	Arbusto
<i>Cratylia mollis</i> Mart. Ex Benth.	Trepadeira
<i>Crotalaria holosericea</i> Nees & C. Mart.	Árboreo
<i>Crotalaria linifolia</i> L.f.	Erva
<i>Dahlstedtia araripensis</i> (Benth.) M.J. Silva & A.M.G. Azevedo	Árboreo
<i>Dalbergia cearensis</i> Ducke	Árboreo
<i>Dioclea reflexa</i> Hook.f.	Trepadeira
<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	Árboreo

<i>Galactia jussiaeana</i> Kunth	Arbóreo
<i>Galactia striata</i> (Jacq.) Urb	Trepadeira
<i>Indigofera hirsuta</i> L.	Erva
<i>Leucaena leucocephala</i> (Lam.) de Wit	Arbóreo
<i>Libidia ferrea</i> (Mart. ExTul.) L.P. Queiroz.	Arbóreo
<i>Lonchocarpus sericeus</i> (Poir.) Kunthex DC.	Arbóreo
<i>Macroptilium martii</i> (Benth.) Maréchal e Baudet	Erva
<i>Macroptilium atropurpureum</i> (Sessé&Moc. ex DC.) Urb.	Erva
<i>Mimosa caesalpiniiifolia</i> Benth	Arbóreo
<i>Mimosa ophthalmocentra</i> Mart exBenth.	Arbóreo
<i>Mimosa tenuiflora</i> (Willd.) Poir. (Willd.) Poir.	Erva
<i>Mimosa verrucosa</i> Benth.	Arbóreo
<i>Lachesiodendron viridiflorum</i> (Kunth) PGRibeiro, LPQueiroz & Luckow	Arbóreo
<i>Pityrocarpa moniliformis</i> (Benth.) Luckow&R.W. Jobson	Arbóreo
<i>Rhynchosia minima</i> (L.) DC.	Trepadeira
<i>Senegalia piauhiensis</i> (Benth.) Seigler & Ebinger	Arbóreo
<i>Senna</i> cf. <i>macranthera</i> (DC. Ex Collad.) H.S. Irwin&Barneby	Arbusto
<i>Senna macranthera</i> (DC. exCollad.) H.S. Irwin&Barneby	Arbóreo
<i>Senna</i> sp.	Arbusto
<i>Tephrosia cinerea</i> (L.) Pers.	Arbusto
HYDROLEACEAE R. Brown Ex EDWARDS	
Indeterminada 2.	Arbusto
IRIDACEAE Juss.	
<i>Trimezia</i> sp.	Erva
LAMIACEAE Martinov	
<i>Amasonia campestris</i> (Aubl.) Moldenke	Arbusto
<i>Hypenia salzmännii</i> (Benth.) Harley	Trepadeira
<i>Mesosphaerum suaveolens</i> (L.) Kuntze	Erva
<i>Rhaphiodon</i> cf. <i>echinus</i> Schauer	Erva
LYTHRACEAE J.St.-Hil.	Erva
<i>Cuphea</i> cf. <i>lutescens</i> Pohl ex Koehne	Erva
MALPIGHIACEAE Juss.	
<i>Banisteriopsis stellaris</i> (Griseb.) B. Gates	Arbusto
<i>Byrsonima</i> cf. <i>ligustrifolia</i> A. Juss.	Arbóreo
<i>Byrsonima gardneriana</i> A. Juss.	Arbóreo
<i>Diplopterys valvata</i> (W. R. Anderson & B. Gates) W.R. Anderson & C.C. Davis	Arbusto
<i>Stigmaphyllon blanchetii</i> C.E. Anderson	Arbusto
MALVACEAE Juss.	
<i>Corchorus aestuans</i> L.	Erva
<i>Corchorus hirtus</i> L.	Erva
<i>Helicteres baruensis</i> Jacq	Arbusto
<i>Herissantia tiubae</i> (K. Schum.) Brizicky	Erva
<i>Melochia</i> cf. <i>splendens</i> A.St.-Hil. &Naudin	Subarbusto
<i>Pavonia cancellata</i> (L.) Cav.	Arbusto
<i>Sida</i> cf. <i>spinosa</i> L.	Arbusto
<i>Sida galheirensis</i> Ulbr.	Arbusto
<i>Sida planicaulis</i> Cav.	Arbusto

<i>Sida</i> sp. 1	Arbusto
<i>Sida</i> sp. 2	Erva
<i>Sida strummicranthum</i> (A.St.-Hil.) Fryxell	Arbusto
<i>Waltheria brachypetala</i> Turcz	Arbusto
<i>Waltheria</i> cf. <i>indica</i> L.	Erva
<i>Waltheria operculata</i> Rose	Erva
<i>Waltheria</i> sp.	Erva
MENIANTHACEAE Dumort.	
<i>Nymphoides indica</i> (L.) O. Kuntze	Erva
MOLLUGINACEAE Bartl.	
<i>Mollugo verticillata</i> L.	Erva
NYCTAGINACEAE Juss.	
<i>Boerhavia coccinea</i> Mill.	Erva
ONAGRACEAE Juss.	
<i>Ludwigia hyssopifolia</i> (G. Don) Exell	Erva
<i>Ludwigia leptocarpa</i> (Nutt.) H. Hara	Erva
PASSIFLORACEAE Juss. ex Roussel	
<i>Piriqueta</i> sp.	Arbusto
PIPERACEAE Giseke	
<i>Piper</i> sp.	Arbusto
PLUMBAGINACEAE Juss.	
<i>Plumbago zeylanica</i> L.	Subarbusto
POACEAE Barnhart	
<i>Cenchrus ciliaris</i> L.	Erva
<i>Digitaria ciliaris</i> (Retz.) Koeler	Erva
<i>Digitaria horizontalis</i> Willd.	Erva
<i>Digitaria sanguinalis</i> (L.) Scop.	Erva
<i>Echinochloa colonum</i> (L.) Link	Erva
<i>Eragrostis pilosa</i> (L.) P. Beauv.	Erva
<i>Eriochloa punctata</i> (L.) Desv. ex Ham.	Erva
<i>Megathyrsus maximus</i> (Jacq.) B.K. Simon & S.W.L. Jacobs	Erva
<i>Melinis repens</i> (Willd.) Zizka	Erva
<i>Panicum trichoides</i> Sw.	Erva
<i>Paspalum conjugatum</i> P.J. Bergius	Erva
<i>Paspalum</i> sp. 1	Erva
<i>Paspalum</i> sp. 2	Erva
<i>Setaria parviflora</i> (Poir.) Kerguélen	Erva
<i>Setaria vulpiseta</i> (Lam.) Roem. & Schult.	Erva
PONTEDERIACEA Ekunth	
<i>Eichhornia crassipes</i> (Mart.) Solms	Erva
TALINACEAE Doweld	
<i>Talinum</i> cf. <i>paniculatum</i> (Jacq.) Gaertn.	Erva
<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart.	Arbóreo
RUBIACEAE Juss.	
<i>Mitracarpus</i> sp.	Arbusto
<i>Randia</i> cf. <i>armata</i> (Sw.) DC.	Erva
<i>Richardia grandiflora</i> Cham. & Schltdl.) Steud	Erva
SAPINDACEAE Juss.	
<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil.	Arbóreo
SOLANACEAE A. Juss.	
<i>Physalis angulata</i> L.	Erva
<i>Solanum absconditum</i> Agra.	Subarbusto

<i>Solanum cf. crinitum</i> Lam.	Arbusto
<i>Solanum palinacanthum</i> Dunal	Arbusto
TURNERACEAE Kunth ex Dc.	
<i>Turnera subulata</i> Sm.	Arbusto
<i>Turnera ulmifolia</i> L.	Arbusto
VOCHYSIACEAE A.St.-Hil.	
<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	Arbóreo

Fonte: Powo (2019); Flora do Brasil (2020), elaborado pelos autores, 2021.

Das 38 famílias levantadas as mais representativas foram Fabaceae (38 spp.), Malvaceae (16 spp.), Poaceae (15 spp.), Bignoniaceae e Euphorbiaceae (9 spp. cada), perfazendo 53,37% das espécies levantadas e 46,63% das espécies distribuídas entre o restante das famílias (33). Os gêneros mais representativos foram *Sida* (6 spp.), *Cyperus* (5 spp), *Waltheria*, *Chamaecrista*, *Mimosa* e *Ipomoea* (4 spp. cada).

A flora atual coletada apresenta espécies típicas de ambientes de Caatinga e Cerrado. Segundo Giulietti (2002), as espécies *Aspidosperma pyriforme* Mart. & Zucc. (Apocynaceae) *Anemopaegma laeve* (Jacq.) DC. (Bignoneaceae), *Jatropha ribifolia* (Pohl) Baill. (Euphorbiaceae), *Cratylia mollis* Mart. Ex Benth., *Crotalaria holosericea* Nees & C. Mart., *Dalbergia cearensis* Ducke., *Mimosa caesalpiniiifolia* Benth, *Mimosa ophthalmocentra* Mart ex Benth. (Fabaceae), *Sida galheirensis* Ulbr. (Malvaceae) e *Ziziphus joazeiro* Mart. (Rhamnaceae) são endêmicas da Caatinga. Emperaire (1982) acrescenta ainda que *Cratylia mollis* Mart. ex Benth., *Mimosa caesalpiniiifolia* Benth e *Ziziphus joazeiro* Mart. estão entre as espécies mais comuns na Caatinga.

Anadenanthera columbrina (Vell.) Brenan e *D. cearensis* Ducke (Fabaceae) são espécies típicas da Caatinga do tipo arbóreo baixo (CASTRO, 2007). Segundo Fernandes (1982), *A. pyriforme* Mart. & Zucc. (Apocynaceae), *Combretum leprosum* Mart. (Combretaceae), estão entre as espécies consideradas mais comuns nas Caatingas piauienses.

Típicas do Cerrado foram coletadas *Magonia pubescens* A.St.-Hil. (Sapindaceae), *Qualea grandiflora* Mart. (Vochysiaceae) e *Terminalia cf. fagifolia* Mart. (Combretaceae), Castro (2007) afirma que estas estão entre as espécies lenhosas mais frequentes no cerrado. Já *Dahlstedtia araripensis* (Benth.) M.J. Silva & A.M.G. Azevedo e *Mimosa verrucosa* Benth. (Fabaceae), de acordo com Castro et al., (1998), estão entre as espécies que apresentam distribuição restrita no Cerrado. Ambas foram coletadas em vegetação de Transição Cerrado Caatinga.

Cratylia mollis Mart. Ex Benth., *Mimosa caesalpiniiifolia* Benth, *Mimosa ophthalmocentra* Mart ex Benth. (Fabaceae), *Combretum leprosum* Mart. (Combretaceae) e

Magonia pubescens A.St.-Hil. (Sapindaceae) foram coletadas por Martius em 1819 e registradas na Flora Brasiliensis.

A família que apresentou maior número de espécies endêmicas foi Fabaceae (6), que é também o grupo mais bem representado nas Caatingas (QUEIROZ, 2002).

Neste levantamento foi realizado o registro da primeira ocorrência da espécie *Corchorus hirtus* L. para o estado do Piauí (SÁ, et al, dados não publicados), contribuindo para a ampliação do conhecimento da distribuição geográfica dessa espécie e da riqueza florística do estado.

Além do levantamento florístico em campo, foi realizado um levantamento das espécies do Piauí coletadas por Martius e citadas na Flora Brasiliensis. O levantamento foi realizado nos 15 volumes da obra (versão online), onde foram encontradas 164 espécies distribuídas em 40 famílias. Com estes dados, realizou-se a atualização nomenclatural das espécies com a grafia utilizada na Flora brasiliensis para a grafia atual segundo a Flora do Brasil 2020 e Powo 2019, onde as 164 espécies estão distribuídas em 125 gêneros e 38 famílias (Tabela 2). As famílias mais representativas foram Fabaceae (43 spp.), Poaceae (29 spp.), Malvaceae (9 spp.), Asteraceae e (8 spp.) Arecaceae (7 spp.). Ressalta-se, que as três primeiras famílias mais representativas citadas na obra continuam sendo as mesmas para as coletadas na expedição de 2019.

Com base nas observações quanto às mudanças na nomenclatura, identificou-se que entre as espécies levantadas (N=164), a maioria, 56,70% (N=93), permanecem com o nome aceito e 43,30% (N=71) são sinônimos. Espécies que pertenciam a diferentes famílias botânicas foram incluídas em outras famílias, e entre as espécies que permanecem com o nome aceito, 75 delas, permanecem dentro da mesma família.

Na Divisão Pterophyta as espécies da família Polypodiaceae foram incluídas em Aspleniaceae e Pteridaceae. Na divisão Magnoliophyta as espécies de Asclepiadaceae foi incluída em Apocynaceae, as famílias Bombaceae e Sterculiaceae dentro da circunscrição de Malvaceae, Butomaceae em Alismataceae, Cuscutaceae em Convolvulaceae, Gnontaceae em Bignoniaceae, Loranthaceae em Santalaceae, Myrsineae em Primulaceae, Polygaleae em Krameriaceae, Rosaceae em Chrysobalanaceae e Urticaceae em Moraceae.

Na comparação entre o levantamento atual e os táxons publicados na Flora Brasiliensis relativos ao Piauí, 7,31% (N=12) espécies, 27,2% (N=34) gêneros e 50% (N=20) famílias foram comuns (Quadro 2). As espécies foram *Dissotrix imbricata* (Gardner) B. L. Rob. (Asteraceae), *Combretum leprosum* Mart. (Combretaceae), *Jacquemontia gracillima* (Choisy) Hallier f. (Convolvulaceae), *Crotalaria holosericea* Nees & C. Mart, *Cratylia mollis* Mart. Ex Benth.,

Galactia jussiaeana Kunth, *Macroptilium martii* (Benth.) Maréchal e Baudet, *Mimosa caesalpiniiifolia* Benth, *Mimosa ophthalmocentra* Mart ex Benth. (Fabaceae), *Eragrostis pilosa* (L.) P. Beauv., *Panicum trichoides* Sw. (Poaceae) e *Magonia pubescens* A.St.-Hil. (Sapindaceae).

A flora coletada por Martius apresenta muitas espécies mais características do grupo das Criptógamas como Bryophyta *Trichomanes capillaceum* L., das Pterophytas *Thelypteris opposita* (Vahl) Ching, *Nephrolepis exaltata* (L.) Schott, *Pecluma chnoophora* (Kunze) Salino & F. C. Assis, *Pityrogramma calomelanos* (L.) Link, *Jamesonia elongata* J. Sm, *Selaginella erythropus* (Mart.) Spring, *Lycopodium complanatum* L, além de outras Magnoliophytas como as espécies da família Poaceae, onde muitas vivem em ambiente aquático, sendo macrófitas aquáticas.

Quadro 2 - Lista, Situação do nome e hábito das espécies coletadas por Martius em 1819 no Piauí, com os nomes apresentados segundo a grafia utilizada na Flora brasiliensis e a grafia atual segundo a Flora do Brasil 2020 e Powo 2019. Sin. = Sinônimo, Aceito = nome aceito.

Flora Brasiliensis Família/Espécie	Situação do nome	Flora do Brasil 2020 Powo 2019 Família/Espécie	Hábito
Divisão Bryophyta			
HYMENOPHYLLEAE		HYMENOPHYLLACEAE	
<i>Trichomanes pyxidiferum</i> L.	Sin.	<i>Trichomanes capillaceum</i> L.	Erva
Divisão Pterophyta			
POLYPODIACEAE		ASPLENIACEAE Newman	
<i>Nephrodium conterminum</i> Desv	Sin.	<i>Thelypteris opposita</i> (Vahl) Ching	Erva
POLYPODIACEAE		POLYPODIACEAE J. Presl.	
<i>Nephrolepis exaltata</i> Schott	Aceito	<i>Nephrolepis exaltata</i> (L.) Schott	Erva
<i>Polypodium chnoophorum</i> Kunze	Sin.	<i>Pecluma chnoophora</i> (Kunze) Salino & F.C. Assis	Erva
POLYPODIACEAE		PTERIDACEAE E.D.M. Kirchn.	
<i>Gymnogramma calomelanos</i> Kaulf	Aceito	<i>Pityrogramma calomelanos</i> (L.) Link	Erva
<i>Gymnogramma elongata</i> Hook	Sin.	<i>Jamesonia elongata</i> J.Sm.	Erva
LYCOPODINEAE		LYCOPODIACEAE P. Beauv. Ex Mirb.	
<i>Lycopodium erythropus</i> Mart.	Aceito	<i>Selaginella erythropus</i> (Mart.) Spring	Erva
<i>Lycopodium complanatum</i> Linn.	Aceito	<i>Lycopodium complanatum</i> L.	Erva
Divisão Magnoliophyta			
AMARANTHACEAE		AMARANTHACEAE A. Juss.	
<i>Telanthera dentata</i> Moq.	Sin.	<i>Alternanthera brasiliiana</i> (L.) Kuntze	Subarbusto
<i>Gomphrena gnaphalioides</i> Vahl	Sin.	<i>Pfaffia gnaphaloides</i> (L.f.) Mart.	Erva
<i>Gomphrena debilis</i> Mart.	Aceito	<i>Gomphrena debilis</i> Mart.	Subarbusto
APOCYNACEAE		APOCYNACEAE Juss.	
<i>Aspidosperma bicolor</i> Mart.	Sin.	<i>Aspidosperma cuspa</i> (Kunth) S.F.	Arbusto

		Blake	
<i>Condylocarpon rauwolfiae</i> Mull.	Sin.	<i>Condylocarpon isthmicum</i> (Vell.) A.DC.	Trepadeira
ASCLEPIADACEAE		APOCYNACEAE Juss.	
<i>Schubertia grandiflora</i> Mart.	Aceito	<i>Schubertia grandiflora</i> Mart.	Trepadeira
BOMBACEAE		MALVACEAE Juss.	
<i>Cavanillesia tuberculata</i> (Mart. & Zucc.) Kostel.	Sin.	<i>Cavanillesia arborea</i> Schumann.	Arbóreo
BROMELIACEAE		BROMELIACEAE A. Juss.	
<i>Encholirion spectabile</i> Mart.	Aceito	<i>Encholirion spectabile</i> Mart. ex Schult. & Schult. f.	Arbusto
BUTOMACEAE		ALISMACEAE Vent.	
<i>Limnocharis plumieri</i> L. C. Rich,	Sin.	<i>Limnocharis flava</i> (L.) Buchenau	Erva
COMBRETACEAE		COMBRETACEAE R. Br.	
<i>Combretum anfractuosum</i> Mart	Sin.	<i>Combretum duarceanum</i> Cambess.	Arbusto
<i>Combretum leprosum</i> Mart.	Aceito	<i>Combretum leprosum</i> Mart.	Arbóreo
<i>Combretum monetaria</i> Mart.	Aceito	<i>Combretum monetaria</i> Mart.	Arbusto
<i>Terminalia biscutella</i> Eichl.	Sin.	<i>Terminalia argentea</i> Mart. & Zucc.	Arbusto
<i>Thiloa glaucocarpa</i> Eichl.	Aceito	<i>Combretum glaucocarpum</i> Mart.	Arbóreo
COMMELINACEAE		COMMELINACEAE Mirb.	
<i>Aneilema pooides</i> Seub.	Sin.	<i>Callisia filiformis</i> (M. Martens & Galeotti) D.R.Hunt	Erva
COMPOSITAE		ASTERACEAE Bercht. & J. Presl	
<i>Dissothrix gardneri</i> A. Gray	Sin.	<i>Dissothrix imbricata</i> (Gardner) B.L. Rob.	Subarbusto
<i>Elephantopus hirtiflorus</i> DC	Aceito	<i>Elephantopus hirtiflorus</i> DC.	Erva
<i>Elephantopus riparius</i> Gardn.	Aceito	<i>Elephantopus riparius</i> Gardner	Erva
<i>Eremanthus martii</i> Baker.	Sin.	<i>Chresta martii</i> (DC.) H. Rob.	Subarbusto
<i>Eupatorium blanchetii</i> Schultz.	Sin.	<i>Lasiolaena blanchetii</i> (Sch.Bip. ex Baker) R.M. King & H. Rob.	Arbusto
<i>Eupatorium urticifolium</i> L.f.	Sin.	<i>Ageratina altissima</i> (L.) RMKing & H. Rob.	Subarbusto
<i>Pithecoseris pacourinoides</i> Mart.	Sin.	<i>Chresta pacourinoides</i> (Mart. ex DC.) Siniscalchi & Loeuille	Erva
<i>Telmatophila scolymastrum</i> Mart.	Aceito	<i>Telmatophila scolymastrum</i> Mart. ex Baker	Subarbusto
CONVOLVULACEAE		CONVOLVULACEAE Juss.	
<i>Aniseia gracillima</i> Choisy.	Sin.	<i>Jacquemontia gracilima</i> (Choisy) Hallierf.	Erva
<i>Evolvulus frankenioides</i> Moric.	Aceito	<i>Evolvulus frankenioides</i> Moric.	Erva
<i>Evolvulus lagopus</i> Mart.	Aceito	<i>Evolvulus lagopus</i> Mart	Erva
<i>Ipomoea brasiliiana</i> Meissn.	Aceito	<i>Ipomoea brasiliiana</i> Meissn.	Trepadeira
<i>Jacquemontia racemosa</i> Meisn.	Sin.	<i>Jacquemontia breviacuminata</i> (Mart. ex Choisy) Buri	Trepadeira
CUCURBITACEAE		CUCURBITACEAE A. Juss.	
<i>Trianosperma piauiensis</i> Cogn.	Sin.	<i>Cayaponia tayuya</i> (Vell.) Cogn.	Trepadeira
CUSCUTACEAE		CONVOLVULACEAE Juss.	
<i>Cuscuta umbellata</i> H. B. K	Aceito	<i>Cuscuta umbellata</i> Kunth	Erva
DILLENACEAE		DILLENACEAE Salisb.	

<i>Doliocarpus dentosus</i> Mart.	Sin.	<i>Doliocarpus major</i> J.F. Gmel.	Arbusto
ERIOCAULACEAE		ERIOCAULACEAE Martinov	
<i>Eriocaulon griseum</i> Kcke.	Aceito	<i>Eriocaulon griseum</i> Körn.	Erva
EUPHORBIACEAE		EUPHORBIACEAE Juss.	
<i>Manihot palmata</i> Müll.Arg.	Aceito	<i>Manihot palmata</i> Müll.Arg.	Arbusto
GNONTACEAE		BIGNONIACEAE Juss	
<i>Adenocalymma scabriusculum</i> Mart.	Aceito	<i>Adenocalymma scabriusculum</i> Mart. ex DC.	Arbusto
<i>Arrabidaea pliciflora</i> Bur. et K	Aceito	<i>Fridericia pliciflora</i> (Mart. ex DC.) L.G. Lohmann	Arbusto
<i>Memora flavida</i> Bur. et K. Sen	Sin.	<i>Adenocalymma validum</i> L.G. Lohmann	Trepadeira
<i>Neojobertia candolleana</i> Bur. et K. Sen	Aceito	<i>Adenocalymma candolleanum</i> (Mart. ex DC.) L.H. Fonseca & L.G. Lohmann	Trepadeira
<i>Petastoma cuneifolium</i> Bureau & K. Schum.	Sin.	<i>Fridericia cuneifolia</i> (DC.) LGLohmann	Trepadeira
<i>Tecoma impetiginosa</i> Mart.	Sin.	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	Arbóreo
GRAMINEAE		POACEAE Barnhart.	
<i>Andropogon apricus</i> Trin.	Sin.	<i>Andropogon pseudapricus</i> Stapf	Erva
<i>Andropogon fastigiatus</i> Sw.	Sin.	<i>Andropogon fastigiatus</i> Sw.	Erva
<i>Aristida capillacea</i> Lamarck	Aceito	<i>Aristida capillacea</i> Lam.	Erva
<i>Aristida elliptica</i> Kunth	Aceito	<i>Aristida elliptica</i> (Nees) Kunth	Erva
<i>Aristida gibbosa</i> Kunth	Aceito	<i>Aristida gibbosa</i> (Nees) Kunth	Erva
<i>Aristida setifolia</i> H.B.K.	Aceito	<i>Aristida setifolia</i> Kunth	Erva
<i>Aristida tincta</i> Trinius in Act.	Sin.	<i>Aristida torta</i> (Nees) Kunth	Erva
<i>Briza barbata</i> Trinius	Aceito	<i>Neesiochloa barbata</i> (Nees) Pilg.	Erva
<i>Chloris polydactyla</i> Swartz.	Sin.	<i>Chloris virgata</i> Sw.	Erva
<i>Cynodon dactylon</i> Persoon	Aceito	<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.	Erva
<i>Dactyloctenium mucronatum</i> Willdenow	Sin.	<i>Dactyloctenium aegyptium</i> (L.) Willd.	Erva
<i>Eragrostis pilosa</i> Palisot de Beauvois.	Aceito	<i>Eragrostis pilosa</i> (L.) P. Beauv.	Erva
<i>Eragrostis rufescens</i> Schultes	Aceito	<i>Eragrostis rufescens</i> Schult.	Erva
<i>Gymnopogon mollis</i> Nees ab Esenb.	Sin.	<i>Leptochloa anisopoda</i> (B.L. Rob.) P.M. Peterson	Erva
<i>Heteropogon acuminatus</i> Trin.	Sin.	<i>Heteropogon melanocarpus</i> (Elliot) Benth.	Erva
<i>Luziola peruviana</i> Persoon	Aceito	<i>Luziola peruviana</i> J.F. Gmel.	Erva
<i>Panicum capillaceum</i> Lamarck	Sin.	<i>Panicum trichoides</i> Sw.	Erva
<i>Panicum caudatum</i> Lamarck	Sin.	<i>Hymenachne amplexicaulis</i> (Rudge) Nees.	Erva
<i>Panicum hians</i> Elliott	Sin.	<i>Steinchisma hians</i> (Elliott) Nash	Erva
<i>Panicum molinioides</i> Trinius Diss.	Sin.	<i>Apochloa molinioides</i> (Trin.) Zuloaga & Morrone	Erva
<i>Panicum rottboellioides</i> H.B. K	Aceito	<i>Mesosetum rottboellioides</i> (Kunth) Hitchc.	Erva
<i>Panicum vilvooides</i> Trinius	Sin.	<i>Sacciolepis vilvooides</i> (Trin.) Chase	Erva
<i>Pappophorum mucronulatum</i> Nees	Aceito	<i>Pappophorum mucronulatum</i> Nees	Erva
<i>Paspalum platicaulon</i> Poir.	Sin.	<i>Axonopus compressus</i> (Sw.) P.	Erva

		Beauv.	
<i>Paspalum scutatum</i> Nees	Aceito	<i>Paspalum scutatum</i> Nees ex Trin.	Erva
<i>Sorghum nutans</i> A. Gray	Sin.	<i>Sorghastrum nutans</i> (L.) Nash	Erva
<i>Trachypogon polymorphus</i> Hack.	Sin.	<i>Trachypogon spicatus</i> (L. f.) Kuntze	Erva
<i>Vilfa aenea</i> Trinius	Sin.	<i>Sporobolus aeneus</i> (Trin.) Kunth	Erva
<i>Vilfa arguta</i> Nees ab Esenbeck.	Sin.	<i>Sporobolus pyramidatus</i> (Lam.) Hitchc.	Erva
IRIDEAE		IRIDACEAE Juss.	
<i>Cipura paludosa</i> Aubl.	Aceito	<i>Cipura paludosa</i> Aubl.	Erva
<i>Roterbe campestris</i> Klatt	Sin	<i>Calydorea campestris</i> (Klatt) Baker	Erva
LEGUMINOSAE		FABACEAE Lindl.	
<i>Acacia paniculata</i> Willd	Sin.	<i>Senegalia paniculata</i> (Willd.) Killip	Arbusto
<i>Arachis prostrata</i> Benth	Aceito	<i>Arachis prostrata</i> Benth.	Erva
<i>Calliandra brevipes</i> Rentit	Aceito	<i>Calliandra brevipes</i> Benth.	Arbusto
<i>Canavalia obtusifolia</i> DC.	Sin.	<i>Canavalia rosea</i> (Sw.) DC.	Trepadeira
<i>Cassia pilifera</i> Vog.	Sin.	<i>Senna pilifera</i> (Vogel) H.S. Irwin & Barneby	Arbusto
<i>Cassia stenocarpa</i> Vog.	Sin.	<i>Chamaecrista nictitans</i> subsp. <i>disadena</i> (Steud.) HSIrwin & Barneby	Arbusto
<i>Cassia subtriflora</i> Mart. Mss.	Sin.	<i>Chamaecrista repens</i> var. <i>multijuga</i> (Benth.) HSIrwin & Barneby	Arbusto
<i>Centrosema pascuorum</i> Mart.	Aceito	<i>Centrosema pascuorum</i> Mart. Ex Benth.	Trepadeira
<i>Copaifera confertiflora</i> Benth	Sin.	<i>Peltogyne pauciflora</i> Benth.	Arbóreo
<i>Cratylia mollis</i> Mart.	Aceito	<i>Cratylia mollis</i> Mart. ex Benth.	Arbusto
<i>Crotalaria holosericea</i> Nees e Mart.	Aceito	<i>Crotalaria holosericea</i> Nees & Mart.	Subarbusto
<i>Crotalaria laeta</i> Mart	Aceito	<i>Crotalaria laeta</i> Mart. ex Benth.	Subarbusto
<i>Crotalaria vitellina</i> Keb.	Aceito	<i>Crotalaria vitellina</i> Ker Gawl.	Arbusto
<i>Derris negrensis</i> Benth.	Sin.	<i>Deguelia negrensis</i> (Benth.) Taub.	Trepadeira
<i>Desmodium spirale</i> DC.	Sin.	<i>Desmodium procumbens</i> (Mill.) Hitchc.	Subarbusto
<i>Dioclea glabra</i> Benth.	Aceito	<i>Dioclea glabra</i> Benth.	Trepadeira
<i>Discolobium hirtum</i> Benth.	Aceito	<i>Discolobium hirtum</i> Benth.	Subarbusto
<i>Galactia jussiaeana</i> H. B. K.	Aceito	<i>Galactia jussiaeana</i> Kunth	Subarbusto
<i>Hymenaea martiana</i> Hayne,	Aceito	<i>Hymenaea martiana</i> Hayne	Arbóreo
<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart,	Aceito	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne	Arbóreo
<i>Machaerium acutifolium</i> Vog.	Aceito	<i>Machaerium acutifolium</i> Vogel	Arbóreo
<i>Mimosa acutistipula</i> Benth.	Aceito	<i>Mimosa acutistipula</i> (Mart.) Benth.	Arbóreo
<i>Mimosa brevipinna</i> Benth.	Aceito	<i>Mimosa brevipinna</i> Benth.	Subarbusto
<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i> Benth.	Aceito	<i>Mimosa caesalpiniiifolia</i> Benth.	Arbóreo
<i>Mimosa ophthalmocentra</i> Mart.	Aceito	<i>Mimosa ophthalmocentra</i> Mart. ex Benth.	Arbóreo
<i>Mimosa polycarpa</i> Kunth.	Aceito	<i>Mimosa polycarpa</i> Kunth	Subarbusto
<i>Mucuna altissima</i> DC.	Sin.	<i>Mucuna urens</i> (L.) Medik	Trepadeira
<i>Muelleria moniliformis</i> Linn.	Sin.	<i>Muelleria monilis</i> (L.) M.J. Silva	Erva

		& A.M.G. Azevedo	
<i>Neptunia plena</i> Benth.	Aceito	<i>Neptunia plena</i> (L.) Benth.	Erva
<i>Phaseolus bracteolatus</i> Nees et Mart	Sin.	<i>Macroptilium bracteatum</i> (Nees & Mart.) Maréchal e Baudet	Erva
<i>Phaseolus firmulus</i> Mart.	Sin.	<i>Ancistrotropis firmula</i> (Mart. ex Benth.) A. Delgado	Subarbusto
<i>Phaseolus martii</i> Benth	Sin.	<i>Macroptilium martii</i> (Benth.) Maréchal & Baudet	Erva
<i>Phaseolus peduncularis</i> H. B. K.	Sin.	<i>Strophostyles helvola</i> (L.) Elliott	Erva
<i>Plathymenia foliolosa</i> Benth	Sin.	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Arbóreo
<i>Schrankia leptocarpa</i> DC.	Sin.	<i>Mimosa candollei</i> R. Grether	Erva
<i>Soemmeringia semperflorens</i> Mart.	Aceito	<i>Soemmeringia semperflorens</i> Mart.	Erva
<i>Stenolobium brachycarpum</i> Benth.	Sin.	<i>Calopogonium mucunoides</i> Desv.	Erva
<i>Stryphnodendron rotundifolium</i> Mart	Aceito	<i>Stryphnodendron rotundifolium</i> Mart.	Arbóreo
<i>Stylosanthes capitata</i> Vog.	Aceito	<i>Stylosanthes capitata</i> Vogel	Subarbusto
<i>Stylosanthes humilis</i> H. B. K	Aceito	<i>Stylosanthes humilis</i> Kunth	Subarbusto
<i>Swartzia multijuga</i> Vogel:	Aceito	<i>Swartzia multijuga</i> Vogel	Arbóreo
<i>Vigna luteola</i> Benth	Aceito	<i>Vigna luteola</i> (Jacq.) Benth.	Trepadeira
<i>Zornia diphylla</i> Pers.	Aceito	<i>Zornia diphylla</i> (L.) Pers.	Subarbusto
LORANTHACEAE		SANTALACEAE R. Br.	
<i>Phoradendron emarginatum</i> Mart	Sin.	<i>Phoradendron mucronatum</i> (DC.) Krug & Urb.	Erva
<i>Phoradendron rubrum</i> (Linn.) Griseb	Aceito	<i>Phoradendron rubrum</i> (L.) Griseb.	Erva
<i>Struthanthus cuspidatus</i> Mart	Aceito	<i>Struthanthus cuspidatus</i> Mart.	Erva
LYTHRACEAE		LYTHRACEAE J.St.-Hil.	
<i>Ammannia latifolia</i> LiNN.	Aceito	<i>Ammannia latifolia</i> L.	Erva
<i>Cuphea campestris</i> Mart. Msc.	Aceito	<i>Cuphea campestris</i> Mart. ex Koehne	Subarbusto
<i>Cuphea pascuorum</i> Mart. Msc.	Aceito	<i>Cuphea pascuorum</i> Mart. ex Koehne	Erva
<i>Cuphea patula</i> St-Hil.	Aceito	<i>Cuphea patula</i> A.St.-Hil.	Subarbusto
<i>Cuphea punctulata</i> KOEHNE.	Aceito	<i>Cuphea punctulata</i> Koehne	Subarbusto
<i>Pleurophora anomala</i> (St-HIL.) KoehE	Aceito	<i>Pleurophora anomala</i> (A. St.-Hil.) Koehne	Subarbusto
MALVACEAE		MALVACEAE Juss.	
<i>Wissadula hernandioides</i> Grcke.	Aceito	<i>Wissadula hernandioides</i> (L. Hér.) Garcke	Arbusto
<i>Wissadula periplocifolia</i> Prsl.	Aceito	<i>Wissadula periplocifolia</i> (L.) Thwaites	Arbusto
<i>Wissadula spicata</i> Prsl.	Sin.	<i>Briquetia spicata</i> (Kunth) Fryxell	Arbusto
MARANTACEAE		MARANTACEAE R. Brown	
<i>Thalia geniculata</i> Linn	Aceito	<i>Thalia geniculata</i> L.	Erva
MELASTOMACEAE		MELASTOMACEAE A. Juss.	
<i>Aciotis annua</i> Triana	Aceito	<i>Aciotis annua</i> (Mart. Ex DC.) Triana	Erva
<i>Acisanthera inundata</i> Triana:	Sin.	<i>Noterophila inundata</i> (DC.) Mart.	Erva
<i>Miconia latecrenata</i> Naud	Aceito	<i>Miconia latecrenata</i> (DC.) Naudin	Arbusto

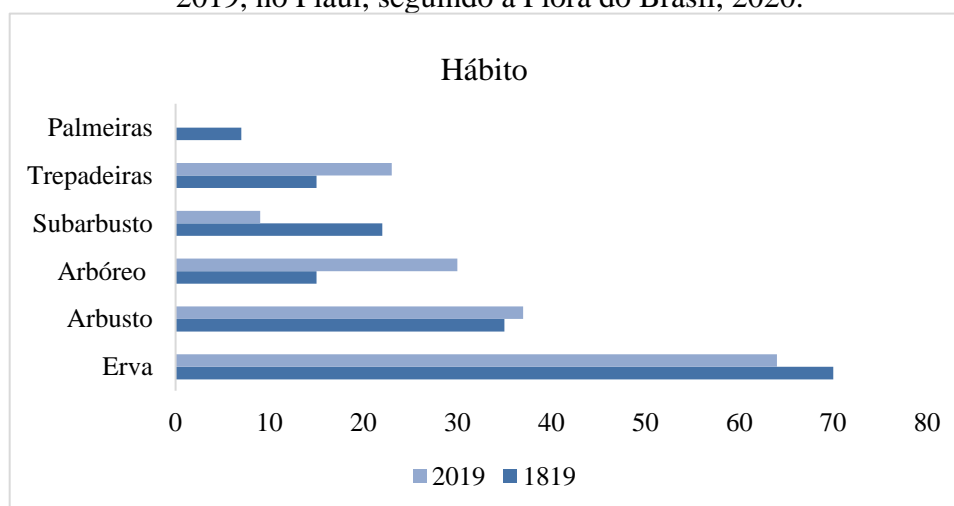
<i>Pterolepis trichotoma</i> Cogn.	Aceito	<i>Pterolepis trichotoma</i> (Rottb.) Cogn.	Herbácea
<i>Rhynchanthera serrulata</i> Naud.	Aceito	<i>Rhynchanthera serrulata</i> (L.C. Rich.) DC.	Subarbusto
MYRSINEAE		PRIMULACEAE Batsch Ex Borkh.	
<i>Ardisia semicrenata</i> Mart.	Sin.	<i>Ardisia guianensis</i> (Aubl.) Mez	Arbusto
ONAGRACEAE		ONAGRACEAE JUSS.	
<i>Jussiaea larouotteana</i> Camb.	Sin.	<i>Ludwigia larouotteana</i> (Cambess.) H. Hara	Arbusto
PALMAE		ARECACEAE Schultz Sch.	
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	Aceito	<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	Palmeira
<i>Attalea compta</i> Mart.	Aceito	<i>Attalea compta</i> Mart.	Palmeira
<i>Copernicia cerifera</i> Mart.	Sin.	<i>Copernicia prunifera</i> Mill.) H. E. Moore	Palmeira
<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Aceito	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Palmeira
<i>Geonoma baculifera</i> Kth.	Aceito	<i>Geonoma baculifera</i> (Poit.) Kunt	Palmeira
<i>Geonoma pauciflora</i> Mart.	Aceito	<i>Geonoma pauciflora</i> Mart.	Palmeira
<i>Geonoma schottiana</i> Mart.	Aceito	<i>Geonoma schottiana</i> Mart	Palmeira
POLYGALAEAE		POLYGALACEAE Hoffmanns. & Link	
<i>Bredemeyera brevifolia</i> Klotzsch.	Aceito	<i>Bredemeyera brevifolia</i> (Benth.) Klotzsch ex A.W. Benn	Arbusto
POLYGALAEAE		KRAMERIACEAE Dumort.	
<i>Krameria argentea</i> Mart.	Aceito	<i>Krameria argentea</i> Mart. ex Spreng.	Arbusto
PONTEDERIACEAE		PONTEDERIACEAE Kunth	
<i>Eichhornia pauciflora</i> Seub.	Sin.	<i>Pontederia natans</i> P. Beauv. (Vahl) Urb.	Erva
ROSACEAE		CHRYSOBALANACEAE R.Br.	
<i>Couepia martiana</i> Hook.	Sin.	<i>Couepia uiti</i> (Mart. & Zucc.) Benth. ex Hook.f.	Arbusto
SAPINDACEAE		SAPINDACEAE Juss.	
<i>Magonia glabrata</i> St. Hil	Sin.	<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil.	Árboreo
SOLANACEAE		SOLANACEAE A. Juss.	
<i>Solanum apiculatum</i> Sendt.	Aceito	<i>Solanum apiculatum</i> Sendtn.	Arbusto
<i>Solanum platanifolium</i> Hook	Sin.	<i>Solanum mammosum</i> L.	Arbusto
<i>Solanum polytrichum</i> Mobic.	Aceito	<i>Solanum polytrichum</i> Moric.	Arbusto
<i>Solanum rupicola</i> Sendt	Aceito	<i>Solanum rupicola</i> Sendtn.	Trepadeira
STEECULIACEAE		MALVACEAE Juss.	
<i>Helicteres muscosa</i> Mart.	Aceito	<i>Helicteres muscosa</i> Mart.	Arbusto
<i>Helicteres vuaramé</i> Mart.	Aceito	<i>Helicteres vuaramé</i> Mart.	Arbusto
<i>Waltheria ferruginea</i> St-Hil.	Aceito	<i>Waltheria ferruginea</i> A.St.-Hil.	Arbusto
<i>Waltheria macropoda</i> Turcz.	Sin.	<i>Waltheria bracteosa</i> A.St.-Hil. & Naudin.	Arbusto
<i>Waltheria viscosissima</i> St-Hil.	Aceito	<i>Waltheria viscosissima</i> A.St.-Hil.	Arbusto
URTICINEAE		MORACEAE Gaudich.	
<i>Dorstenia bryoniaefolia</i> Mart.	Sin.	<i>Dorstenia cayapia</i> subsp. <i>vitifolia</i> (Gardner) CC Berg	Erva
VERBENACEAE		VERBENACEAE J.St.-Hil.	
<i>Stachytarpha lythrophylla</i> Schauer	Aceito	<i>Stachytarpheta lythrophylla</i> Schauer	Erva

VOCHYSIACEAE		VOCHYSIACEAE A.St.-Hil.	
<i>Callisthene microphylla</i> Warm	Aceito	<i>Callisthene microphylla</i> Quente.	Arbusto

Fonte: Flora Brasiliensis (1840-1915); Powo (2019); Flora do Brasil (2020), elaborado pelos autores, 2021.

Quanto a estrutura, no que se refere as formas de vida/hábito das espécies, verificam-se que Martius coletou mais ervas, arbustos e subarbustos. Sua lista, apresentou poucas espécies arbóreas em relação a flora atual coletada. Coletou também espécies de Palmeiras, pelas quais tinha predileção (Figura 2). O hábito das espécies foi classificado seguindo a Flora do Brasil, 2020.

Figura 2 - Hábito das espécies coletadas Por Martius em 1819 e coletadas na expedição de 2019, no Piauí, seguindo a Flora do Brasil, 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A diversidade de famílias/espécies inventariadas neste estudo são bem representativas nos levantamentos florísticos realizados por outros autores, dentre eles Emperaire (1985); Oliveira (1997); Castro, Martins e Fernandes (1998); Ribeiro (2000); Lemos e Rodal (2002); Lemos (2004); Barros (2006); Mesquita e Castro (2007); Chaves e Barros (2008); Mendes e Castro (2010); Amaral (2012); Silva et al. (2015); Cerqueira (2016); Silva (2017); Souza (2017); e, Silva, Oliveira e Abreu (2017), o que representa para o Piauí um campo com potencial para futuros estudos a fim de ampliar a listagem florística. Além disso, esses resultados reforçam a necessidade de mais estudos da flora, uma vez que não foi encontrado na literatura trabalhos de florística e taxonomia na região semiárida estudada.

CONCLUSÃO

A vegetação do caminho da expedição de Spix e Martius apresenta espécies representativas da Caatinga e do Cerrado. Quando comparada com a flora coletada por Martius apresentou pouca semelhança, exceto a nível de Família, pois muitas famílias botânicas das plantas coletadas atualmente também foram coletadas na Expedição de Martius. Observou-se que Martius coletou muitas espécies de macrófitas.

Além disso, visto que se trata de uma comparação que considerou um espaço de tempo bicentenário, infere-se que os fatores ambientais especialmente as alterações antrópicas, podem ter alterado a composição da flora da região, contribuindo para que a flora atual não apresente muita semelhança com a flora coletada por Martius.

Ressalta-se ainda, que a lista de famílias/espécies registradas nesse trabalho, sugere que a área da região semiárida pode apresentar uma diversidade florística ainda maior, através de registros de novas espécies, como no caso de *Corchorus hirtus* L. para este estudo, inclusive de espécies endêmicas, e para isso são necessários mais estudos florísticos na região para a ampliação do conhecimento e manutenção da diversidade da flora regional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, G. C. et al. Estudo florístico e fitossociológico em uma área de transição Cerrado Caatinga no município de Batalha-PI. **Scientia Plena**, v. 8, p. 1-5, 2012.
- BARROS, J. S.; CASTRO, A. A. J. F.; Compartimentação geoambiental no complexo de Campo Maior, PI: uma área de tensão ecológica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, p. 119-130, 2006.
- BHL. BIODIVERSITY HERITAGE LIBRARY. Flora Brasiliensis, enumeratio plantarum em Brasília hactenus detectarum. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/bibliography/454#/summary>. Acesso: 05 fev. 2020
- CASTRO, A.A.J.F. Mata atlântica no Piauí: isto é, ou não é uma "fake news"? **Publ. avulsas conserv. ecossistemas**, Teresina, n. 34, p. 1-18, 2020.
- CASTRO, A.A.J.F. Unidades de planejamento: uma proposta para o estado do Piauí com base na dimensão diversidade de ecossistemas. **Publ. avulsas conserv. ecossistemas**, Teresina, Série: Publicações Prévias, n.18, p.1-28, 2007.
- CASTRO, A. A. J. F.; MARTINS, F. R.; FERNANDES, A. G. The wood flora of cerrado vegetation in the state of Piauí, northeastern Brazil. **Edinburgh Journal of Botany**, v. 55, n. 3, p. 455-472, 1998.

CERQUEIRA, C. L. et al. Floristics, Phytosociology and Diametric Distribution of a Piece of Ciliar Area in a Cerrado Land in Piauí, Brazil. **Nativa, Sinop, Pesquisas Agrárias e Ambientais**, v. 4, p. 360-367, 2016.

CHASE, M. W. et al. Uma atualização da classificação do Grupo de Filogenia dos Angiospermas para as ordens e famílias de plantas com flores: APG IV. **Revista de Botânica da Sociedade Linnean**, v. 181, n. 1, p. 1-20, 2016

CHAVES, E. M. F.; BARROS, R. F. M. Resource Use of the Flora of the Brushwood Vegetation in Cocal County, Piauí, Brazil. **Functional Ecosystems and Communities**, v. 2, n. 1, p. 51-58, 2008.

EMPERAIRE, L. Végétation de l'État du Piauí (Brésil). *CR Soe Biogéogr* 4:151- 163. 1985.

EMPERAIRE, L. Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido; relatório da área de vegetação. Teresina: UFPI, 1982. (Mimeografado).

FARIAS, R. R. S; CASTRO, A. A. J. F. Fitossociologia de trechos da vegetação do Complexo de Campo Maior, Campo Maior, PI, Brasil. **Acta Bot. Bras.** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 949-963, 2004.

FERNANDES, A. A Vegetação do Piauí. In: Congresso Nacional de Botânica. Anais... Teresina: **Sociedade Botânica do Brasil**, Vol. 32, p. 313-3, 1982

FLORA BRASILIENSIS. A Obra. 1840 – 1915. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>. Acesso: 05 fev. 2021.

FLORA DO BRASIL 2020. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Livraria Itatiaia Editora, 1975.

GIULIETTI, A.M., et al.. Plantas endêmicas da caatinga. p.103-115 *In: Vegetação e flora das caatingas* (SAMPAIO, E.V.S.B., A.M. GIULIETTI, J. VIRGÍNIO & C.F.L. GAMARRA-ROJAS, ed.). **APNE / CNIP**, Recife, PE, 2002.

LEMOS, J. R. Composição florística do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **Rodriguésia**, v. 55, p. 55-66, 2004.

LEMOS, J. R.; RODAL, M. J. N. Fitossociologia do componente lenhoso de um trecho de vegetação arbustiva espinhosa no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, n. 1, p. 23-42, 2002.

LIMA, S. O. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MENDES, M. R. A; CASTRO, A. A. J. F. Vascular flora of semi-arid region, São José do Piauí, state of Piauí, Brazil. **Check List**, v. 6, n. 1, p. 039-044, 2010.

- MESQUITA, M. R.; CASTRO, A. A. J. F. Florística e fitossociologia de uma área de cerrado marginal (cerrado baixo), Parque Nacional Sete Cidades, Piauí. **Publicações Avulsas em Conservação de Ecossistemas**, n. 15, p. 1-22, 2007.
- MORI, S.A.; SILVA, L.A.M.; LISBOA, G. & CORADIN, L. **Manual de manejo do herbário fanerogâmico**. Ilhéus: CEPLAC-CEPEC, 2ª ed., 104p., 1989.
- OLIVEIRA, M. E. A. et al.. Flora e fitossociologia de uma área de transição carrasco-caatinga de areia em Padre Marcos, Piauí. **Naturalia**, v. 22, p. 131- 150, 1997.
- POWO. Plants of the World Online. Facilitado pelo Royal Botanic Gardens, Kew. 2019. Disponível em: <http://www.plantsoftheworldonline.org/>. Acesso: 07 fev. 2021.
- QUEIROZ, L.P. Distribuição das espécies de Leguminosae na caatinga. p. 141-153 *In*: Vegetação e flora das caatingas (SAMPAIO, E.V.S.B., A.M. GIULIETTI, J. VIRGÍNIO & C.F.L. GAMARRA-ROJAS, ed.). **APNE / CNIP**, Recife, PE, 2002.
- RIBEIRO, L. F. Riqueza de plantas lenhosas e distribuição de grupos ecológicos em uma área de cerrado no Piauí, Brasil. 2000. Dissertação (Mestrado em Botânica), Universidade federal de Pernambuco, Recife.
- SÁ, A. A. et al.. Novo Registro de *Corchorus Hirtus* L. para o Estado do Piauí, Brasil. (dados não publicados).
- SILVA, D. F. M. Diagnóstico florístico, fitossociológico e usos econômicos de uma área de cerrado ecotonal da planície litorânea do Piauí. Teresina: UFPI, 2017. 103p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Piauí. Teresina.
- SILVA, G. B. S.; FORMAGGIO, A. R.; SHIMABUKURO, Y. E. Áreas alteradas em função de atividades antrópicas no bioma Cerrado localizado no Estado do Mato Grosso (MT), até o ano de 2001: uma abordagem espaço-temporal. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 62, 2010.
- SILVA, L. S.; ALVES, A. R.; NUNES, A. K. A.; SOUSA, M. W.; ROCHA, M. A. Florística, estrutura e sucessão ecológica de um remanescente de mata ciliar na Bacia do Rio GurguéiaPI. **Nativa**, v. 3, p. 156-164, 2015.
- SILVA, P. H.; OLIVEIRA, Y. R.; ABREU, M. C. Uma abordagem etnobotânica acerca das plantas úteis cultivadas em quintais em uma comunidade rural do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil. **Journal of Environmental Analysis and Progress**. p. 115-124, 2017.
- SILVA, R. M. Documentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí**. Ano 99, n. 7 (2017-2018). Teresina, 202 p., 2017.
- SOUZA, M. P. et al.. Composição e estrutura da vegetação de caatinga no sul do Piauí, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. v.12, n. 2, p. 210-217, 2017.
- SPECIES LINK. Disponível em: <http://www.splink.org.br/>. Acesso: 06 fev. 2021.
- SPIX, J. B., MARTIUS, C. F. F.. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed.

Itatiaia; São Paulo, Edusp, vol. 2, 1981.

TROPICOS.ORG. **Jardim Botânico de Missouri**. Disponível em: <http://www.tropicos.org>. Acesso em: 08 fev. 2021.

VASCONCELOS, A. D. M., et al.. Caracterização florística e fitossociológica em área de Caatinga para fins de manejo florestal no município de São Francisco-PI. **ACSA**, Patos-PB, v.13, n.4, p.329-337, 2017.

4.2 CAPÍTULO II

MUDANÇAS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ: DA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS À ATUALIDADE

MUDANÇAS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ: DA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS À ATUALIDADE

Antonia Alikeane de Sá

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2479-2324>

E-mail: allyknsa@hotmail.com

Maria Carolina de Abreu

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8206-7273>

E-mail: mariacarolinabreu@hotmail.com

Francisco Soares Santos Filho

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1713-7228>

E-mail: fsoaresfilho@gmail.com

RESUMO

O estudo tratou de levantar informações acerca dos aspectos socioeconômicos com base no relato da expedição de Spix e Martius comparados aos dias atuais. A região estudada fica inserida na bacia do Rio Canindé, da macrorregião semiárida piauiense. A pesquisa baseou-se no relato da obra Viagem pelo Brasil de Spix e Martius, sites governamentais, relatórios da Província e levantamento bibliográfico. As principais transformações ocorridas na região foram a mudança da Capital de Oeiras para Teresina, o aproveitamento da navegabilidade do rio Parnaíba e a construção da Fábrica de Laticínios em Campinas, esta última deu início ao trabalho assalariado no Piauí. Em 1819, a região era pouco habitada (71.370 hab.), com baixa densidade demográfica (- 0,28 hab/km²), só existia a cidade de Oeiras e algumas vilas. Passados 200 anos, a população alcançou 3.118.360 com densidade demográfica de 12,4 hab/km², considerada ainda baixa. Atualmente o Piauí está dividido em 224 municípios, 16 deles perfazem a região de estudo, dos quais, Oeiras e Paulistana apresentam maior contingente populacional. Toda população hoje tem acesso à educação e os municípios com maior IDEB são Oeiras e Acauã. A região está agrupada em territórios de desenvolvimento e suas principais potencialidades econômicas são agronegócio, apicultura, bovinocultura, cajucultura, ovinocaprino cultura e energia eólica. Mesmo diante dos avanços e desenvolvimento, os indicadores socioeconômicos demonstram que a região semiárida continua subdesenvolvida havendo necessidade de ampliação de políticas públicas e intervenções do setor privado, identificando potencialidades dos municípios, sob uma perspectiva de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Naturalistas. Potencialidades Econômicas. Semiárido. Social.

CHANGES IN THE SOCIOECONOMIC PROFILE OF PIAUÍ: FROM THE EXPEDITION OF SPIX AND MARTIUS TO THE CURRENT

ABSTRACT

The study sought to gather information about the socioeconomic aspects based on the account of the Spix and Martius expedition compared to the present day. The studied region is inserted

in the basin of the River Canindé, of the semi-arid region of Piauí. The research was based on the account of Spix and Martius's book *Viagem pelo Brasil*, government websites, Provincia reports and bibliographic survey. The main changes that took place in the region were the move from the Capital of Oeiras to Teresina, the use of the navigability of the Parnaíba River and the construction of the Dairy Factory in Campinas, the latter started wage labor in Piauí. In 1819, the region was sparsely populated (71,370 inhabitants), with low demographic density (- 0.28 inhabitants / km²), there was only the city of Oeiras and some towns. After 200 years, the population reached 3,118,360 with a demographic density of 12.4 inhabitants / km², which is still considered low. Piauí is currently divided into 224 municipalities, 16 of which make up the study region, of which Oeiras and Paulistana have the largest population. The entire population today has access to education and the municipalities with the highest IDEB are Oeiras and Acauã. The region is grouped into development territories and its main economic potentials are agribusiness, beekeeping, cattle raising, cashew farming, sheep farming and wind energy. Even in the face of advances and development, socioeconomic indicators show that the semi-arid region remains underdeveloped, with the need to expand public policies and private sector interventions, identifying the potential of municipalities, from a regional development perspective.

Keywords: Development. Naturalists. Economic Potentialities. Semi-arid. Social.

CAMBIOS EN EL PERFIL SOCIOECONÓMICO DE PIAUÍ: DE LA EXPEDICIÓN DE SPIX Y MARTIUS A LA ACTUAL

RESUMEN

El estudio buscó recopilar información sobre los aspectos socioeconómicos a partir del relato de la expedición de Spix y Martius en comparación con la actualidad. La región estudiada se inserta en la cuenca del río Canindé, de la región semiárida de Piauí. La investigación se basó en el relato del libro *Viagem pelo Brasil* de Spix y Martius, sitios web gubernamentales, informes de la Provincia y un estudio bibliográfico. Los principales cambios que se produjeron en la región fueron el traslado de la Capital de Oeiras a Teresina, el aprovechamiento de la navegabilidad del río Parnaíba y la construcción de la Fábrica de Lácteos en Campinas, esta última inició el trabajo asalariado en Piauí. En 1819, la región estaba escasamente poblada (71.370 habitantes), con baja densidad demográfica (- 0,28 habitantes / km²), solo existía la ciudad de Oeiras y algunas localidades. Después de 200 años, la población alcanzó los 3.118.360 con una densidad demográfica de 12,4 habitantes / km², que todavía se considera baja. Actualmente, Piauí está dividida en 224 municipios, 16 de los cuales conforman la región de estudio, de los cuales Oeiras y Paulistana tienen la mayor población. Hoy toda la población tiene acceso a la educación y los municipios con mayor IDEB son Oeiras y Acauã. La región está agrupada en territorios de desarrollo y sus principales potenciales económicos son la agroindustria, la apicultura, la ganadería, el anacardo, el ovino y la energía eólica. Incluso frente a los avances y desarrollos, los indicadores socioeconómicos muestran que la región semiárida permanece subdesarrollada, con la necesidad de ampliar las políticas públicas y las intervenciones del sector privado, identificando el potencial de los municipios, desde una perspectiva de desarrollo regional.

Palabras clave: Desarrollo. Naturalistas. Potencialidades económicas. Semi árido. Social.

INTRODUÇÃO

A chegada da família real ao Brasil no início do século XIX levou a abertura dos portos aos estrangeiros, o que marcou também a vinda de vários naturalistas ao país (LISBOA, 1997). Em 1817 desembarcaram no Rio de Janeiro os naturalistas Johann Baptist *von* Spix (zoólogo) e Karl Friedrich Philipp *von* Martius (médico e botânico), que a partir de uma expedição de três anos (1817 a 1820) no Brasil, estudaram uma terra até então, em sua maior parte inexplorada (DINIZ, 2019). Estes naturalistas vieram ao país em uma comitiva que acompanhava a Arquiduquesa d'Áustria, Dona Leopoldina que se casaria por procuração com D. Pedro de Alcântara, mais tarde imperador D. Pedro I do Brasil. Na comitiva vieram especialistas em várias áreas das Ciências Naturais (RAMIREZ, 1968).

Com a missão científica de se dedicar ao estudo da história natural do país, Spix e Martius, além de estudar a fauna e a flora entendiam que estudar o homem também seria importante para compreender a natureza em toda a sua dimensão (LOPES, 2019). Martius tinha visão eurocêntrica, onde relegava aos índios e africanos a posição de inferioridade em relação aos europeus. No entanto, anos depois, o naturalista deixa em seu livro o romance de *Frei Apollonio*, que depois de chegar ao Brasil e conviver com seu povo e o local essa percepção é parcialmente desconstruída (CRUZ, 2017).

Spix e Martius ao adentrarem no Piauí pela Serra de Dois Irmãos, atualmente Acauã, percorreram cerca de 500 km pelo sertão piauiense no sentido sudeste (Pernambuco) noroeste (Maranhão), entre abril e maio de 1819 passando por várias fazendas situadas no vale dos rios Canindé e Piauí até chegar ao Rio Parnaíba, onde seguiram para o Maranhão. Martius deixou um grande legado em seus escritos sobre a flora na sua obra *Flora Brasiliensis* e importantes descrições sobre a fauna, aspectos mineralógicos além de informações acerca dos aspectos socioeconômicos da população na obra *Viagem pelo Brasil* (SPIX; MARTIUS, 1981).

Segundo as descrições de Martius, a socioeconomia piauiense a época era marcada pela criação extensiva de bovinos (SPIX; MARTIUS, 1981), o que determinou, em grande parte, a distribuição demográfica, a disponibilidade de mão-de-obra, a estrutura fundiária, onde conseqüentemente, estes fatores impediram o desenvolvimento da agricultura principalmente pela concentração da propriedade das terras e destinação destas para pastos, além da ausência de mercado interno estimulador, ou seja, como as técnicas de produção agrícola praticamente inexistia, estabilizou o Piauí historicamente como dependente de outras regiões para o suprimento de produtos agrícolas (CEPRO, 2013).

A forma de povoamento e ocupação do Piauí se deu do interior para o litoral (MOTT, 1985), e uma característica que marcou o processo de colonização do território desde a ocupação de suas terras foi a transformação lenta da estrutura econômica e social. A partir dessa estrutura colonial, surgiram e se consolidaram traços que marcaram toda a evolução socioeconômica ao longo dos anos (ALVES, 2003), Assim como em outras áreas da região norte, a economia da província do Piauí era definida pelo domínio de algumas atividades básicas de subsistência, impostos por condições históricas e ambientais próprias, realizadas em nível técnico pouco evoluído e conseqüentemente com baixos índices de produtividade (QUEIROZ, 2006)

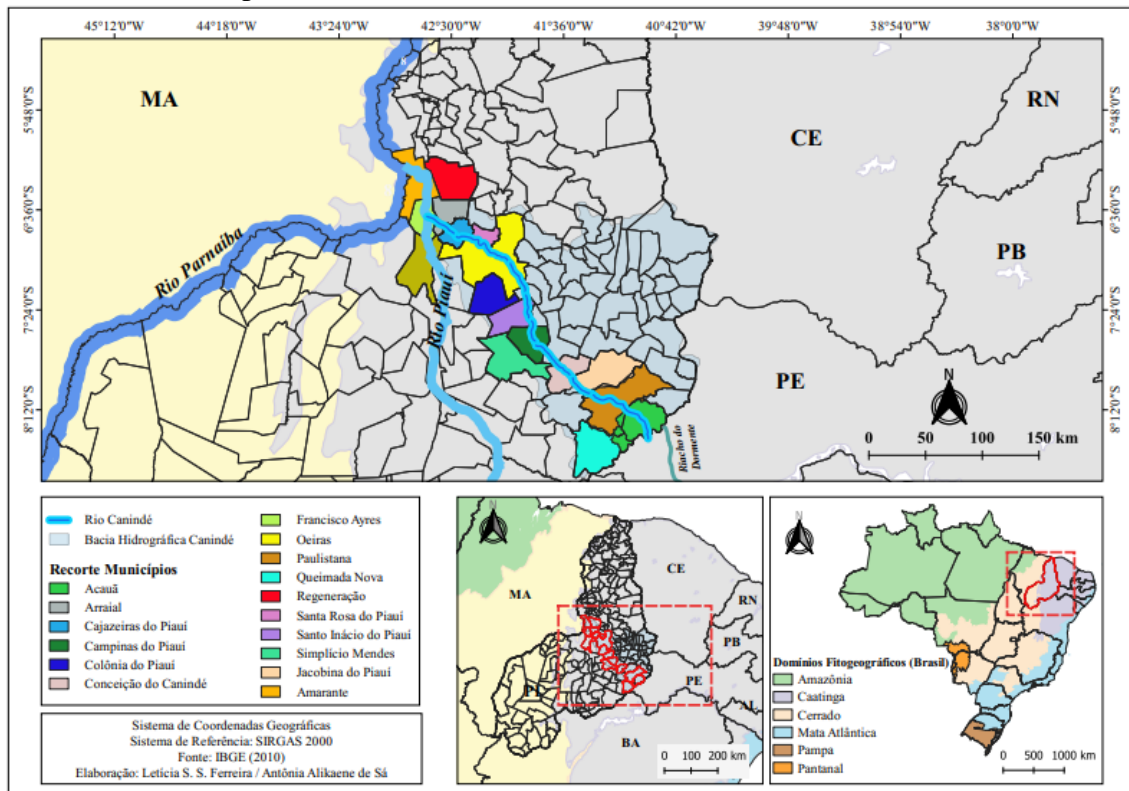
Nesse sentido, considerando que em 2019 a expedição de Spix e Martius completou 200 anos que passou pelo interior do Piauí, e, tendo em vista a importância do legado deixado por estes pesquisadores, em especial sobre o relato do cenário socioeconômico, este estudo, traz como problemática as seguintes perguntas: O quão o sertão piauiense mudou nestes últimos 200 anos? Quais fatores que mais contribuíram para as mudanças? Diante da problemática, objetivou-se, levantar informações acerca dos aspectos socioeconômicos com base no relato da expedição de Spix e Martius comparados aos dias atuais.

METODOLOGIA

Área de estudo

A seleção dos municípios para realização desta pesquisa se deu através da observação da atual divisão político-geográfica do Piauí respeitando a rota descrita por Spix e Martius (1981) e comparando com Silva (2017) e Lima (2005). Assim, delimitou-se a atual rota da Expedição de Spix e Martius no Piauí que corresponde aos municípios de Acauã, Paulistana, Queimada Nova, Jacobina do Piauí, Conceição do Canindé, Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Colônia do Piauí, Oeiras, Santa Rosa do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Arraial, Francisco Ayres, Regeneração e Amarante (Figura 1). Os municípios ficam inseridas na bacia do Rio Canindé, da macrorregião semiárida, apresentando condições climáticas adversas com maior parte do tempo seco.

Figura 1 - Localização geográfica da área de estudo - Caminho da Expedição de Spix e Martius no Piauí, 200 anos depois.



Condução da Pesquisa

Foi conduzida uma ampla pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações sobre a Expedição de Spix e Martius no Piauí, trilhando pelo contexto histórico e ambiental, a qual foi subsidiada principalmente pela bibliografia básica no relato contido em textos da obra *Viagem pelo Brasil (1817 – 1820) Volumes 1, 2 e 3* (SPIX; MARTIUS, 1981), sítios eletrônicos do Governo, relatórios, bem como outras obras citadas nas referências e fontes desta pesquisa.

A análise dos atuais aspectos sociais e econômicos dos locais de estudo foi realizada com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acessando ao Portal IBGE das cidades através do site <https://cidades.ibge.gov.br/>. Analisou-se para cada município os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), Produto Interno Bruto (PIB), demografia e as potencialidades econômicas para cada município. Além das informações do governo, a pesquisa foi subsidiada através de levantamento bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mudança da Capital da Província

Dentro do contexto do cenário socioeconômico uma das principais transformações ocorridas na região semiárida visitada por Spix e Martius foi a mudança da Capital (sec. XIX). Durante o período colonial, especificamente em 1761, Oeiras foi designada à categoria de cidade-capital do Piauí, atendendo as necessidades administrativas da província (GANDARA, 2011). A cidade era ligada ao fluxo comercial entre os estados do Maranhão e Bahia, vinculando o ciclo da pecuária colonial no Nordeste, que foi historicamente a principal atividade econômica demandada pelas políticas federais de preservação e de relevância cultural (PEREIRA, 2017)

Entretanto, desde a colônia, havia uma corrente insatisfatória em relação à localização da capital, principalmente relacionado às dificuldades de transportes e comunicação. As interpretações historiográficas regionais, os documentos oficiais, os relatos dos presidentes da Província foram unânimes ao apontarem justificativas para transferir Oeiras para um local próximo a um eixo de navegação do rio Parnaíba o que propiciaria melhoria às finanças da capitania (GANDARA, 2011).

Desse modo, em 1798, o governador da Capitania de São José do Piauí, João de Amorim Pereira, comunicou por meio de ofício ao Conselho Ultramarino, sobre a mudança da Capital de Oeiras para a vila de São João da Parnaíba (Parnaíba). Para o governador, o local seria propício em decorrência da localização da vila ficar nas proximidades do rio Parnaíba o que facilitava a navegação dos produtos da pecuária, bem como o comércio exterior se inseria em todas as bacias navegáveis do Império (VILHENA, 2016).

Esses entendimentos atuavam como argumentos, nos quais se questionavam sobre os impasses de uma província marcada por distâncias consideráveis, somado às dificuldades de transportes para escoamento das riquezas e a localização da capital situada no sertão, distante dos grandes rios. Havia também entendimentos de que Oeiras não tinha condições de desempenhar um papel ativo como polo de desenvolvimento do estado. Além disso, seu "isolamento" físico trazia dúvidas até mesmo quanto à sua eficácia administrativa (GANDARA, 2011), no entanto, vale ressaltar que no período colonial a organização dos núcleos urbanos no Piauí se deu de forma planejada:

“Nunca na história colonial houve o esforço premeditado de criação de vilas como no caso da montagem da Capitania, a partir de 1759. Foram constituídas, no espaço de dois anos, seis vilas no lugar de freguesias existentes, além da elevação da vila da Mocha à categoria de cidade e capital, com o nome de Oeiras

(VILHENA, 2016, p. 111)”.

Considerando as discussões acerca da localização da capital de Oeiras, vale destacar o significado do termo “sertão” o qual tem conceitos variados. Para Amado (1995), sertão é empregado de acordo com a posição social e espacial, sendo mais usado no contexto simbólico do que geográfico. No Piauí era usado para caracterizar os fatores ambientais como o clima que determinava a forma de vida da população e para se referir a um local isolado e abandonado pelas autoridades públicas (PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1861). Dessa forma, compreende-se que era dentro deste contexto que se configurava Oeiras inserida no “sertão”.

O Presidente, Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos, em relatório apresentado a Assembleia Provincial (PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1844), argumentava que a capital devia ser instalada em local com disponibilidade de água e que oferecesse vantagens nas comunicações com o todo da província, principalmente com a região de maior concentração comercial e as províncias vizinhas, o que Oeiras não dispunha, ao menos em parte. Entretanto, se a capital fosse estabelecida na Vila de Parnaíba (Parnaíba), ficaria em uma extremidade da Província o que não ia favorecer aos mais rápidos meios de comunicação e a medida não seria a mais adequada (FREITAS, 1988).

Seguindo as discussões sobre a transferência da capital, em 1844 surgiu o nome da Vila do Poti (Teresina), designada pela lei de 3 de agosto do mesmo ano e revogada pela lei de 5 de agosto de 1850. Naquele momento o presidente do Piauí, José Antônio Saraiva, se dirigiu até o local para certificar-se das condições do lugar o qual ao conhecer não o agradou (QUEIROZ, 1998). Diante disso, Saraiva sinalizou para os potienses as vantagens que lhes oferecia a mudança da sede municipal ao transformar-se em metrópole do Piauí, que era possível, com o apoio dos mesmos (NUNES, 2007). Mediante seu discurso com os potienses, convenceu-os a edificar no mais indicado e importante lugar que seria as margens do Rio Parnaíba (QUEIROZ, 1998).

Passadas todas as repercussões para a transferência da capital, instalou-se, então, uma assembleia e, no dia 21.07.1852, momento em que foi baixada e promulgada a Resolução nº. 315, autorizando a transferência da capital para a Nova Vila do Poti, elevada desde logo à categoria de cidade, com o nome de Teresina, com foros de capital. Considerando a importância da transferência da capital principalmente para exploração do rio Parnaíba, o presidente Saraiva logo se dirigiu ao transporte do acervo da antiga vila e instalou na nova sede a Câmara Municipal e demais repartições (GANDARA, 2011).

Posteriormente, através do ofício de 21 de outubro de 1852, foi concluída a transferência

da capital do Piauí: “Comunico a V. Excia. que esta Província está em paz, e que se acha completamente transferida para esta cidade de Teresina a capital da Província e funcionando regularmente todas as repartições públicas” (QUEIROZ, 1998, p. 27). No vale do rio Parnaíba, a cidade de Teresina destinada sede do poder político e administrativo do Piauí, exerceria o papel que até então pertencia a cidade de Oeiras (GANDARA, 2011).

A criação de Teresina e o aproveitamento da navegabilidade do rio Parnaíba significaram um vigor para a economia da província, especialmente pelo relativo desenvolvimento das atividades comerciais, as quais contribuíram para estabilizar a cidade de Parnaíba como centro comercial mais relevante do Piauí (ALVES, 2003).

No entanto, vale salientar que, nas últimas décadas do século XIX, o mercado piauiense vinha passando por um momento acentuado de crise, tornando mais crítica a partir da emergência da seca entre os anos de 1877 e 1879. A seca evidenciou o atraso material da província e consolidou a percepção de que o desenvolvimento comercial impulsionado pela transferência da capital e a utilização da navegabilidade do Parnaíba não foram suficientes no sentido de proporcionar uma geração de riquezas que garantisse a inserção da província no modelo de desenvolvimento que o paradigma moderno impunha naquele momento (VILHENA, 2006).

Contudo, a transferência da capital em 1852 provocou mudanças socioespaciais, com o surgimento de vilas e cidades ao longo do rio Parnaíba, o que representava para as vilas do norte uma maior possibilidade de desenvolvimento. Essas transformações estavam articuladas aos objetivos dos projetos do governo imperial, o qual tinha bases ligadas a medidas políticas para o país, centradas na figura de D. Pedro II (SANTANA, 1965).

Agroindústria de Antônio Sampaio

Na segunda metade do século XIX, a economia do Piauí tinha como atividade econômica mais importante a pecuária. Embora, para o Estado fosse relativamente importante pela população que ocupava, como também pela geração de receitas, a agricultura de subsistência, a qual era basicamente limitada ao consumo local, empregava a maior parte da população, cujas condições não eram suficientes para que se estabelecessem como fazendeiros ou comerciantes. A depender da conjuntura de preços, era produzido o algodão, o fumo e, eventualmente, o arroz, para exportação (QUEIROZ, 2006).

Assim, as fazendas de gado foram à base da produção econômica e meio de civilidade na região sertanista piauiense (CABRAL, 2020), associada com a lavoura rudimentar de

alimentos, denominando uma economia tipicamente de subsistência. Já a atividade industrial não passava do curtimento de peles e da confecção artesanal de tecidos grosseiros de algodão (VELOSO FILHO; REYDON, 2002). No início do século XIX, a agricultura passou a ser uma atividade de produção mercantil, abastecendo o mercado interno do Piauí e exportando para fora do Estado. Ressalta-se que independente do crescimento econômico da região as atividades necessitavam de mão-de-obra escravista (CAETANO, 2020).

Estas atividades econômicas deram possibilidades à criação de várias categorias de trabalho para a sociedade rural (CABRAL, 2020), tendo como elementos formadores da economia do estado nos séculos XVIII e XIX que mais se destacavam os diferentes tipos de trabalhadores que se apresentavam como agregados ou moradores, escravizados, posseiros, arrendatários, criadores, vaqueiros, grandes proprietários de terras e sesmeiros (MOTT, 1985; BRANDÃO, 1999; LIMA, 2005).

Considerando que na região piauiense havia somente essas duas bases econômicas (pecuária e lavoura), o engenheiro piauiense Antonio José de Sampaio, orientado do que havia de mais moderno na Europa, desembarcou um projeto agroindustrial para o interior do Piauí – a Fábrica de Laticínios (VELOSO FILHO; REYDON, 2002). Aliado a experiência de estudo, em 1889, Antonio Sampaio considerou também as informações dos naturalistas Spix e Martius e George Gardner, que fizeram importantes observações sobre as Fazendas Nacionais, o que serviu de base para o seu projeto de desenvolvimento (VILHENA, 2006). Uma das observações feitas por Martius sintetiza bem o projeto idealizado por Antonio Sampaio:

Nos sítios, onde o terreno se abria, entre as vargens fechadas de mato, alegrava-nos tanto pela cerrada igualdade do tapete viçoso de relva, quanto pela delicadeza dos tenros talos glabros, como nunca havíamos encontrado igual, a gente do lugar chama-os de campos mimosos e utilizavam-se deles para pastos de suas numerosas boiadas. Estávamos pela primeira vez no distrito de criação de gado, que de certo modo, deve ser considerada a Suíça do Brasil (SPIX; MARTIUS, 1981, v. 2, p. 230)

Como é possível observar acima, e confirmando com a visão de Vilhena (2006), o trecho da obra de Martius parece explicar a realidade de dois mundos que serviram de base para a idealização de Antonio Sampaio: a Europa, um Continente desenvolvido e o Piauí um estado agrário atrasado, motivando-o a desenvolver no sertão do Piauí uma agroindústria nos modelos suíços, utilizando a tecnologia mais moderna da época, tanto em termos de equipamentos e máquinas quanto de técnicas agropecuárias. Nesse contexto, os campos verdejantes do vale do rio Canindé representavam a melhor fonte de pastagem natural das fazendas nacionais, além de

possuir uma fonte de água oriunda dos olhos d'água das Aningas, região a qual se localizava o melhor rebanho de gado das fazendas arrendadas por Antonio Sampaio (VILHENA, 2006).

A construção da agroindústria foi a primeira fábrica de laticínios do Nordeste. Inaugurada no dia 09 de abril de 1897, na localidade Campos, da fazenda Castelo (atualmente Campinas do Piauí), resultante de contratos de arrendamento que tinham como objeto principal as Fazendas Nacionais, onde a Fábrica funcionou até 1947 (COSTA, 2010).

Considerando os aspectos econômico e político, a indústria buscava o desenvolvimento das Fazendas Nacionais no Piauí que na época foi à base de disputa entre os grupos políticos locais, uma vez que as terras eram visadas entre a elite agrária do Estado. Já do ponto de vista social, a fábrica deu início ao trabalho assalariado no Piauí, época em que ainda predominava a mão-de-obra escrava (FÉ; NASCIMENTO, 2019).

Antonio Sampaio perdeu os direitos como arrendatário das fazendas nacionais do Piauí, sem receber indenização pelos benefícios já existentes na região. A dívida contraída pelo empréstimo, ou empréstimos seria provavelmente o principal motivo que levou a falência da agroindústria. No entanto, apesar de sua morte prematura, as realizações pareceram potencializar os anos de sua existência. Numa época em que se condicionava o desenvolvimento do Brasil a inserção de trabalhadores europeus, Antonio Sampaio manteve-se à margem do discurso das lamentações em relação ao descaso do governo, agindo por conta própria e realizando a única tentativa de introdução de mão-de-obra imigrante no Piauí (VILHENA, 2006; FÉ; NASCIMENTO, 2019).

Contudo, após mais de cem anos de sua morte, não há, até hoje, nenhum outro registro na história do Piauí de iniciativa privada isolada no campo da agroindústria que se equipare a experiência de Antonio Sampaio (FÉ; NASCIMENTO, 2019). A Fábrica é um documento arquitetônico que narra um valioso fragmento da história da formação do Piauí e do Brasil (COSTA, 2010), (Figura 2).

Figura 2 - A - Vista externa. B e C – Vista interna da Fábrica de Laticínios na Cidade de Campinas do Piauí



Fonte: Sá, Antonia Alikeane de, 2019.

Diante do quadro de abandono do prédio da Fábrica de Laticínios, foi realizado o tombamento do mesmo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como Monumento Histórico Nacional (BRASIL, 2014).

Portanto, a realização e execução de um projeto de revitalização da antiga Fábrica de Laticínios no sertão piauiense seria uma representação para preservar a memória de uma sociedade que detém do valor histórico e arquitetônico da fábrica, a qual foi à maior contribuinte com a formação socioeconômica e histórica no estado do Piauí, promovendo uma relação entre a arquitetura rural e industrial da época colonial.

Paralelo histórico comparativo dos aspectos socioeconômicos

Desde a colonização do Brasil sempre foi interesse de Portugal fazer conhecer seus domínios, as possibilidades econômicas, as fazendas e a população da província. O levantamento destas informações era realizado através do recenseamento populacional, tendo

em vista que o primeiro Censo Demográfico Brasileiro datou de 1870. Neste sentido, a Igreja por recomendação do Estado, através de autoridades eclesiásticas conforme as circunstâncias e ordens recebidas anotavam os “fogos e a relação de seus moradores”, ou seja, durante suas jurisdições faziam o recenseamento da população e propriedades do Piauí. Vale ressaltar que o primeiro recenseamento populacional realizado no território piauiense data de 1694 e 1697, pelo Padre Miguel de Carvalho (SILVA, 2017).

Quando Spix e Martius passaram pelo Piauí, a população era de 71.370 habitantes, incluindo todas as etnias, com densidade demográfica muito baixa de apenas 0,28 hab/km², sendo que deste total, 14.074 residiam na extensa freguesia de Oeiras que era principal área de ciclo comercial, segundo a lista de dados oficiais fornecidos pelo Governador Baltasar de Sousa Botelho e Vasconcelos (SPIX; MARTIUS, 1981). Ao passar 200 anos, a população do Piauí alcançou, no último censo de 2010, um total de 3.118.360 habitantes, o que é considerado, dado o tamanho da população e a extensão geográfica, uma densidade demográfica baixa, de apenas 12,4 hab/km². Do total de habitantes, 814.230 residem em Teresina (IBGE, 2010). Evidencia-se que apesar das mudanças ocorridas nestes dois últimos séculos, com o aumento do contingente populacional e a densidade demográfica, as populações residentes nas capitais de hoje e de ontem se mantêm em quantidades próximas (acima de 20% do total da população do estado).

Em 1819, no Piauí não existia divisão de municípios, o território era organizado em uma cidade-sede (Oeiras) e seis vilas: Vila de Parnaíba (Parnaíba), Parnaguá, Jerumenha, Valença, Campo Maior e Marvão (Castelo do Piauí) (ARRAES, 2016). Atualmente, o estado está dividido em 224 municípios (IBGE, 2010), dos quais, de acordo com a rota descrita por Spix e Martius (1981) e comparada com Lima (2005) e Silva (2017), 16 municípios perfazem a região da expedição de Spix e Martius após 200 anos de sua passagem pelo interior do Estado, e, segundo levantamento de dados do IBGE (2010; 2020), as cidades que concentram maior contingente populacional nessa região são Oeiras, Paulistana e Amarante (Tabela 1). Com isso, observa-se que Oeiras e Amarante por serem os principias centros econômicos continuam dentre as mais populosas até os dias atuais.

Tabela 1 - População estimada por município para 2020, população por município e densidade demográfica no último censo (2010), da região da expedição de Spix e Martius 200 anos após a expedição no Piauí.

Municípios	População estimada (2020)	População censo (2010)	Densidade demográfica (2010)
Acauã	7.102	6.749	5,27
Amarante	17.604	17.135	14,83
Arraial	4.720	4.688	6,87
Cajazeiras	3.573	3.343	6,5
Campinas do Piauí	5.620	5.408	6,51
Colônia do Piauí	7.661	7.433	7,84
Conceição de Canindé	4.807	4.475	5,38
Francisco Ayres	4.323	4.477	6,82
Jacobina do Piauí	5.729	5.722	4,17
Oeiras	37.085	35.640	13,19
Paulistana	20.554	19.785	10,04
Queimada nova	9.017	8.553	6,32
Regeneração	17.979	17.556	14,03
Santa Rosa do Piauí	5.255	5.149	15,14
Santo Inácio do Piauí	3.803	3.648	4,28
Simplício Mendes	12.746	12.077	8,97
Total: 162.323			

Fonte: IBGE (2010; 2020), elaborado pelos autores, 2021.

A saúde, bem como a educação são eixos basilares para o crescimento socioeconômico de uma região. Nesse sentido, com base nas descrições de Spix e Martius (SPIX; MARTIUS, 1981), existia precariedade na saúde da população na época, onde só existiam dois médicos cirurgiões e nenhum clínico, uma farmácia em condições inadequadas de funcionamento com medicamentos trazidos da Bahia e/ou Maranhão e boa parte da população acometida de várias doenças, tais como, doenças gástricas, flatulência, dispepsia, diabetes, cardialgia, inflamação na garganta, inflamação de olhos com catarata, nefélio da córnea, além de doenças nervosas. Entretanto, diante de tal condição só existia um hospital instalado na cidade de Oeiras com 40 leitos para soldados (SPIX; MARTIUS, 1981).

O número de hospitais juntamente ao número de leitos hospitalares, são importantes indicadores dos recursos disponíveis para a saúde da população (BRASIL, 2019). Assim, através de informações do IBGE (2009), constatou-se que atualmente nos municípios da região existem 128 estabelecimentos de saúde e 337 leitos hospitalares públicos, distribuídos para um total de 161.838 pessoas. Com base nestes números, verifica-se que em termos de leitos hospitalares equivalem a 2 leitos para cada 1.000 habitantes. Embora a Organização Mundial

de Saúde (OMS) não tenha uma recomendação oficial, estima-se globalmente uma média de 3,2 leitos hospitalares por 1.000 habitantes (OMS, 2017).

Diante disso, e considerando os números de hoje de ontem, verifica-se que quando comparado ao tamanho da população os recursos disponíveis na saúde pública dessa região, embora tenha melhorado buscando dar assistência para prolongar a qualidade de vida das pessoas, ainda não apresenta uma cobertura adequada para atender a demanda da população. No que se refere ao panorama da saúde da população da região, a doença com maior número de internações no último levantamento apontado pelo IBGE (2016), foi a diarreia com taxa de 3,7 por mil habitantes.

Em relação ao acesso à educação, na região só existia uma escola dos Jesuítas conhecida como a Casa do Vigário em Oeiras (SPIX; MARTIUS, 1981). Com o desenvolvimento socioeconômico do estado, toda população hoje tem acesso à educação, com altas taxa de escolarização no ensino da rede pública, além de estabelecimento para atender a demanda de cada município. Os municípios com maiores índices de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são Oeiras com 5,7 e Acauã com 5,6 para os anos iniciais (1º ao 5º ano), já para os anos finais (6º ao 9º ano), Jacobina apresentou média de 4,6 e Oeiras 4,3 (INEP, 2019), (Tabela 2). Além da educação básica, a região conta com os polos de educação da Universidade Federal (UFPI), Universidade Estadual (UESPI) e Instituto Federal de Educação (IFPI), como também outras instituições privadas de ensino superior. Dessa forma, verifica-se que em termos de educação a região evoluiu positivamente.

Tabela 2 - Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do Ensino Fundamental – EF da rede pública, Números de estabelecimento do Ensino Fundamental e Ensino Médio – EM e * resultados não divulgados dos municípios que constituem o percurso da excursão de Spix e Martius no Piauí.

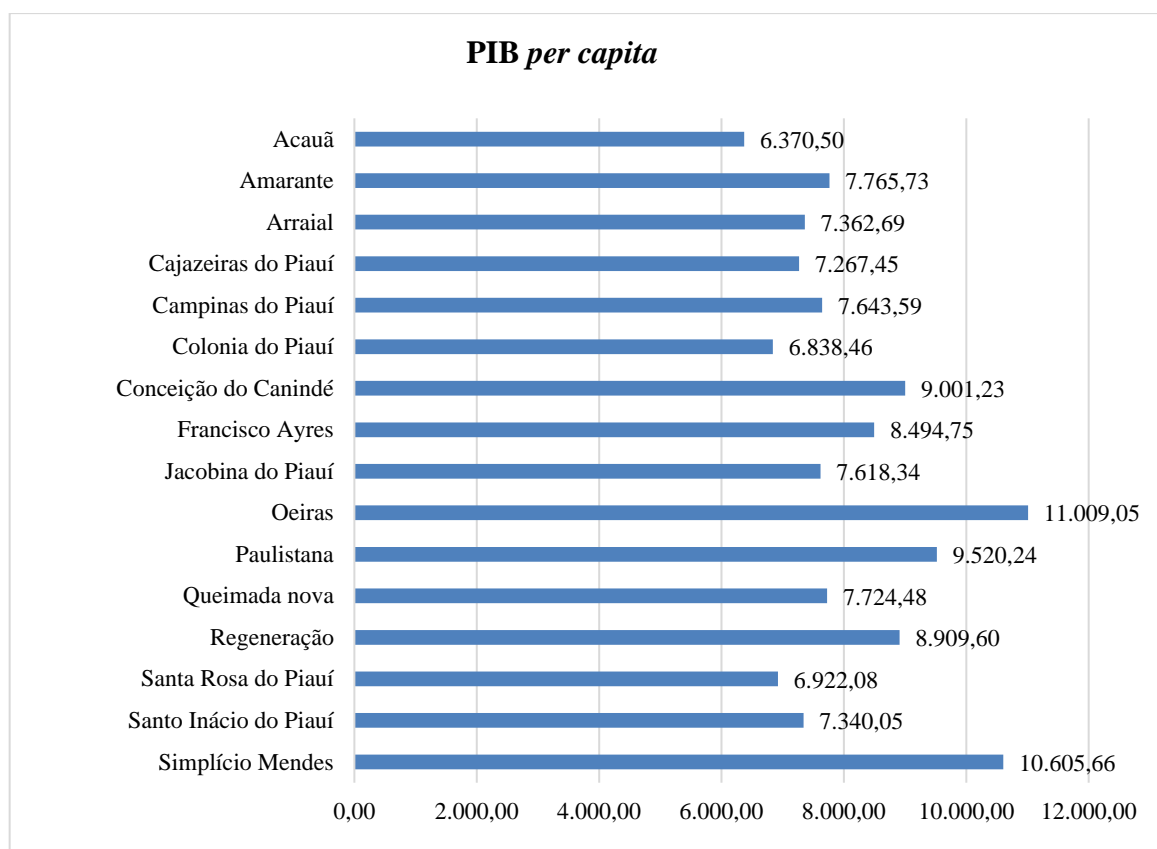
Municípios	Escolarização (2010)	IDEB – Anos iniciais (2019)	IDEB – Anos finais (2019)	Número de Estabelecimentos EF (2018)	Número de Estabelecimentos EM (2018)
Acauã	97,5 %	5,6	3,9	6	1
Amarante	97,2 %	3,8	2,7	26	3
Arraial	97,7 %	4,3	3,9	9	1
Cajazeiras do Piauí	99,2 %	3,9	2,5	12	2
Campinas do Piauí	97,8 %	3,5	3,8	15	1
Colônia do Piauí	98,6 %	4,8	3,0	8	1
Conceição do Canindé	96,8 %	3,8	3,8	6	1
Francisco Ayres	98,1 %	4,1	3,9	9	1
Jacobina do Piauí	97,7 %	3,8	4,6	14	1
Oeiras	97,9 %	5,7	4,3	36	11
Paulistana	97,9 %	4,5	3,6	20	4
Queimada Nova	99,3 %	3,8	*	4	1
Regeneração	97,4 %	3,6	3,2	14	3
Santa Rosa do Piauí	99,0 %	5,0	3,7	4	1
Santo Inácio do Piauí	99,3 %	4,9	3,6	2	2
Simplício Mendes	98,6 %	4,8	3,6	11	4

Fonte: IBGE (2010; 2018); INEP (2019), elaborado pelos autores, 2021.

A economia é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (Município, Estado ou País) em um dado período. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e, como afirma Cimoli et al. (2017), a sua capacidade de gerar riqueza. No que se refere à região em estudo, de acordo com os dados do IBGE, observou-se que os municípios que apresentam maior dinâmica econômica são Oeiras e Simplício Mendes, locais onde há mais estabelecimentos comerciais com maior número de pessoas empregadas (Figura 3).

Ressalta-se ainda que em 2017 o IBGE verificou diferentes padrões de interação do território piauiense ao considerar o principal setor de atividade econômica do município, ou seja, o valor adicionado bruto do setor que mais contribuiu para o PIB. Por sua vez, os serviços (exceto administração pública) apresentavam grande relevância em 16 municípios piauienses, dentre os quais Oeiras e Simplício Mendes, como constam na figura 3.

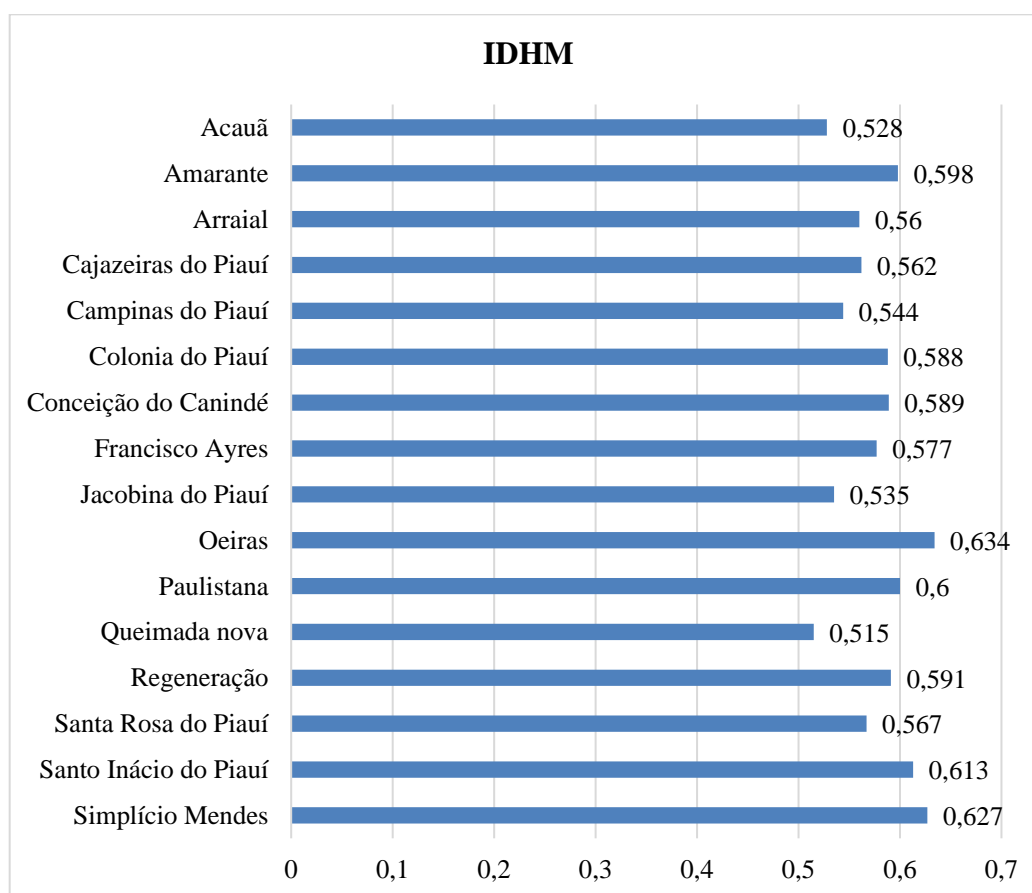
Figura 3 - PIB per capita por município da região da expedição de Spix e Martius no Piauí.



Fonte: IBGE (2017), elaborado pelos autores, 2021.

Quanto ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), índice que integra indicadores de educação, saúde e renda, no Piauí foi de 0,646 em 2010, pouco abaixo do Nordeste no mesmo ano (0,660) e do Brasil (0,726). O aumento do índice, nos últimos anos, pressupõe melhorias no quadro social do Estado, uma vez que o IDH se alinha com a redução da desigualdade de renda da população, onde as melhorias podem ser atribuídas aos programas governamentais de transferência de renda, de formação profissional para o mercado de trabalho além do incremento do salário-mínimo (IBGE, 2010). A figura 4 demonstra o IDH dos municípios que perfazem o caminho da Expedição de Spix e Martius 200 anos depois no interior do Piauí, onde é possível observar que as cidades com maior IDHM da região são Oeiras (continua a mais desenvolvida), seguida de Simplício Mendes e Santo Inácio do Piauí.

Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos locais por onde passou a expedição de Spix e Martius no Piauí, 200 anos depois.



Fonte: IBGE (2010), elaborado pelos autores, 2021.

Territórios de Desenvolvimento

No Piauí oitocentista, as principais atividades econômicas desenvolvidas eram a pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas (CABRAL, 2020). A agricultura resumia-se a plantação de lavouras para subsistência, uma vez que a maioria das terras era ocupada pela criação de bovinos. Nesse contexto, desenvolveu-se uma sociedade, cujo modo de vida se associava à dinâmica da pecuária (SPIX; MARTIUS, 1981).

Atualmente o Estado do Piauí dispõe de políticas públicas com a divisão denominada “Territórios de Desenvolvimento” instituídos por lei (Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007) que “estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado, aglutinando os municípios de acordo com suas características próprias e potencialidades econômicas. Ao todo, são doze “Territórios de Desenvolvimento” (PIAÚÍ, 2007), dentre os quais quatro estão inseridos no caminho da expedição de Spix e Martius. As potencialidades desses territórios são principalmente, o agronegócio, apicultura, cajucultura,

bovinocultura, ovinocaprinocultura e energia eólica. As formas de potencialidades econômicas estão relacionadas, sobretudo, como domínios vegetacionais dessas regiões sendo apropriados para as culturas. A vegetação predominante na região é de ambientes de Caatinga como também Caatinga Cerrado o que configura uma vegetação de transição (CASTRO, 2007), (Quadro 1).

Quadro 1 - Um paralelo após 200 anos, atividades econômicas executadas pelos municípios que constituem o percurso de Spix e Martius, sua distribuição em territórios de desenvolvimento e Tipo de vegetação.

Região por onde passou Spix e Martius em 1819		Territórios de Desenvolvimento	Potencialidades Econômicas	Municípios	Área (km²)	Vegetação
<p>Principal atividade econômica: Pecuária e lavoura de subsistência; Uma cidade: Oeiras Uma Vila: Mocha em Oeiras; Fazendas: Serrinha, Serra Branca, Cachoeira, Santa Isabel, Porções de Cima, Bom Jardim, Poções de Baixo, Campo Grande, Castelo, Brejo, Ilha; - A partir de Oeiras: Fazendas Olho D'água, Inhuma, Gameleira, Mocambo, Localidade Serra de São Gonçalo e São Gonçalo do Amarante, Fazendas Coité, Buriti, São Pedro, Todos os Santos e Sobradinho. Ambiente: Caatinga com a presença de muitos buritizais a partir de Oeiras.</p>	200 anos depois	Chapada Vale do Itaim	Agronegócio, Apicultura Bovinocultura Energia eólica Mineração Ovinocaprinocultura	Acauã	1.279,59	Caatinga
				Jacobina	1.333,79	Caatinga
				Paulistana	1.941,39	Caatinga
				Queimada Nova	1.284,67	Caatinga
		Vale do Canindé	Apicultura Bovinocultura Ovinocaprinocultura Cajucultura Turismo Mineração	Conceição do Canindé	824,729	Caatinga
				Simplício Mendes	852,892	Caatinga
				Campinas do Piauí	831,201	Caatinga
				Santo Inácio	1.353,39	Caatinga
				Colônia do Piauí	947,879	Caatinga
				Oeiras	2.702,49	Caatinga; Cerrado
				Santa Rosa	340,198	Caatinga; Cerrado
		Vale dos Rios Piauí e Itaueira	-	Arraial	682,761	Caatinga; Cerrado
				Francisco Ayres	656,475	Caatinga; Cerrado
		Entre Rios	Agronegócio Agroindústria Energia hidrelétrica Turismo	Amarante	1.155,21	Caatinga; Cerrado
				Regeneração	1.251,04	Caatinga; Cerrado

Fonte: Spix e Martius (1981), Castro (2007); Piauí (2007); IBGE (2019), elaborado pelos autores, 2021.

O território Vale do Itaim e Vale do Canindé estão caracterizados por sua inserção na área do semiárido nordestino. O Vale do Canindé vinculado a Oeiras apresenta configuração histórica por ser considerada a cidade mais antiga do Piauí e de onde se iniciou o povoamento de outras cidades piauienses (PEREIRA, 2017). Já no Território Vale dos Rios Piauí e Itaueira, para os municípios em estudo, não houve destaque de potencialidades econômicas, e, por fim, o território Entre Rios, apresenta um conjunto de atividades dinâmicas e economicamente consolidadas.

A agricultura vem se modernizando com uso de máquinas e agrotóxicos o que diminuem o trabalho no campo sendo provavelmente um fator que leva a população a se mudarem para as cidades. A região dispõe de várias culturas que não eram cultivadas a dois séculos, podendo ser elas permanentes ou temporárias. As principais lavouras permanentes são a banana, castanha de caju, coco-da-baía e manga, enquanto as principais culturas temporárias são abóbora, feijão, arroz, mandioca, milho, melancia e sorgo (IBGE, 2017).

Se destaca na região a criação de pequenos animais como galinhas, caprinos, ovinos, suínos e abelhas por serem atividades adaptados ao clima semiárido. Estas atividades são desenvolvidas principalmente pelos pequenos produtores e são importante base de renda para o sustento das famílias. Da mesma forma, a pecuária bovina está presente em todos os municípios, variando apenas quanto a sua concentração e finalidade, no entanto, em pouca quantidade quando comparada há dois séculos. O aumento da produção bovina está relacionado com as condições climáticas mais favoráveis, no caso da Caatinga no período chuvoso, além do padrão genético do rebanho (BRAINER; XIMENES, 2015).

Ao longo dos anos, houve tanto um crescimento demográfico como a introdução de outros setores para agregarem ao perfil socioeconômico do Piauí, sendo a indústria um importante demandante de produtos agropecuários, de processadoras e beneficiadoras de produtos e óleos vegetais, além das indústrias de bebidas. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) foram constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. Nesse contexto de mudanças socioeconômicas, a indústria constitui um elemento chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento do estado (BRAINER; XIMENES, 2015). Dentre os municípios estudados, à cidade de Oeiras se destaca com a indústria, comércio e serviços de agronegócio principalmente com a cajucultura e ovinocaprinocultura (IBGE, 2017).

Atualmente, na região obras e investimentos estruturantes em execução estão sendo construídos com a finalidade de beneficiar o transporte ferroviário e, por sua vez, facilitar o

trânsito de pessoas e mercadorias pelo estado. A construção da Nova Ferrovia Transnordestina visa estabelecer ligações entre o município de Eliseu Martins aos portos de Pecém-CE e Suape-PE. As construções de terminais multimodais do projeto contemplam os municípios de Paulistana e Simplício Mendes (Vale do Canindé) (BIACHI; MACEDO, 2018). Além disso, a região semiárida conta com a instalação do parque eólico na cidade de Queimada Nova (Chapada Vale do Itaim), onde o investimento traz importância socioeconômica produzindo energia e gerando empregos em diversas áreas, proporcionando, portanto, melhoria da qualidade de vida a população (PIAUI, 2019). Essas mudanças no contexto regional demonstram a modificação do espaço natural em um espaço construído, incentivado tanto pelo poder público como pelo setor privado.

Além do setor industrial, o turismo e ecoturismo vem se apresentando como uma possibilidade para a socioeconômica da região, a exemplo da cidade de Oeiras e Amarante (VALENTE JUNIOR; LOURENÇO, 2015). Oeiras foi o primeiro polo histórico-cultural do Piauí e em razão da ampliação dos parâmetros culturais ligados às atividades locais, bem como as ações de educação patrimonial e, conseqüentemente, das condições de vida da população mais carente, apresenta relevância, o que torna a cidade um polo de desenvolvimento social e econômico para a região semiárida (PEREIRA, 2017).

Contudo, visto que o incentivo ao desenvolvimento visa o equilíbrio entre as regiões, inclusive quando são usadas estratégias adequadas a cada uma delas, observa-se que para a região em estudo, principalmente por esta se configurar no semiárido brasileiro, requer mais instituições e mudanças estruturais capazes de diminuir as desigualdades sociais. Como afirma Dathein (2018), a estrutura produtiva tem papel importante no desenvolvimento da produção, para o crescimento econômico, bem como para geração de renda e pobreza. Logo, se existe investimento e estes são estimulados certamente irá ocorrer crescimento econômico (CIMOLI et al., 2017).

CONCLUSÃO

Diante do processo de formação histórica do território piauiense, o Estado ainda apresenta grandes limitações socioeconômicas em especial na região por onde passou a expedição de Spix e Martius que fica na região semiárida onde as condições climáticas são marcadas pela seca e falta de chuva afetando conseqüentemente na economia.

Passados 200 anos, observa-se que dentro do contexto do cenário socioeconômico, apesar das tentativas de empreendimentos para a região, as transformações se deram de forma

lenta e pouca evoluída. O uso da terra foi o principal fator para a modificação da economia, limitado a pecuária e lavoura, que embora, tenha sido lenta, o avanço tecnológico permitiu a diversificação do trabalho. Estas transformações se deram com pequena capacidade de mudança socioeconômica, conseqüentemente, indicando baixa capacidade de mudança estrutural se comparado a outras regiões do Estado, como por exemplo na região dos Cerrados.

A cidade que se apresenta mais desenvolvida na área de estudo é Oeiras. Entretanto, no geral, a região continua subdesenvolvida, apresentando baixa densidade demográfica, as condições de saúde disponíveis ainda são incipientes, o PIB e IDH-M são baixos. Dessa forma, evidencia-se, que apenas a educação avançou com níveis de Educação Básica e Superior e alta taxa de escolarização do ensino básico.

Contudo, apesar dos baixos indicadores socioeconômicos, a região apresenta variadas potencialidades econômicas, demonstrando capacidade para investimentos e crescimento onde os resultados da presente pesquisa apontam para a necessidade de ampliação de políticas públicas mais focalizadas para a região semiárida e intervenções por parte do setor privado, identificando potencialidades de cada um dos municípios, sob uma perspectiva de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, 2003. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577/0>. Acesso: 20 set. 2020.

AMADO, J. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152. ISSN 2178-1494, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ARRAES, E. Plantar povoações no território: (re) construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 24, n. 1., 2016. Disponível: Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100257&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 08 jan. 2021.

BIACHI, A. P. T., MACEDO, F. C. Ferrovia Nova Transnordestina e Organização Espacial. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 17, e17010, 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012018000100210&lng=en&nrm=iso. Acesso: 04 jan. 2021.

BRAINER, M. S. C. P., XIMENES, L. J. F. **Pecuária**. Perfil Socioeconômico do Piauí. P. 43-

55. Fortaleza, BNB, 2015. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4476032/PI+Perfil+2015.pdf/92901df6-c38a-d5cb-1896-ee4139f02599>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectivas do século XVIII**. Teresina: EDUFPI, 189 p., 1999.

BRASIL. CNSAUDE – Cenário dos Hospitais no Brasil. **Federação Brasileira de Hospitais e Confederação Nacional de Saúde**. Brasília, 107 p., 2019. Disponível:

<http://cnsaude.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CenarioDosHospitaisNoBrasil2019CNSaudeFBH.pdf>. Acesso em: 6

set. 2020.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Brasília, 2014.

Disponível:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_Esta_belecimento_das_Fazendas_Nacionais_do_Piaui.pdf. Acesso em: 03. mar. 2020.

CABRAL, I. C. O vínculo com a terra e as diferentes categorias de trabalhadores rurais livres no Piauí oitocentista. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 11, n. 1, p. 147-167, 2020.

Disponível: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/261>. Acesso: 17 dez. 2020.

CAETANO, R. **Uma economia em outono: trabalhadores escravos ligados ao**

labor. Almanack, Guarulhos, n. 24., 2020. Disponível: 2236-4633-alm-24-ea03318.pdf (scielo.br). Acesso: 13 dez. 2020.

CASTRO, A. A. J. F. Unidades de Planejamento: Uma Proposta para o Estado do Piauí com Base na Dimensão Diversidade de Ecossistemas. **Publicações Avulsas em Conservação de Ecossistemas**, p. 1-28, 2007. Disponível:

<https://www.researchgate.net/publication/276126663>. Acesso: 08 jan. 2020.

CEPRO. Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (Piauí 2050). **Fundação CEPRO**. Teresina, 292 p., 2013. Disponível em:

http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_9b568b361f.pdf. Acesso em 15. dez. 2019.

CIMOLI, M., PORCILE, G., MARTINS NETO, A., E SOSSDORF, F.. Productivity, social expenditure and income distribution in Latin America. **Brazil. J. Polit. Econ.**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 660-679. 2017. Disponível:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000400660&lng=en&nrm=iso. Acesso: 10 jan. 2021.

COSTA, A. A. A.. O The dairy preservation process on National Farms, in Campinas do Piauí. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 4, n. 4, p. 78–92. 2010. DOI: 10.20396/lobore.

v4i4.121. Disponível:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/121>. Acesso em: 8 jan. 2020.

CRUZ, P. C.. Frey Apollonio? Um romance do Brasil que o leitor brasileiro desconhece. **Nova Revista Amazônica**, v. 5, n. 3, p. 55-62. 2017. Disponível: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6300/5059>. Acesso: 13 fev. 2020.

DATHEIN, R.. Estrutura econômica, gastos sociais, distribuição de renda e rentabilidade no Brasil entre 2000 e 2015: uma análise de suas relações e determinações sobre o crescimento econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. 2018. Disponível: <http://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/370>. Acesso: 10 jan. 2021.

DINIZ, L. F. A.. **Narrativas cartográficas**. Vol. 1. 65 p., 2019. Disponível: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28408>. Acesso: 10 mar. 2020.

FÉ, C. C. M., NASCIMENTO, F. A.. Paredes da memória: a fábrica de laticínios Puro Leite em Campinas do Piauí, em busca da construção da sua memória (1897-1945). **ANPHU-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019. Disponível: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565312567>. 15 jul. 2020.

FREITAS, C.. **História de Teresina**. Fundação Cultural Mons. Chaves, 227 p., 1988.

GANDARA, G. S.. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. **História**, Franca, v. 30, n. 1, p. 90-113, 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso: 08 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009. Estabelecimentos de Saúde SUS. Assistência Médica Sanitária. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 01. nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 01. nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Internações por diarreia: Ministério da Saúde, DATASUS - Departamento de Informática do SUS, IBGE, Estimativas de população residente. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 01. nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. PIB per capita: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 01. nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. População no último censo. Censo

Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 01. nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. População estimada. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 08. dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 16. mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Número de estabelecimentos de ensino fundamental e Ensino Médio: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 mai. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Matrículas no ensino fundamental e ensino médio: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 mai. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados do Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 08. dez. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação. Censo Educacional 2019. IDEB – Anos iniciais e finais do ensino fundamental (Rede pública). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 16 set. 2020.

LIMA, S. O.. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

LISBOA, K. M.. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Editora Hucitec, 223 p., 1997.

LOPES, M.. **Carl von Martius, o alemão que explorou as entranhas do Brasil e ‘batizou’ nossa natureza**. BBC News Brasil. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46995817>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MOTT, L. R. B.. **Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762**. In: MOTT, L. R. B.. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 45 p., 1985.

NUNES, O.. **Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da província**. Teresina: Fundapi, v. 4., 2007.

OMS. Organização Mundial da Saúde. 2.12. World Development Indicators: Health Systems. Genebra: OMS, 2017. Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/table/2.12#>. Acesso em 06. set. 2020.

PEREIRA, D. C. A cidade-patrimônio de Oeiras-PI e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no século XXI. **Revista Memória em Rede**, v. 9, n. 16, p. 142-164, 2017. Disponível: <https://www.academia.edu/31284313/>. Acesso: 08 jun. 2020.

PIAUI. Governo do Estado. 2019. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-tem-maior-parque-eolico-em-construcao-na-america-do-sul/>. Acesso em: 16 de fev. 2020.

PIAUI. Leis, decretos, etc. Lei complementar nº 87 de 22 de agosto de 2007. Estabelece o planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: Legislação do Estado do Piauí (legislacao.pi.gov.br). Acesso em: 29. fev. 2020.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Relatório do Presidente Dr. José Ildelfonso de Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Relatório com que o Exm. Sr. presidente da província do Piauí Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo passou administração ao Exm. Vice-presidente Dr. José Marianno Lustoza do Amaral no dia 15 de abril de 1861.

QUEIROZ, T.D.J.M.. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 58 p., 2006.

QUEIROZ, T. D. J. M.. **História, Literatura, Sociabilidades**. 1. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 639 p., 1998.

RAMIREZ, E. S.. **As relações entre a Áustria e o Brasil, 1815-1889**. Companhia Editôra Nacional Brasileira. Notes. Index. Pp.260. Paper., 1968. Disponível: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/50/1/207/152270/As-relacoes-entre-a-Austria-e-o-Brasil-1815-1889>. Acesso: 11. jan. 2020.

SANTANA, R. N. M.. **Perspectiva Histórica do Piauí**. Teresina: Cultura, 40 p., 1965.

SILVA, R. M.. Documentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí**. Ano 99, n. 7 (2017-2018). Teresina. 202 p., 2017.

SPIX, J. B., MARTIUS, C. F. F.. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, vols. 1, 2 e 3, 1981.

VALENTE JUNIOR, A. S., LOURENÇO, I. A.. **Turismo**. Perfil Socioeconômico do Piauí. P. 101-107. Fortaleza, BNB. 2015. Disponível: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4476032/PI+Perfil+2015.pdf/92901df6-c38a-d5cb-1896-ee4139f02599>. Acesso em: 13 dez. 2020.

VELOSO FILHO, F. A., REYDON, B. P.. Visão geral da economia piauiense na segunda metade do século XX. **Publicações Avulsas em Ciências Ambientais**, Teresina, v. 2, p. 1-29., 2002.

VILHENA, G. H. R.. **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)**. 2016. 273 p. Tese (Doutorado) - UFPE, Recife - PE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17281>. Acesso em: 8 ago. 2020.

VILHENA, M. A. G.. **Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão**. Teresina: Marcos Vilhena, 2006.

4.3 CAPÍTULO III

**DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ACARÓÁ E GUEGUÊ A
TERRITORIALIZAÇÃO DO QUILOMBO MIMBÓ NA REGIÃO DO MÉDIO
PARNAÍBA PIAUIENSE (XVIII-XXI)**

**DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ACARÓÁ E GUEGUÊ A
TERRITORIALIZAÇÃO DO QUILOMBO MIMBÓ NA REGIÃO DO MÉDIO
PARNAÍBA PIAUIENSE (XVIII-XXI)**

Antonia Alikaene de Sá¹; Luciano Silva Figueiredo²; Roseli Farias Melo de Barros³; Maria Carolina de Abreu⁴; Francisco Soares Santos Filho⁵.

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – MDMA/Tropen, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Av. Universitária, 1310 - Ininga - Teresina - PI - CEP: 64049-550, allyknsa@hotmail.com; ² Universidade Estadual do Piauí – UESPI, BR – 316, Bairro Altamira – Picos/PI – CEP: 64.602-000, Campus Prof. Barros Araújo. ³ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Depto. Biologia, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Av. Universitária, 1310 - Ininga - Teresina - PI - CEP: 64049-550;

⁴ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Depto. Biologia, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, Rua Cícero Duarte, nº 905 - Bairro Junco - Picos/PI - CEP: 64.607-670; ⁵ Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Centro de Ciências da Natureza, Campus Pirajá, R. João Cabral – S/N, Matinha, Teresina - PI, 64002-150.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira, por algum tempo, enfatizou sobremaneira o pensamento dominante, no qual as criações historiográficas eram voltadas para “os grandes feitos” na perspectiva dos “vencedores”, sobretudo no que diz respeito ao processo de exploração e desenvolvimento do Brasil. Nesse mesmo raciocínio, a historiografia piauiense não ficou distante dessa linha de criação historiográfica, pelo contrário, foi integrada a toda essa criação, sendo escrita também a partir dos documentos oficiais que enalteciam esse viés de pensamento (BRANDÃO, 1999).

Conseqüentemente, aprendemos em nossas escolas, desde cedo, a pensar a história a partir da perspectiva dos “vencedores”, que por sua vez destaca a grande importância do colonialismo e imperialismo. Atualmente, muitas pesquisas historiográficas têm discutido sobre limites de uma única história, isto é, refletem a respeito da história de diversos grupos subalternos possuírem uma narrativa construída a partir do discurso, hegemônico e epistemológico, europeu (BRANDÃO, 1999).

Desse modo, considerando este momento em que a história tem se voltado para a subalternidade, objetivou-se discutir a desterritorialização indígena dos grupos Acaroá e Gueguê, a organização existencial e a territorialização do quilombo Mimbó que ocorreram na região do Médio Parnaíba Piauiense, a fim de refletir sobre as dinâmicas que envolveram esses grupos e os possibilitaram passar por tais processos.

Desterritorialização dos Acaroá e Gueguê na região do Médio Parnaíba Piauiense no século XVIII

Durante muito tempo, a historiografia dos ditos “vencedores” esteve em voga. Essa linha de pensamento nos fez acreditar que o Brasil devia muito, no sentido de reconhecimento para com os europeus, colocando estes como os que mais “contribuíram” ao deixarem, supostamente, maiores traços culturais na construção da identidade brasileira. No entanto, é importante realizarmos algumas reflexões relativas aos esforços contemporâneos, que nos chamam atenção para discutirmos acerca de povoamentos e despovoamentos, de desterritorializações e territorializações que circunscrevem a temática (FIABANI, 2008).

Neste contexto, o processo de ocupação e povoamento dos colonizadores no Piauí ocorreu no século XVII, meadas dos anos 80 (MOTT, 1985). Os sertanejos que se destacaram em expedições colonizadoras foram os sesmeiros Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias D’Ávila da Casa da Torre com grandes rebanhos de gado, tendo como resultado a expulsão de povos nativos (LIMA, 2020). Foram “desde os seus primórdios, as fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão piauiense” (MOTT, 1985, p. 91).

Em 1772, na província do Piauí, existiam cerca de 19.191 habitantes, no qual 2.724 (14,1%) viviam em vilas e o restante, 16.467 (85,9%), residiam espalhados na zona rural, período marcado pelo evidente caso de povoamento rural, onde as vilas não passavam de pequenos centros político-administrativos. Entre as moradias das fazendas, sítios e vilas, se destacava também um grande número de homens que sobrepunham a quantidade de mulheres (MOTT, 1985).

No século XVIII, na região do Médio Parnaíba, que remontam à última fase de conquista do território piauiense, encontrava-se o aldeamento dos índios Gueguê e Acaroá, que foram retirados das proximidades dos rios Parnaíba e Uruçuí, por força da missão de São Gonçalo do Amarante que tinha como objetivo a desocupação das terras para colonização, (COSTA, 2010). Criado pelo coronel João do Rego Castelo Branco, em setembro de 1772, o aldeamento de São Gonçalo possuía cerca de 1.237 índios da nação Acaroá, que ficava localizado a três léguas da confluência dos rios Mulato no Parnaíba, e próximo ao rio Canindé (COSTA, et al., 2019).

Para João do Rego, a distância do aldeamento indígena em relação aos seus lugares antecessores passaria a dificultar possíveis fugas (MIRANDA, 2004). Além disso, contava-se também com as determinações administrativas, nas quais, em 1773, passou a contar com o contrato de José Fernandes, que veio de São João de Sendé, para instruir os índios Acaroá,

como também foi levado para o aldeamento no mesmo período a mãe de um soldado conhecido como Salvador dos Reis, o qual com objetivo de orientar as mulheres Acaroá entrelaçar algodão (BAPTISTA, 1994).

Em decorrência da péssima situação de miséria e fome dos Gueguê, a equipe do governo levou-os para São Gonçalo, sem avisar os Acaroá que já se encontravam aldeados na missão. Posteriormente, os Acaroá, que eram adversários dos Gueguê, deixaram a missão de São Gonçalo do Amarante e foram para a missão de São Felix, em São José do Duro, no atual Tocantins. Ao chegarem a esse destino, foram caçados e chacinados pelo representante Felix do Rego, tendo as cabeças dos líderes Acaroá penduradas em postes no centro da missão. O conflito travado foi justificado em consideração a desculpa de prevenção de mais um levante, como o que havia ocorrido em 1772 (COSTA, et al., 2019).

Em atitude semelhante, os Gueguê, também em confraria (1778), foram reprimidos por Felix do Rego, onde conseguiram se libertar das peias que os prendiam e, conseqüentemente, fugiram. No entanto, alguns dos Gueguê foram igualmente chacinados ao serem alcançados na altura do riacho Bacuri que ficava entre as fazendas Jacaré e Chapada, e alguns outros foram levados novamente para o aldeamento de São Gonçalo do Amarante, com a finalidade de aprontarem o campo para receber outros grupos indígenas que chegassem a região. Contudo, por oito anos se perduraram os trabalhos dos Gueguê, que só passou por uma nova dinamização com a extinção do aldeamento São João de Sende (1786), localidade atual do município de Tanque do Piauí, ao encaminharem outros grupos para a missão de São Gonçalo (D'ALENCASTRE, 1981).

O aldeamento de São Gonçalo, durante o período de funcionamento tinha como principais líderes indígenas o cacique Bruenque representante dos Acaroá o líder João Marcelino, representante dos Gueguê (MIRANDA, 2004). Este último prestou informações sobre o aldeamento de São Gonçalo do Amarante em 1819, aos cientistas Spix e Martius quando passaram pelo local. Esses dois naturalistas vieram ao Brasil a serviço da Coroa, com a finalidade de levantar estudos acerca da fauna, flora e história natural do país, no qual, em sua atividade, passaram quase três anos em suas incursões. Nesse meio tempo, estiveram no interior do Piauí e foram para São Luiz do Maranhão, onde consta-se a passagem pela freguesia de São Gonçalo (COSTA, et al., 2019). Nessa feita, constataram que existia apenas umas 120 pessoas no local, incluindo Gueguê e Acaroá, das quais com aspecto tristonho, doentes (principalmente a bexiga d'água) e sem asseios. O sustento era baseado na caça e na pesca (SPIX; MARTIUS, 1981). As características descritas por Costa (1909), ao se reportar aos Acaroá, menciona-se como indígenas que não queriam guerra, apenas rejeitaram convivência com os Gueguê. Nesse

sentido, compreendemos que as guerras travadas pelos colonizadores, contra esses grupos, causaram tanto a sua desterritorialização, como sua dizimação gradual, seja por meio das “[...] descidas para as missões a fim de utilizá-los como escravos, como também na busca de metais preciosos ou na lavoura, muito produtiva, quando praticada em terras ricas como as de São Gonçalo” (APOLINÁRIO, 2006, p. 49).

Assim, os aldeamentos que foram fundados após 1701, regulamentados por Carta Regia, objetivavam formar uma relação social da Colônia, onde deu início a segunda etapa do processo de colonização portuguesa no Brasil (APOLINÁRIO, 2006). Desse modo, a missão de São Gonçalo do Amarante, enquanto projeto de colonização, se estabeleceu e cumpriu bem o seu papel, isto considerando seu resultado: dois núcleos populacionais que subsistiram e se tornaram cidades, Regeneração e Amarante, localizadas em uma região que foi extremamente marcada pela desterritorialização indígena, como observamos anteriormente, e depois sendo territorializada por comunidades rurais negras durante o fim do século XIX e início do século XX.

Organização existencial das comunidades negras rurais no Piauí durante os séculos XIX e XX

Os anos que antecederam a 1888, foram marcados por profundas disputas políticas envolvendo senhores de escravos, abolicionistas, escravos e sujeitos livres no Brasil escravista. Nessas circunstâncias, ao longo dos anos que marcaram o período abolicionista, ocorreram várias interpretações sobre a organização existencial das comunidades negras. A exemplo dos grupos rurais, tem-se como marco inicial o século XVI, onde o quilombo foi visualizado como algo nocivo à sociedade do período colonial. A partir do ano de 1920, os quilombos passaram a ser descritos pelos historiadores e pesquisadores marxistas, como uma expressão fidedigna da luta de classes (LEITE, 2008).

Na historiografia piauiense, principalmente nas narrativas que descrevem as dinâmicas coloniais do século XVII, é perceptível descrições sobre a utilização da mão de obra negra escravizada. “Durante séculos, a criação de animal nas fazendas do Estado repousou nas costas do afrodescendente cativo” (LIMA, 2005, p. 11). Tais atividades envolviam o trabalho escravo desde a infância, onde os criadores obtinham renda através de grande produção e para isso forçavam o trabalho dos cativos de forma que provocava atos conflituosos entre ambos.

No Piauí, por volta dos anos de 1850, existia diversas discussões a respeito das ações de rebeldia servil incluindo escravizados, onde estes largavam seus proprietários, as cadeias

públicas e até mesmo os serviços. Nesse sentido, o motivo dos grupos de afrodescendentes residindo em diferentes locais no Piauí, formaram o que foi denominado de comunidades negras rurais e bairros negros urbanos. Um fator que explica os atos de rebeldia ainda na metade do século XIX, são os indícios das práticas de reescravização de pessoas livres no Piauí, no contexto das leis abolicionistas. Marcante a esse processo, e ao tratar sobre a Lei do Ventre Livre (1871), a historiadora Francisca Costa explica que: “[...] os trabalhadores escravizados depois de conseguirem conquistar a sua liberdade por intermédio das alforrias, concedidas ou compradas, continuavam sendo explorados por seus antigos senhores” (COSTA, 2014, p. 1). Sendo assim, entende-se que a carta de alforria dada aos escravos, principalmente as gratuitas e condicionais, se estendiam como uma forma de controle bastante utilizada pelos senhores no século XIX, onde muitos permaneceram trabalhando nas fazendas onde foram criados.

Ainda relativo à historiografia piauiense, a região correspondente ao atual Estado, que durante muito tempo foi vista pelos colonizadores como “terra de ninguém”, mesmo sendo habitada por vários grupos indígenas, o olhar colonialista pressupunha que esses povos não exerciam dominação sobre o território, que careciam também de organização administrativa (OLIVEIRA; ASSIS, 2009). Nessas circunstâncias, antes de se instalar a Capitania do Piauí, em 1758, essa região pertenceu a outras capitanias: inicialmente a administração esteve a cargo da Capitania de Pernambuco, da qual foi desmembrada somente na primeira década do século XVIII, estando, desde então, sob os direitos da Capitania do Grão-Pará e Maranhão (COSTA, 2010).

A partir dessas incursões, e tendo em vista os plantios da cana-de-açúcar não renderem aos benefícios esperados pela coroa portuguesa, a Capitania do Piauí desenvolveu-se a partir dos caminhos da pecuária. De acordo com a historiadora Miridan Falci, a administração era realizada sob “[...] dois tipos de conquistadores: o sertanista de contrato, encarregado de dominar e prear os indígenas para vender, e os sesmeiros da poderosa Casa da Torre, que eram criadores de gado” (FALCI, 1995, p. 4).

Apesar de não existirem indícios de comunidade quilombolas no seu *stricto sensu*, a historiografia piauiense ressalta bastante os casos de desobediência dos escravizados, os quais acarretaram constantes impasses nas relações entre senhores e escravos. No prosseguimento dessa perspectiva, há um consenso nas produções historiográficas sobre a temática, firmadas por Lima (2005) e Mott (1985), Falci (1995) e Brandão (1999), no que diz respeito às violências nas relações sociais escravistas. A partir destes autores, são ressaltados os recorrentes processos de resistência da população negra cativa, onde se estabelece o entendimento de que esses entraves acarretaram diversas fugas, sendo, nesse contexto, as reações que mais ocorreram na

capitania do Piauí, com relação as formas de resistência negra.

Em relação a essa visão, acreditamos que esse raciocínio tende a cristalizar e simplificar as diversas formas de organização existencial, resumindo-as a modos de resistência que acarretaram na formação de quilombos. Além disso, essa análise se caracteriza por tratar de forma exclusiva as relações de senhores e escravos como expressões de rejeição ao sistema escravista, onde conseqüentemente pensa espaços habitados por esses grupos, enquanto locus de isolamento da população negra. No entanto, consideramos que as relações na capitania do Piauí, sobretudo após a abolição da escravidão, são bastantes desconhecidas. Desse modo, mesmo dando créditos as contribuições que as pesquisas historiográficas postuladas por Luiz Mott e Solimar Lima trouxeram, destacamos que elas não evidenciam as diferentes experiências dos escravizados com os seus senhores, assim como os processos de organização existencial desses grupos.

A premissa apontada, é fundamentada e reforçada a partir da memória coletiva dos remanescentes quilombolas, que contribuem na construção da história de suas respectivas comunidades. Destarte, por intermédio dos relatos desses grupos, tem-se que as maneiras de organização existencial desses espaços aconteceram de variadas formas, como exemplo: concessões das terras, compras e doações, quer dizer, não compatibilizam com abordagens clássicas da historiografia tradicional, que ressaltam sobremaneira a formação desses grupos a partir de fugas, que por sua vez implicou na formação de quilombos. Neste contexto, Santos e Lima (2013), citam que através da memória histórica coletiva dos moradores aquilombados, no Piauí surge uma nova análise sobre formação quilombola a qual se deu também através da formação dos remanescentes de quilombos com doação e concessão de terras de fazendas existentes na província piauiense, das quais pertenciam tanto ao poder público quanto privado.

A despeito da nova proposição dos autores Schwarz (2000) e Santos; Lima, (2013), no tocante a perspectiva paternalista, o que se estabelece são concepções genéricas, pois pressupõem a perspectiva de relações baseadas em uma resistência que possui traços bem marcados, com objetivos estabelecidos previamente. Todavia, consideramos que enquadrar as relações que foram instituídas nesse contexto, pelas diversas comunidades negras rurais que começavam a se organizar existencialmente, é deveras problemática, pois deixa subentendido que esses grupos possuíam um planejamento, com metas e objetivos bem definidos, onde cada ação tinha o intuito de alcançar finalidades, que em concepções gerais, seria uma resistência em favor da posse da terra.

Considerando a importância desses trabalhos para a historiografia brasileira, sobretudo para a piauiense, pensamos que tais explicações não conseguem contemplar as diversas

dinâmicas que foram estabelecidas nesse contexto, que por sua vez, ao abordarem de modo maximizado, tendem a explicar essas relações sem fontes palpáveis, pelo menos de modo que contemplem as diversas dinâmicas que ocorreram no Piauí escravista e pós-libertação.

Nesse sentido, a seguir, pretendemos pontuar algumas dinâmicas que foram estabelecidas durante o processo de territorialização de comunidades negras rurais piauienses, destacando a comunidade quilombola Mimbó, que fica localizada na antiga região do Médio Parnaíba, onde ocorreu a missão de São Gonçalo do Amarante e a passagem dos cientistas Spix e Martius, com a finalidade de enfatizar a dinâmica de territorialização das comunidades negras rurais na mesma região em que ocorreu a desterritorialização e dizimação indígena dos Acaroá e Gueguê.

Territorialização do quilombo Mimbó na antiga região do Médio Parnaíba Piauiense no século XXI

O processo histórico dos quilombolas sempre esteve ligado com as terras, desde o controle coletivo do território no desenvolvimento da agricultura, caça, pesca e coleta, assim como no estabelecimento de outras formas organizativas, pelos quais esses grupos dinamizaram várias relações com os proprietários das terras (PRICE, 2000). Assim, entendemos que no Piauí essas comunidades possuíram origens variadas, a exemplo de formações quando uma fazenda entrava em decadência esta era concedida pelos possuidores a os ex-escravos, outras eram adquiridas por escravos libertos, como também a doação acontecia por ordens religiosas. Nesse sentido, é válido salutar que esses grupos, com diversas origens formativas, possuem em comum, fora a “negritude”, as formas de permanências ao longo de décadas em territórios que exploraram. Nessa perspectiva, e considerando a importância de como se deu a formação das comunidades quilombolas, por intermédio da história dos remanescentes, acreditamos que a história oral possui uma metodologia importante, pois é por meio desse aspecto que temos a possibilidade de estabelecer novos diálogos com a historiografia.

Nesse contexto de territorialização, destaca-se a comunidade Mimbó, a qual foi reconhecida e registrada oficialmente como quilombola em 2006, pela Fundação Cultural Palmares. A Comunidade fica situada no município de Amarante (PI), próximo aos riachos Buritizinho e Mimbó, região marcada pela desterritorialização e dizimação dos grupos indígenas Acaroá e Gueguê, que no passado habitaram a região (TAVARES, 2008).

A respeito do quilombo Mimbó, os relatos dos mais velhos colocam que a comunidade teve como primeiros representantes os irmãos Francisco, Laurentino e Pedro que casaram com

as irmãs Antônia, Benedita e Rita (TAVARES, 1997). Nessas circunstâncias de organização os primeiros moradores da comunidade são:

“[...] Descendentes negros que vieram da localidade Fazenda Nova, em Oeiras. Esses povos se instalaram na região de Amarante, em 1830, cinquenta e oito anos antes da Abolição da Escravatura, atribui-se assim as suas vivências em pleno período do regime de escravidão. Naquela época eram quem cuidavam dos rebanhos do coronel Joaquim Coelho, no qual os homens tornaram-se vaqueiros e chefes dos rebanhos das Fazendas Nacionais (INCRA, 2006, p. 27).”

Nesse período, os primeiros negros foram trazidos para a região por intermédio de Joaquim Ferreira de Carvalho Coelho, em meados de 1830, por razão da existência de algumas fazendas de gado que foram instaladas e passaram a trabalhar na Fazenda Jatobá (atualmente Amarante e Regeneração). Tais compreensões históricas de tempo, datas e formação da comunidade, são baseados nas histórias que os primeiros moradores contavam e foram sendo passadas para seus descendentes, e foram registradas por equipe técnica do INCRA.

Segundo relatos presentes no projeto do INCRA (2006), a Fazenda Jatobá foi administrada, durante alguns anos da primeira década do século XX, pelo Coronel Ângelo Alcino, que após a sua nomeação como administrador das Fazendas Nacionais fixou residência na Fazenda Nova, em Oeiras. Sua função era comandar os negócios (gado) e explorar os solos com os plantios das culturas do milho, feijão, mandioca e algodão, tendo como base de sustentação econômica a mão-de-obra escravizada.

As terras da comunidade Mimbó, antes de serem repassadas aos atuais proprietários, pertenciam a Joaquim Coelho. Em meados de 1960 com a morte do seu proprietário, toda a terra foi herdada por seus sobrinhos: Homero Coelho Ferreira e Francisco Osvaldo Coelho. A localidade atual onde se encontra Mimbó, foi destinada para Francisco do Carmo, que ainda na década de 1960, vendeu as terras correspondentes a localidade, ao casal Abdias Aprígio dos Santos e Ana Justina dos Santos, mais conhecida como Ana Roxa. Para quitar a dívida de CR\$ 12.000.00 (doze mil cruzeiros), Abdias dos Santos demarcou e vendeu o terreno em pequenos lotes, dando início à habitação de outras famílias no povoado (INCRA, 2006). Na época, as atividades desempenhadas pelos moradores eram basicamente a pecuária e a agricultura de subsistência, prevalecendo ainda hoje o tradicional sistema de plantio. A medida em que as terras loteadas foram sendo compradas, e assim sendo estabelecida algumas moradias e atividades (agricultura, criatório de pequenos animais), foram se consolidando garantindo uma certa estabilidade para os moradores (TAVARES, 2008).

Atualmente a população da comunidade é composta de 458 pessoas, com quantidade

significativa de crianças que é fator positivo, caracterizando a manutenção da comunidade (tabela 1). A população está distribuída em 101 famílias, a maioria negros, e ocupam uma área de 21,5 km², determinando densidade demográfica de 21,3 hab./km² (AMARANTE, 2020).

Tabela 1: Faixa etária, gênero/grupo e quantidade de pessoas residentes na comunidade quilombola Mimbó, Amarante – PI.

Faixa etária	Gênero/Grupo	Quantidade (%)
≤18 a anos	Homens	153 – 33%
≤18 a anos	Mulheres	149 – 33%
12 a 17 anos	Adolescentes	46 – 10%
0 a 11 anos	Crianças	110 – 24%
Total		458 – 100%

Fonte: Amarante, 2020.

As atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade são basicamente a agricultura de subsistência. Os produtos cultivados, puro ou consorciados são milho, feijão, mandioca e arroz. A atividade pecuária desenvolvida é de pequenos animais (aves, caprinos, bovinos, suínos, equinos), formando-se a base complementar de alimentação e renda. Existem também os benefícios dos Programas Federais de Transferência de Renda como bolsa família, aposentadorias e pensões (TAVARES, 2008).

Desse modo, consideramos que a comunidade passou por um processo de organização existencial e territorialização em uma região marcada pela desterritorialização e dizimação de grupos indígenas. Nesse sentido, percebemos os condicionantes históricos que corroboraram para essas transformações espaciais e como essas mudanças foram marcadas pelo trabalho escravo e resistência dos grupos indígenas e negros, que por sua vez ainda na contemporaneidade são representados por perspectivas historiográficas que não contemplam seus diversos modos de se relacionar e se organizar existencialmente e merecem ser revisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar o complexo das relações sociais que são imprimidas na historiografia piauiense, conseguimos evidenciar que a região que por muitos anos era vista pelos povos como “terra de ninguém”, foi ocupada por grupos indígenas e de negros. No tocante a essa percepção, detectamos que na historiografia piauiense contemporânea houve produção de trabalhos que buscaram trazer sentido as vivências dos indígenas e negros nesse território, com novos olhares, os quais se distanciaram das visões colonizadoras. Essa região, fortemente marcada pela

presença de grupos indígenas e negros, foi relatada também pelos naturalistas Spix e Martius, em sua passagem pelo Piauí em 1819, onde deixaram em seu legado descrições de como eram povos daquela época.

As novas perspectivas historiográficas influenciaram este trabalho, que apresentou como se deu o processo de desterritorialização dos Acaroá e Gueguê, na região do Médio Parnaíba Piauiense, evidenciando a resistência indígena e o seu protagonismo durante chacinas realizadas pelos colonizadores. Além disso, mostrou como se deu a organização das comunidades negras rurais e a territorialização do quilombo Mimbó na mesma região. Sendo assim, esse debate perpassou por diversas discussões que atravessam esses sujeitos na historiografia estadual, bem com suas relações com a espacialidade regional ao longo dos séculos XVIII a XXI.

REFERÊNCIAS

AMARANTE. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório de cadastro individual: Unidade de saúde PS Mimbó, Amarante (PI)**. 2020.

APOLINÁRIO, J. R. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão:** políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia, Ed. Kelps, 276 p., 2006.

BAPTISTA, J. G. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina, PI: APL, 115 p., 1994.

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí:** perspectivas do século XVIII. Teresina: EDUFPI, 189 p., 1999.

CARVALHO, J. R. F. **Resistência indígena no Piauí colonial: 1718-1774**. – 2.ed. Teresina, PI: EDUFPI, 134 p., 2008. (Coleção Nordeste, 40).

COSTA, A. R. NELSON, A. B. R; SOUSA, D. S; SILVA, J. C. Vale do Jacaré: Paisagem e Patrimônio, um Estudo Arqueológico no Município de Regeneração, Piauí, Brasil. **Revista de Geologia**, Vol. 32, nº 1, p. 65-85, 2019.

COSTA, F. A. P. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Artenova, 2v., 2010.

COSTA, F. P. **Chronologia historica do Estado do Piauhy**. Rio de Janeiro: Artenova, 1909.

COSTA, F. R. Escravidão e liberdade: a colônia agrícola de São Pedro de Alcântara, a Lei do Ventre Livre e o trabalho e educação dos libertos das fazendas nacionais do Piauí. In: EUGÊNIO, J. K. Escravidão Negra no Piauí e temas conexos. Teresina: EDUFPI, p. 69 – 87, 2014.

D'ALENCASTRE, J. M. P.. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí**. 2ª ed. Teresina, PI: COMEPI, 201 p., 1981.

FALCI, M. B. K. **Escravos do sertão**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 320 p., 1995.

FIABANI, A. Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). (Tese em História) **UNISINOS**. São Leopoldo, 275 p., 2008.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório técnico do quilombo Mimbó. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: **MDA/SAF/DATER**, 2006.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LIMA, N. C. Páginas da História do Piauí colonial e provincial. *In*: LIMA, N. Em cada página, História do Piauí colonial e provincial. Teresina: **EDUFPI**. p. 9-19, 2020.

LIMA, S. O. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da Nação do Piauí- (1822- 1871)**. Passo Fundo, RS: UPF. 181 p., 2005. (Coleção Malungo, 4).

MIRANDA, R. São Gonçalo da Regeneração. **Marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja**: Da aldeia indígena aos tempos atuais. Teresina, PI: Nacional. 394 p., 2004. (Coleção Centenário).

MOTT, L. R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina, PI: FUNDAC. 199 p., 1985.

OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N.P.D. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial–Século XVIII. *In*: **ANPUH–XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA–Fortaleza/CE**. 2009.

PRICE, R. Reinventando a História dos Quilombos: Rasuras e Confabulações. *In*: **Afro-Ásia**, 23. p. 239-265, 2000.

SANTOS, D. M; LIMA, S. O. Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. **REVISTA INFORME ECONÔMICO**, v. 1, n. 1, 7 p., 2013.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34. 240 p., 2000.

SPIX, J. B., MARTIUS, C. F. F.. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, vols. 1, 2 e 3, 1981.

TAVARES, D. M. S. A capela e o terreiro na chapada: devoção mariana e encantaria de barba soeira no Quilombo Mimbó, Piauí. (Dissertação em Ciências Sociais). São Paulo: **USP**. 123 p., 2008.

TAVARES, D. M. S. Identificação e distribuição espacial de comunidades remanescentes de quilombos no Piauí. **Relatório de Pesquisa IC/PIBIC/CNPq/UFPI**, Teresina, 1997.

4.4 CAPÍTULO IV

SPIX E MARTIUS DOIS SÉCULOS DA MAIOR MISSÃO CIENTÍFICA NO PIAUÍ

DOIS SÉCULOS DA MAIOR MISSÃO CIENTÍFICA NO PIAUÍ

Antonia Alikaene de Sá

Neila Tanísia Rocha Matias Siqueira

Maria Carolina de Abreu

Francisco Soares Santos Filho

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XIX, várias expedições científicas foram empreendidas no Brasil para o bem da ciência e da humanidade, onde muitos naturalistas viajaram pelo território, deixando em seus escritos registros das riquezas minerais, animais e vegetais, além das descrições da cultura de sua população (BRANDÃO, 2012). Dentre os naturalistas, os alemães o zoólogo Johann Baptist *von* Spix e o botânico e médico Carl Friedrich Philipp *von* Martius que a partir de uma expedição de três anos (1817 a 1820) percorreram cerca de 10 mil quilômetros para conhecer e explorar cientificamente a região sudeste os sertões e a Amazônia (SPIX; MARTIUS, 1981). O relato da viagem pelo Brasil de Martius e Spix foi publicado em 1823 na obra *Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)* dividida em três volumes e um atlas traduzido em várias línguas. Além do relato de viagem, Martius publicou 40 volumes sobre a flora brasileira, e alguns estudos linguísticos e etnográficos sobre os povos indígenas. Spix publicou nove volumes sobre a fauna e um ensaio de caráter histórico. A obra *Flora Brasiliensis* foi publicada ao longo de 66 anos. Seus 40 volumes descrevem mais de 22.000 espécies de plantas brasileiras. Com mais de 10.000 páginas de texto, quase 4.000 gravuras, ainda hoje usadas na identificação de espécies botânicas (BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN).

Em 2019 completou 200 anos que Spix e Martius passaram pelo Piauí. Chamou à atenção a riqueza da fauna, flora, aspectos mineralógicos e a abundância de gado bovino. Coletaram plantas e animais e fizeram contatos com moradores e autoridades da região. Na passagem em São Gonçalo do Amarante tiveram contato com os grupos indígenas Gueguês e Acaroás. Registros explícitos de suas impressões e da descrição da paisagem com a qual se depararam foram descritas na obra *Viagem pelo Brasil* e as plantas coletadas por Martius foram descritas na obra *Flora Brasiliensis* (SPIX; MARTIUS, 1981).

Visto que a literatura de Cordel busca incentivar a leitura e despertar maior interesse pela cultura, podendo ser um recurso pedagógico usado para o ensino básico (PCNLP, 1997) e considerando a contribuição científica deixado por estes naturalistas, visando a disseminação

do conhecimento acerca do marco histórico científico deixado em especial no Piauí, um dos objetivos da presente Dissertação foi produzir material para transposição didática da história da Expedição de Spix e Martius no Piauí.

METODOLOGIA

Metodologicamente, para a escrita do material didático baseou-se na obra *Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)* (SPIX; MARTIUS, 1981), com foco voltado para as descrições feitas pelos naturalistas nos locais/fazendas por onde passou no sertão piauiense, bem como em leituras de informações disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM).

O texto está apresentado em forma de Cordel com estrofes de setilha (sete versos) e será publicado eletronicamente em formato de Ebook pela Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI) e em exemplares impresso. Posteriormente será disponibilizado para as secretarias de educação dos municípios que perfazem a rota da expedição de Spix e Martius para distribuição nas escolas públicas de cada município, bem como disponível para acesso pela comunidade em geral.

RESULTADO

APÊNDICE A – Livro Cordel

REFERENCIAS

BBM. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=sQcXwAo1KSQ>. Acesso em: 01. out. 2020.

BRANDÃO, M. G. L. et al. Naturalistas europeus e as plantas medicinais do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 21, n. 2, p. 207-30, 2012.

PCNLP, Brasília. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental/Língua Portuguesa**. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. 144 p. 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SPIX, J. B., MARTIUS, C. F. F.. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, vols. 1, 2 e 3, 1981.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ao propor uma análise 200 anos após a histórica expedição dos naturalistas Spix e Martius, representa um importante apanhado para a comunidade científica, envolvendo conteúdos de diferentes áreas, principalmente, Biologia, História e Antropologia. Dados relevantes sobre a vegetação, socioeconomia, comunidades indígenas e quilombolas foram levantados assim como aspectos socioeconômicos e históricos de um período bicentenário.

A revisita aos ambientes percorridos pelos naturalistas Spix e Martius, propiciou o inventário de espécies características da flora de Cerrado e Caatinga. Em comparação com as espécies listadas por Martius em 1819 houveram poucas espécies em comum. Infere-se que a diferença da composição florística pode estar relacionada a modificação da paisagem no decorrer do tempo, o grau de preservação atual das áreas ou a incongruência entre os caminhos percorridos.

Dentro do contexto socioeconômico, o que mais se desenvolveu na região foi a educação desde o nível básico ao superior e alguns dos municípios pertencentes a região apresenta índices na educação básica que são considerados acima dos padrões do estado como no caso de Oeiras. No entanto, a maioria dos municípios apresenta índices de desenvolvimento socioeconômico (PIB, IDH, IDEB) que demonstram o subdesenvolvimento destes municípios, o que requer políticas públicas mais voltado para a região semiárida.

No que diz respeito ao território (São Gonçalo do Amarante) marcado pelos grupos indígenas visitados por Martius em 1819, região que atualmente compreende os municípios de Amarante e Regeneração, ocorreu a desterritorialização dos grupos indígenas Gueguês e Acaroás e foi colonizada pela comunidade de negros quilombolas (Comunidade Mimbó) mantendo a tradição histórica cultural daqueles povos na região.

Por fim, visando a popularização da ciência, foi produzido um material didático como ferramenta para descrever a epopeia dos naturalistas bávaros no sertão piauiense de forma lúdica, a ser distribuído nas escolas da educação básica, em especial aquelas localizadas na região estudada, bem como para disseminação do conhecimento para a comunidade em geral.

Com este estudo, conclui-se, que diante do legado deixado por Martius, mostrando para o mundo a riqueza da biodiversidade brasileira, registrada em seus diversos escritos, seus registros são uma manifestação da riqueza biológica, antropológica e da história natural que deve ser transmitida para as novas gerações. Exemplos são as obras Viagem pelo Brasil (1817 – 1819) e a Flora Brasiliensis, onde estão respectivamente os registros do perfil socioeconômico

da população e os primeiros registros das espécies vegetais do Piauí, das comunidades que habitavam o território. Desta forma essa dissertação traz grandes contribuições científicas por reunir relevantes informações de diversas áreas sobre a região semiárida piauiense podendo gerar discussão inédita sobre o tema, se configurando, portanto, como um marco na história da região, importante para nortear estudos futuros.

ANEXO A – Comprovante de cadastro no SISGEN



Ministério do Meio Ambiente
CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Certidão

Cadastro nº A53B413

Declaramos, nos termos do art. 41 do Decreto nº 8.772/2016, que o cadastro de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, abaixo identificado e resumido, no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado foi submetido ao procedimento administrativo de verificação e não foi objeto de requerimentos admitidos de verificação de indícios de irregularidades ou, caso tenha sido, o requerimento de verificação não foi acatado pelo CGen.

Número do cadastro: **A53B413**
 Usuário: **ANTONIA ALIKAENE DE SÁ**
 CPF/CNPJ: **007.841.913-10**
 Objeto do Acesso: **Patrimônio Genético**
 Finalidade do Acesso: **Pesquisa**

Espécie

Mimosa caesalpinifolia

Título da Atividade: **REVISITA AO CAMINHO DA EXPEDIÇÃO DE SPIX & MARTIUS NO PIAUÍ:
 FLORA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO 200 ANOS DEPOIS**

Equipe

ANTONIA ALIKAENE DE SÁ **INDEPENDENTE**

Data do Cadastro: **05/08/2019 14:49:01**

Situação do Cadastro: **Concluído**

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
 Situação cadastral conforme consulta ao SisGen em **12:24** de **01/05/2020**.



SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO
 DO PATRIMÔNIO GENÉTICO
 E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
 ASSOCIADO - **SISGEN**

APÊNDICE A – Livro Cordel (Resultado do Capítulo IV)